ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 19ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 9 DE JULHO DE 2026

ATA Nº. 23 / 2026

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO

2. ORDEM DE TRABALHOS

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

3.2. APROVAÇÃO DE ATA

3.2.1. ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS. REALIZADA A DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS – ATA NÚMERO DEZASSETE, DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

3.2.1.1. VOTAÇÃO

3.3. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)

3.4. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)

3.5. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

3.6. SRª. DEPUTADA CARLA SANTOS (CH)

3.7. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.8. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (N.I.)

3.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

3.10. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

3.11. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.12. SR. DEPUTADO DOMINGOS SANTOS (INOV25)

3.13. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.14. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)

3.15. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

4. PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

4.1. SRª. FÁTIMA RODRIGUES SILVA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

4.2. SRª. MARIA ALEXANDRA QUEIRÓS ABREU PARENTE, MUNÍCIPE DE OEIRAS

4.3 SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

4.4. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

4.5. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)

4.6. SR. DEPUTADO JORGE DELGADO (PRESIDENTE DA J.F. PORTO SALVO)

4.7. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

5.1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 486/2026 – GAF – RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUELIAS, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE NOSSA SRª. DA CONCEIÇÃO DA ROCHA

5.1.1. VOTAÇÃO

5.1.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.1.1.2. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUELIAS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 492/2026 – DMOTDU/DGU/DLEU – RELATIVA À REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE 3 LUGARES DE ESTACIONAMENTO E PELA NÃO CEDÊNCIA DAS ÁREAS AFETAS A EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA E HABITAÇÃO PÚBLICA (85,73M2)

5.2.1. VOTAÇÃO

5.3. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 487/2026 – GCAJ – RELATIVA À TOMADA DE CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS N.ºS 02/2026 E 03/2026 - AUDITORIA À NOMEAÇÃO DE DIRIGENTES EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO CONTINENTE E AUDITORIA DE APURAMENTO DE RESPONSABILIDADE FINANCEIRA - APRECIADA

5.4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 547/2026 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO ALTO DE SANTA CATARINA - CRUZ QUEBRADA-DAFUNDO

5.4.1. VOTAÇÃO

5.4.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.4.1.2. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.4.1.3. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 554/2026 – DMOTDU/DGU – RELATIVA AO PROC.º. 155/2025 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS

5.5.1. VOTAÇÃO

5.5.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) FEZ A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO:

5.5.1.2. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.5.1.3. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.6. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 559/2026 – GMA – RELATIVA À OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.- RELATÓRIO DO 1.º TRIMESTRE DE 2026 - APRECIADA

5.7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 606/2026 – GCAJ – RELATIVA À CEDÊNCIA DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS À UFOPAC, PARA INSTALAÇÃO DA SUA NOVA SEDE, E COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO MESMO

5.7.1. VOTAÇÃO

6. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
VOTAÇÃO: Ata n.º 19 - 15-07-2026

GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
INOV 25	13		
PS	2		
CH	2		
CEO	1		
IL	1		
CDU	—		
PAN	—		
N.I.	1		
INOVAR UNIÃO MUGÉS 25	—		
INOVAR BARCARENA 25	—		
INOVAR CARNAXIDE E QUEIJAS 25	1		
INOVAR UNIÃO OEIRAS 25	—		
INOVAR PORTO SALVO 25	1		

S=A FAVOR * N=CONTRA * A=ABSTENÇÃO

---------- **ATA DA 19ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**

---------- **MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 9 DE JULHO DE 2026**

---------- **ATA Nº. 23 / 2026** ----------

---------- Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio, em substituição do Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho.

1. ABERTURA DA REUNIÃO----------

---------- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Nona Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais, três Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e dois em substituição (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho, José Maria Landureza de

Paiva Shirley Dias, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Filipe Jorge de Sousa Martins, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, Francisco O'Neill Marques, Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho (em substituição de António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos (em substituição de Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal. ----------

----------Os Senhores Deputados Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida e Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Nuno Filipe Penetra Carolo, do Partido Socialista, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, do Partido Chega e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho, do Partido Socialista, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária.

----------Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Pedro Saraiva Gonçalves dos Santos Frazão, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalbo Coelho.-

2. ORDEM DE TRABALHOS ----------

----------Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 486/2026 – GAF – relativa à Atribuição de

comparticipação financeira à União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, para apoio à realização das Festas de Nossa Senhora da Conceição da Rocha; ----------

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 492/2026 – DMOTDU/DGU/DLEU – relativa à Redução de 50% do valor da compensação urbanística por impossibilidade de garantia física de 3 lugares de estacionamento e pela não cedência das áreas afetas a equipamentos de utilização coletiva e habitação pública (85,73m2); ----------

3. Apreciação da Proposta CMO N.º 487/2026 – GCAJ – relativa à Tomada de conhecimento dos Relatórios do Tribunal de Contas N.ºs 02/2026 e 03/2026 - Auditoria à nomeação de dirigentes em regime de substituição nos municípios do Continente e Auditoria de Apuramento de Responsabilidade Financeira; ----------

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 547/2026 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno sita no Alto de Santa Catarina - Cruz Quebrada-Dafundo; ----------

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 554/2026 – DMOTDU/DGU – relativa ao Procº. 155/2025 - Obras de Urbanização - Aprovação de minuta de Contrato de Urbanização e redução da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas;----------

6. Apreciação da Proposta CMO N.º 559/2026 – GMA – relativa à OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.- Relatório do 1.º trimestre de 2026; ----------

7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 606/2026 – GCAJ – relativa à Cedência do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras à UFOPAC, para instalação da sua nova sede, e comparticipação financeira na empreitada de requalificação do mesmo.----------

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:----------

---------- "Boa tarde a todos e a quem nos assiste à distância. Vamos dar início à Sessão Extraordinária dezanove/dois mil e vinte e seis da Assembleia Municipal de Oeiras. Peço ao

Senhor Segundo-Secretário, que hoje constitui a Mesa por ausência do Senhor Primeiro-Secretário Rui Miller, que proceda à chamada. ----------

----------Muito obrigada."----------

3.2. APROVAÇÃO DE ATA----------

3.2.1. Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dois de junho de dois mil e vinte e seis – Ata número dezassete, de dois mil e vinte e seis. ------ ----------

3.2.1.1. VOTAÇÃO ----------

----------A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Jorge Manuel Damas Martins Rato), dois do Partido Chega (José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um

do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). ----------

---------- Os Senhores Deputados Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Sandra Cristina Amaral Monteiro e João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

---------- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho, do Partido Socialista, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária, Francisco O'Neill Marques, do Deputado Não Inscrito e Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "E neste momento não havendo mais nenhum outro assunto, pergunto: quem pretende usar da palavra para intervir neste Período Antes da Ordem do Dia? Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), faz favor." ----------

3.3. A **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, Senhor Vice-Presidente, cara Vereadora, público que nos assiste em direto, Deputados, funcionárias. ----------

---------- O auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras acolheu no passado dia vinte e sete de junho, uma reunião presidida pelo Senhor Vereador da Cultura, Armando Cardoso Soares, com os agentes culturais registados na plataforma de benefícios públicos municipais. Iniciativa que reuniu dezenas de representantes do tecido associativo cultural do território. A sessão contou ainda com a presença de dirigentes da Câmara Municipal de Oeiras e da equipa técnica responsável pelo apoio dos agentes culturais. A reunião constituiu um importante momento de diálogo e de

proximidade entre o Município e os agentes culturais locais, permitindo fazer um balanço do trabalho desenvolvido nos últimos anos e apresentar as principais medidas de apoio ao associativismo cultural, bem como os novos mecanismos de investimento e de capacitação previstos. Foram igualmente apresentados dados que evidenciam o reforço do investimento municipal na cultura, a consolidação da área dos agentes culturais e os novos instrumentos de apoio, como o regulamento de concessão de apoios municipais à atividade cultural de Oeiras, a criação do Conselho Municipal de Cultura e o reforço das ações de capacitação dirigidas às associações culturais.----------

----------Durante a reunião foram ouvidas as preocupações, expectativas e contributos apresentados pelos diversos agentes culturais, sendo promovida uma reflexão conjunta sobre os desafios atuais e futuros do setor. Foi destacada a importância de reforçar a colaboração entre o Município e os agentes culturais e valorizado o papel das associações na dinamização cultural, na coesão social e na afirmação da identidade do Concelho. ----------

----------Na perspetiva dos próximos anos, foi lançado um desafio aos agentes culturais para que apresentem propostas de participação na programação que assinalará a inauguração do futuro Fórum Municipal prevista para junho de dois mil e vinte e sete. O novo equipamento pretende afirmar Oeiras como um espaço aberto à criação, à participação e ao desenvolvimento de projetos em parceria com o movimento associativo e cultural de Oeiras, reforçando a estratégia municipal na construção de uma cultura cada vez mais colaborativa, descentralizada e acessível. ----------

----------A iniciativa integrou a estratégia municipal de valorização do associativismo cultural, assente na criação de condições para o fortalecimento das entidades locais na promoção de redes de colaboração e na construção de políticas culturais participadas, envolvendo os agentes que, diariamente, contribuem para a vitalidade cultural do Concelho. ----------

----------Meus senhores e minhas senhoras.----------

----------O Município de Oeiras reconhece o associativismo cultural como pilar fundamental

da identidade e da vida comunitária do Concelho e assume-se como parceiro ativo e facilitador da criação artística e associativa. Nos últimos anos, o investimento municipal com o associativismo cultural tem seguido uma linha de crescimento e estabilidade. Entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e cinco passou de um vírgula trinta e cinco milhões, para um vírgula sessenta e dois milhões de euros, um aumento de cerca de dezanove por cento. Este reforço ajudou a apoiar as associações; mais projetos e uma programação cultural mais forte no Concelho.----------

---------- Temos noventa e seis agentes culturais, registados na plataforma, sendo quarenta agentes culturais registados na União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias; dez agentes culturais em Porto Salvo; dez em Barcarena; dezasseis em Carnaxide e Queijas e vinte em Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada e Dafundo. E as suas áreas de atuação são: música, literatura, coros, folclore, artes plásticas, banda desenhada, bandas, cinema, dança, dinamização cultural, teatro e artes performativas. ----------

---------- Iniciativas com os agentes culturais, por exemplo, são o Encontro de Bandas Filarmónicas, os Encantos de Natal, a Mostra de Teatro de Oeiras, o Encontro de Grupos Etnográficos, o AnimàRua (que está a decorrer) e a Mostra de Dança de Oeiras. Verifica-se, assim, que Oeiras oferece uma rica programação cultural combinando património histórico, música, teatro, exposições e atividades de lazer para todas as idades. ----------

---------- Meus senhores e minhas senhoras. ----------

---------- Vamos reforçar a inclusão e a acessibilidade cultural, garantindo que a programação chegue a todos os públicos e territórios do Concelho. Vamos promover mais colaborações em rede entre diferentes agentes do Concelho criando sinergias e potencializando o impacto coletivo da programação cultural. Vamos desenvolver metodologias para mapear e avaliar o impacto do investimento cultural no território, orientando decisões futuras com base em evidências.----------

---------- Concluindo, Oeiras oferece uma rica programação cultural combinando património histórico, música, teatro, exposições e atividades de lazer para todas as idades. A cultura é um dos

pilares fundamentais do desenvolvimento de Oeiras. Projeta o futuro, valoriza a identidade do Concelho, promove a criatividade, preserva o património e aproxima as pessoas. Em Oeiras, a cultura não é apenas uma área de intervenção, é um investimento estratégico que se traduz em trabalho, realização e excelência, afirmando o Concelho como referência cultural a nível nacional. ----------Estão de parabéns todos os dirigentes, técnicos e funcionários que diariamente trabalham em prol da cultura em Oeiras. Com dedicação, competência e visão contribuem para afirmar a cultura como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento do Concelho, valorizando o património, promovendo a criação artística, apoiando os agentes culturais e proporcionando uma oferta diversificada e de elevada qualidade à população. O reconhecimento é inteiramente merecido. Parabéns pelo excelente trabalho e pelo compromisso com que a cultura é cada vez mais forte em Oeiras. ----------

----------Assina: Celina Nascimento Mendonça. Tenho dito." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais alguém pretende inscrever-se? Senhores deputados, só para dizer que ali o tempo do INOV é menos dois minutos e quinze segundos do que está ali, porque não estava ligado, foi abaixo na altura. Portanto, menos dois minutos e quinze segundos. Quem pretende inscrever-se? Faz favor, Senhor Deputado da CDU, Aníbal Guerreiro." ----------

3.4. O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos os presentes. ----------

----------Duas questões. Uma delas é sobre os serviços públicos aqui no Concelho, neste Concelho que já teve três secções de Finanças e atualmente só tem uma. Isto tem criado grande transtorno à população. De facto nós sabemos que não é uma questão que parte da Câmara, mas a Câmara deve pressionar os respetivos serviços dessa competência, para a criação de mais uma secção de Finanças aqui no Concelho. Atualmente só funciona Paço de Arcos, o que tem causado

grandes transtornos a muita gente.----------

---------- A outra questão é a seguinte, se a Câmara souber: os motivos do encerramento da Caixa Geral de Depósitos aqui no centro da vila. Isto o que veio trazer? Veio trazer uma maior despovoação à própria vila. Não sabemos para onde é que ela irá, pronto, mas isso veio criar também outros problemas.----------

---------- Obrigado." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado.----------

---------- Mais algum dos senhores deputados pretende inscrever-se? Disseram ao mesmo tempo, Senhora Deputada Anabela Brito (IL), depois Senhora Deputada Carla Santos (CH). Faz favor."----- ----------

3.5. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. Saúdo-a e na sua pessoa saúdo todos os presentes, bem como aqueles que nos assistem de forma não presencial. ----------

---------- Hoje a Iniciativa Liberal traz um tema que já tem ouvido várias vezes não só ao Senhor ao Vice-Presidente, como o Senhor Presidente também refere muitas vezes, que é a democratização do golfe.----------

---------- E sobre esse tema, gostaríamos de dizer que é verdade que o espaço estava degradado, que neste momento é um espaço bastante agradável. Também o promotor que está a construir em frente deve também ficar agradado, porque é muito mais fácil vender apartamentos com vista golfe do que para um campo que está mal utilizado. ----------

---------- Mas o nosso ponto é realmente a democratização. Ora bem, a Iniciativa Liberal foi pedir os preços ao golfe e detetámos o seguinte. Primeiro, a Federação Portuguesa de Golfe já explora um campo aqui no Concelho, que é no Jamor. E então fomos comparar os preços. Não é que o novo golfe, que vai democratizar o desporto aqui no Concelho, tem preços mais elevados do

que no Jamor? E vamos ver o que é que é a democratização. Ora bem.... Uma aula de golfe custa trinta e oito euros, mais o aluguer do saco que são mais dezoito. Eu não sei qual é... Ainda ontem falámos aqui dos valores que as pessoas auferem aqui no Concelho, portanto, é uma democratização, enfim... Eu gostava de saber onde é que trabalham para isto ser uma democratização. ----------

----------Mas o Concelho, o Executivo também já democratizou a vela. Já democratizou a vela e a Iniciativa Liberal fez um requerimento e, na democratização da vela, a resposta foi: duas escolas do Concelho fazem vela, usam a vela. É a Escola Secundária Luís de Freitas Branco e a Escola Secundária Quinta do Marquês, segundo a resposta que a Oeiras Viva deu à Iniciativa Liberal. Portanto, neste sentido já democratizámos a vela, agora democratizámos o golfe. A Iniciativa Liberal fica à espera de que democratizem a equitação. ----------

----------Obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Senhora Deputada Carla Santos (CH), faz favor."----------

3.6. A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.-- ----------

----------O tema do Moinho das Antas não pode ser tratado como apenas mais um processo urbanístico técnico, escondido entre mapas, peças desenhadas, contratos de urbanização e linguagem administrativa que a maioria dos cidadãos não consegue acompanhar.----------

----------Estamos a falar de uma zona sensível do Concelho, de uma intervenção com impacto direto na vida dos moradores, na mobilidade, no estacionamento nos espaços verdes, na pressão sobre os equipamentos públicos e na própria qualidade de vida em Oeiras.----------

----------O CHEGA não é contra o desenvolvimento, nem contra a reabilitação urbana, nem

contra a criação de habitação, mas somos contra decisões tomadas sem clareza, contra processos que chegam aos cidadãos praticamente fechados e contra os modelos urbanísticos que podem transformar zonas residenciais em áreas de pressão imobiliária. ----------

---------- Registamos com agrado que o Senhor Presidente e a Câmara Municipal tenham tido em consideração as preocupações e recomendações da Provedoria de Justiça relativamente à unidade de execução no Moinho das Antas. Isso demonstra que a intervenção dos cidadãos e de entidades competentes pode e deve ter consequências reais. ----------

---------- Mas ouvir não pode ser apenas um gesto momentâneo. A participação dos cidadãos é importante, mas não menos importante é o poder político saber ouvir até ao fim com consequências práticas e com garantias claras. ----------

---------- Queremos acreditar que o projeto aprovado será respeitado sem mais desvios, sem aumentos de volumetria e sem cedências futuras que agravem a pressão urbanística naquela zona. Esperamos também que a Câmara Municipal seja imune a eventuais pressões de promotores imobiliários.----------

---------- Num concelho onde se fala tanto de excelência, inovação e qualidade de vida não podemos aceitar que os moradores sejam os últimos a saber, os últimos a perceber e os últimos a ser ouvidos. A participação pública não pode ser uma formalidade legal, tem de ser efetiva, clara, acessível e devidamente divulgada. ----------

---------- Por isso, perguntamos ao Executivo: que garantias concretas são dadas aos moradores quanto ao impacto desta operação urbanística no trânsito, no estacionamento, nas acessibilidades, nos espaços verdes, nas escolas, nos equipamentos de saúde e na zona segurança?----------

---------- Perguntamos ainda: está a Câmara disponível para realizar sessões públicas presenciais abertas e descentralizadas, onde os moradores possam colocar dúvidas diretamente aos técnicos e ao Executivo?----------

---------- E pode o Executivo assumir publicamente que o projeto aprovado será cumprido sem

novos aumentos de volumetria, sem alterações que prejudiquem os moradores e sem cedências a pressões externas? ----------

----------O CHEGA entende que o desenvolvimento urbano deve servir as pessoas e não apenas os interesses dos promotores, fundos ou operações imobiliárias. Oeiras não pode ser apenas um território de projetos bonitos no papel. Tem de continuar a ser um Concelho onde as famílias conseguem viver com qualidade, segurança e dignidade. ----------

----------Oeiras precisa de crescer sim, mas precisa de crescer com ordem, com responsabilidade e com respeito por quem cá vive.----------

----------Da parte do CHEGA deixamos uma posição muito clara: Oeiras deve desenvolver-se, mas não pode desenvolver-se contra os seus moradores. ----------

----------Está a Câmara Municipal de Oeiras disponível para assegurar uma verdadeira participação pública e para garantir que nenhuma decisão final será tomada sem que os moradores do Moinho das Antas sejam devidamente ouvidos e esclarecidos? ----------

----------Está a Câmara Municipal disponível para garantir que o projeto não será objeto de novos desvios, aumentos de volumetria ou alterações que contrariem as preocupações já sinalizadas pelos moradores e pela Provedoria de Justiça?----------

----------É esta a diferença entre governar para os cidadãos ou governar à margem dos cidadãos.

----------O CHEGA estará, como sempre esteve, ao lado da população, da transparência, do cumprimento da palavra dada e da defesa do interesse público.----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais algum dos senhores deputados se pretende inscrever? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor."----------

3.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento na sua pessoa também todos os presentes e quem assiste à distância. ----------

---------- No passado dia trinta de junho realizou-se a apresentação pública do projeto Algés Tem Tudo, o bairro comercial digital de Algés financiado pelo PRR com um ponto um milhões de euros de investimento elegível. Nessa sessão que foi feita, o vereador declarou que a implementação do projeto tinha sido conseguida. Não posso deixar de assinalar que esta apresentação decorreu precisamente no dia do encerramento financeiro da operação PRR da DGAI (Direção-Geral da Administração Interna). A coincidência levanta também questões legítimas. Considerando o investimento público que foi feito e envolvido e as expectativas criadas junto dos comerciantes de Algés, entendemos que há esclarecimentos a prestar e que são indispensáveis. O que se verifica no terreno é diferente daquilo que foi declarado. O Marketplace foi colocado online na véspera, mas não permite efetuar compras e é, na prática, um diretório. Os mupis estão instalados, mas não funcionam. Não existem cacifos inteligentes e não existe Wi-Fi público disponível. Aos comerciantes falta apoio técnico e falta uma estratégia de comunicação do projeto. Na própria sessão de apresentação, os comerciantes foram informados de que poderiam esclarecer as suas dúvidas, mas assim que o Senhor Presidente da Câmara terminou a sua intervenção, a sessão foi encerrada sem qualquer espaço para perguntas. Pergunto assim à Câmara Municipal o que foi exatamente reportado à DGAI para efeitos de encerramento financeiro do projeto? O projeto foi declarado como executado na sua totalidade? E, para lá do show off, existe uma calendarização concreta e pública para a implementação efetiva de todas as componentes previstas no projeto? O Marketplace funcional, os mupis operacionais, os cacifos, o Wi-Fi e apoio técnico aos comerciantes? Os comerciantes de Algés merecem respostas concretas e esta Assembleia também. Eu informo adicionalmente que os eleitos do Grupo Político Evoluir Oeiras da Freguesia de Algés submeteram a dois de junho, portanto, há mais de um mês, um requerimento formal ao Presidente da Assembleia Municipal de Freguesia com estas questões, mas também até à data não

obtiveram resposta. ----------

----------Depois, também queria falar em relação ao SIMAS. As análises da qualidade da água não têm sido colocadas com a devida antecedência no site e algumas não têm mesmo sido colocadas. Por exemplo, na qualidade das águas balneares, houve um silêncio desde vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco até dezassete de junho de dois mil e vinte e seis. Há utilizadores destas águas todo o ano, nomeadamente atletas e, portanto, era importante que colocassem as análises. Há pelo menos cinco análises que a Assembleia Municipal remeteu aos deputados e que não estão disponíveis no site. Não foram colocadas as de dezassete do onze, dezoito do dois, trinta do três, vinte e sete do quatro e dezanove do cinco. Depois, para a qualidade da água de consumo humano, Oeiras publica os resultados dentro do prazo legal, mas muito perto desse limite. E qual é que é o motivo para tanta demora? E porque é que só agora em junho é que sabemos o que é que se passou de janeiro a março? E porque é que o ficheiro completo onde se mostram três incumprimentos não foi colocado no site? Porque é que a informação que vem para os deputados não é aquela que depois também é colocada no site? O público tem direito a saber os incumprimentos que ocorrem no Município, e não apenas quando a qualidade da água é boa.-----

----------Depois, queria questionar em relação a um assunto que trouxemos a esta Assembleia no início de junho. Se a Câmara já sabe prestar esclarecimentos sobre a exposição de crianças nas redes sociais nos agrupamentos escolares, e saber se o Município já emitiu alguma orientação às direções destes agrupamentos. E pude também verificar que o próprio Município fez uma ação semelhante quando o Panda visitou a creche Rainha Dona Leonor, colocando as caras das crianças no site da Câmara. ----------

----------Depois, relativamente ao Plano Estratégico dos Mercados Municipais (a última questão) já aqui demos a nossa posição. Achamos que é inadmissível um Plano Estratégico não vir aqui e, portanto, recebemos um requerimento que, infelizmente, diz que é estratégico no sentido, não é stricto lato e, portanto, não teria de vir à Assembleia. Eu peço à Senhora Presidente

- isto agora é um requerimento, portanto, já terminei o meu tempo, é um requerimento, Senhora Presidente, eu peço-lhe que peça um parecer jurídico independente porque, pelos vistos, os deputados municipais não podem, de facto, contar com o bom senso da Câmara Municipal. Um Plano Estratégico é uma estratégia, deve ser votado na Assembleia Municipal. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- Mais algum dos senhores deputados que usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.)." ----------

3.8. O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Cumprimento a Senhora Presidente e perante Vossa Excelência os presentes e também quem assiste. ----------

---------- Vou aqui colocar três temas transversais a todo o Município em abono, em primeira instância, dos munícipes.----------

---------- Primeiro tema. Vou reforçar o que foi dito ali pelo Senhor Deputado da CDU relativamente a esta transição da repartição de Finanças de Algés para Paço de Arcos. Os idosos ficaram reféns relativamente a poderem cumprir os seus pagamentos e as pessoas com necessidades especiais. Este problema é imputável, em primeira instância, à Administração Central do Estado, é verdade, mas, contudo, nós temos de ter aqui medidas preventivas e de apoio efetivo quer aos cidadãos portadores de deficiência, quer também aos idosos. As pessoas com idade não utilizam as tecnologias, não sabem utilizar as passwords e, portanto, eu penso que a União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada e Dafundo poderá apoiar estas pessoas, sendo que também as novas instalações da repartição de Finanças em Paço de Arcos é uma rampa de lançamento para uma cadeira de rodas. Não é acessível.----------

---------- A segunda situação tem que ver com os dísticos de estacionamento. Eu penso que

deveria a Câmara Municipal de Oeiras, neste caso o Executivo Camarário fazer um levantamento dos dísticos, pois foi retirado das bibliotecas municipais o dístico de estacionamento aos funcionários. E, por exemplo, a Biblioteca de Algés, que está numa zona castanha, vermelha e tendo em conta os ordenados dos funcionários, torna-se muito dispendioso. E havendo entidades municipais e funcionários que não têm um mas dois dísticos, dois dísticos, às vezes até atribuídos a familiares devia haver um levantamento para esta boa gestão e para a justiça social. Se não há dinheiro para ter tanto dístico, então que só haja um dístico por funcionário.----------

----------Terceira situação e última. Eu quero reportar aqui que as pessoas queixam-se relativamente à atribuição das casas. As pessoas pedem as casas camarárias, casas a custos controlados, depois ficam em determinada posição, passadas três semanas passam para uma posição superior. Portanto, devia haver aqui mais transparência. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhor Deputado, terminou o seu tempo... Obrigada. ----------

----------Mais algum dos senhores deputados pretende inscrever-se para usar da palavra neste período? Ninguém. Então eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, faz favor." ----------

3.9. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. A todos cumprimento.---------

----------Começar pelo início, como convém. O encerramento dos serviços públicos, das Finanças ou da Caixa Geral de Depósitos, é a mesma coisa, trata-se do Estado, seja através dos serviços dos ministérios, seja através do banco público a redimensionar-se, atuam com liberdade. O Município protesta, mas o que podia também ter acontecido é que quando esses serviços foram encerrados durante o Governo que Vossas Excelências apoiaram, Vossas Excelências pressionarem o Governo para não o fazer. Se não foram capazes de o fazer durante os anos que estiveram a apoiar o Governo duma ou doutra forma, como é que podem pedir ao Município para

ser o Município a pressionar sozinho? Portanto, suponho que devam também avaliar as vossas responsabilidades próprias quando apoiaram um Governo que também encerrou repartições públicas e o banco público também encerrou os balcões, diminuindo o serviço à população. Portanto, da nossa parte nós já protestámos muito. Quando a Caixa Geral encerrou balcões no Município numa primeira fase, o Município retirou as contas, ou retirou o dinheiro que tinha depositado nesse banco, ainda que seja um banco público português. Mas se o banco público, na nossa opinião, não estava a fazer a sua função de serviço público, retirámos de lá o dinheiro. Vossas Excelências podiam também ter feito a vossa parte com o peso relativo que tinham e ter impedido que esse caminho tivesse sido seguido.----------

---------- Depois, sobre a democratização do golfe e os preços praticados. Eu só posso acreditar que seja porque um campo tem dezoito buracos e outro tem oito ou nove, deve ser a diferença dos buracos, não sei. Vossa Excelência saberá melhor do que eu a influência dos buracos no golfe e percebo também que não goste muito da expressão "democratização do golfe", ou desse tipo de desportos. Para a prática da eugenia que vocês defendem, certamente, não é o mais interessante, mas nós queremos mesmo a democratização e o acesso de toda a gente a esse tipo de atividades. Depois, dizer que não passa em claro a sua alusão do promotor que comprou terreno em frente. Se Vossa Excelência não gostasse de fazer acusações ignóbeis, saberia que o campo de golfe estava aprovado desde a primeira hora e aquela urbanização estava aprovada desde a primeira hora. Trata-se apenas do licenciamento do que está aprovado desde o primeiro momento. O campo de golfe é uma contrapartida para a aprovação daquela urbanização. Portanto, mais uma vez, as suas atoardas insidiosas não passam em claro. Nós não estamos a apoiar nenhum promotor. O promotor comprou o terreno que tinha determinada capacidade construtiva com uma contrapartida que, por acaso, está lá, comprou há pouco tempo. Portanto, devia pensar melhor antes de lançar este tipo de atoardas, porque não as aceito de modo nenhum. ----------

---------- Depois, sobre o que o CHEGA nos trouxe do Moinho das Antas. Senhora Deputada

dizer-lhe o seguinte: o seu partido, de uma forma ou de outra, costuma ser mais inteligente na abordagem. Vossa Excelência tem de se dedicar a ver os resultados eleitorais. Os resultados eleitorais na escola onde votam as pessoas que moram no Moinho das Antas e o resultado de nós termos deixado transparente ao que vínhamos. Este movimento político deixou transparente ao que vinha. Portanto, a população sabia quais eram as nossas propostas. Nada na manga, tudo às claras. Depois, dizer também: aumentos de volumetria, capacidade construtiva está no plano. O que está no plano é sempre para ser cumprido. Está no plano. Portanto, não vale a pena dizer que o CHEGA defende isto e que não queremos aumentos. Não digam esse tipo de coisas. Está no plano, o plano é para ser cumprido. O plano é para ser cumprido. Não venha dizer que é por vosso conselho, ou porque vocês defendem... Não defendem nada. O está no plano é para ser cumprido. Tudo o que digam serve de pouco para aqui. ----------

----------Sobre a questão da Provedoria de Justiça. Quero dizer que nós, nesta questão da Provedoria da Justiça "albardamos o burro à vontade do dono". Porque o que a Provedoria de Justiça fez foi tirar transparência ao processo. Nós, ao mesmo tempo, dissemos às pessoas: isto é substituído por isto, para que as pessoas saibam, no mesmo momento, o que é que estava a ser retirado e o que estava a ser aprovado. É assim que vai para consulta pública, sabendo. É assim que vai público, para as pessoas poderem comparar no mesmo momento. O que é que a Provedoria de Justiça nos disse? Primeiro uma coisa, depois outra. Na nossa opinião, era muito mais claro dizer, diretamente às pessoas "isto é anulado, para ser isto". Para toda a gente saber. Para saber o que se está a tirar e o que se está a aprovar. E assim é mais claro, é mais transparente. Às vezes, a ansiedade dá nisto. Tanto se quer mostrar transparência que se retira transparência ao processo. A demora no tempo, ou aprovar em tempos diferentes, ao contrário do que se possa entender, na nossa opinião, retira transparência ao processo, porque a pessoa não é confrontada e não compara diretamente. Mas uma vez que a Provedoria aconselhou-nos a ir por esse caminho, e nós não queremos perturbar a Provedoria, porque o Provedor, certamente, sabe muito mais de

desenvolvimento urbanístico e de consulta à população, porque tem muita experiência nisso, nós aprovámos conforme a Provedoria aconselhou e seguimos o caminho. ----------

---------- Depois para terminar. "Oeiras não pode desenvolver-se contra os seus moradores". Volto a dizer-lhe, consulte os resultados onde votam as pessoas do Moinho das Antas, e assim verá o quão errada está a sua afirmação. Ou então quer só ficar no nicho. Quer só ficar no nicho. No nicho. No nicho. No lixo, Vossa Excelência saberá. Eu disse "no nicho". ----------

---------- O Evoluir Oeiras. Bairros comerciais digitais. Foram aprovados nos termos do que é aprovado, porque é um projeto com apoio comunitário, portanto, é público. ----------

---------- E dizer, a única coisa importante a dizer aqui, sobre a ação das crianças do Panda que apareceram nas fotografias. Todas as crianças que aparecem nas fotografias na página do Município têm aprovação dos pais para poderem aparecer nas fotografias. Nenhuma criança que aparece nas fotografias não tem a autorização dos pais. ----------

---------- O Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.) trouxe-nos a questão das Finanças, que já respondi. ----------

---------- A questão dos dois dísticos por funcionário não conheço. Não conheço mesmo. Não conheço. Se conhece, por favor transmita-nos. Ou de pessoa de familiares que têm dísticos também não conheço. Portanto, se me puder esclarecer, agirei em conformidade. ----------

---------- Muito obrigado, Senhora Presidente." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. ----------

---------- Senhora Deputada Anabela Brito (IL) primeiro, e depois a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Faz favor." ----------

3.10. A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Para dizer ao Senhor Vice-Presidente que não precisa ficar tão nervoso, porque as

palavras são suas. O que nós realmente também não admitimos, é que o Senhor ponha na nossa boca palavras e coisas que nós não dissemos. ----------

----------Obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Desculpe, é que ..." ----------

3.11. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: ----------

----------"É para efeitos de um requerimento, Senhora Presidente.----------

----------É só para requerer que as respostas às questões que coloquei sejam colocadas por escrito, uma vez que o Senhor Vice-Presidente não respondeu a nenhuma delas. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada.----------

----------Senhor Deputado Domingos Santos (INOV25), faz favor." ----------

3.12. O **Senhor Deputado Domingos Santos (INOV25)** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) é a segunda vez que nesta Assembleia se refere à exposição de crianças em sites de escolas ou agrupamentos. A preocupação que ela mostra aqui nas suas intervenções é, e deve ser, a preocupação de todos os adultos comprometidos e, sobretudo, os profissionais da educação e quem tutela as escolas.----------

----------No entanto, há que exigir da Câmara e do Município as responsabilidades que o Município tem e não aquelas que o Município não tem. As escolas públicas dependem diretamente da Administração Central não é da Administração Municipal. O Município até podia ter uma escola sua, pode com certeza, mas não é o caso aqui em Oeiras.----------

----------E, portanto, expor crianças é crime, claro. Devemos proteger as crianças, com certeza. Mas a Senhora Deputada não sabe se as crianças que aparecem nos sites dos agrupamentos oficiais

- é destes que estou a falar - têm ou não autorização dos pais e das próprias crianças também para aparecerem. Às vezes os pais autorizam e as crianças não querem e nós respeitámos. Às vezes as crianças querem, os pais não querem, e nós respeitarmos.----------

---------- Agora, a preocupação é nossa também. Eu não sou profissional da política, nem profissional enquanto deputado municipal, sou profissional da educação e estou aqui eleito para representar munícipes de Oeiras. É às escolas que se deve de exigir essa responsabilidade ou esclarecimento, e não ao Município que não tem responsabilidade nesta área.----------

---------- As escolas são autónomas, dependem na sua organização e pedagogicamente da Administração Central e é às escolas e à Administração Central que se deve pedir responsabilidades, ou ao Ministério Público. Que a Câmara se interesse, com certeza que se interessa - e eu podia dar muitos testemunhos disso - como todos nós nos interessamos e a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) também. Ainda bem. Mas a cada um apenas aquilo, que na distribuição das competências num país democrático como é o nosso, compete a cada um. --------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado."----------

3.13. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Posso só fazer um esclarecimento? Foi a primeira vez que levantei aqui a questão. A questão não foi trazida por mim, foi por uma deputada de substituição..."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:----------

---------- "É que não tem tempo, Senhora Deputada. Não tem tempo, não tem tempo."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

---------- " ... que é precisamente mãe de uma dessas crianças."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), ainda tem tempo."----------

3.14. O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** observou o seguinte:----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------É só para dizer ao Senhor Vice-Presidente que pode haver Governos que falhem. É natural, tem muitos. Mas não quer dizer que o seguinte não venha a repor algumas situações, como os portugueses já foram prejudicados por outros e bastante grandes.----------

----------Mas é para dizer que as Finanças em Algés, em setembro de dois mil e vinte e cinco estavam a funcionar a cinquenta por cento. E agora deixou de funcionar totalmente. Porquê? Pronto, isto é uma situação. Como a Caixa Geral de Depósitos. Tem estado a funcionar até agora. Quer dizer, então as decisões vêm de quê, de dois mil e dezassete? Desculpe lá. ----------

----------Obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------O Senhor Vice-Presidente vai responder."----------

3.15. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:----------

----------"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.----------

----------A questão que o Senhor Deputado da CDU nos trouxe. Senhor Deputado, Vossa Excelência sabe que a este Município ou a este Executivo Municipal dificilmente pode apontar alguma coisa nessa matéria. Nós somos provavelmente dos municípios portugueses mais defensores dos serviços públicos. Em toda a sua linha e toda a sua extensão.----------

----------Agora, não nos podem pedir a nós para pressionarem... Esta coisa, ainda no outro dia o Presidente falou sobre isso, esta deriva, esta deriva de ideologia de quinta categoria do Estado mínimo que esquece o que é que é o Estado necessário e o serviço público. Não nos podem pedir a nós isso. Nós vivemos num país que, consequência dos tempos, do ar dos tempos que vivemos,

está infetado destas matérias do Estado mínimo, da redução dos serviços, da digitalização. Veja o que é que acontece aos cidadãos com mais idade, por exemplo, que não dominam as tecnologias de informação e comunicação, muitas vezes no acesso ao serviço público? O que é que acontece hoje a milhares e milhares de portugueses que querem marcar a renovação do seu cartão de Cidadão e não têm com quem falar, porque as marcações ou são digitais (quando se telefona, ninguém atende), num Estado que está despersonalizado e desumanizado? Este é o contexto que nós vivemos. Nós por enquanto em Oeiras, bem ou mal, ainda vamos tendo o Estado na sua dimensão do Poder Local que vai conseguindo responder aos cidadãos. Ainda que muitos dos deputados possam discordar, e não estou a fazer nenhum encómio específico ao Executivo Municipal, mas há resposta dos serviços do Município. Mas nós vivemos um tempo generalizado de recuo do Estado, onde se perdeu noção do que é o bem público, do que é o serviço público, do que é o direito do cidadão a obter a sua resposta, o direito do cidadão de conseguir falar com o serviço que é suportado pelos impostos que paga. Tudo isso se perdeu. Agora, e perdoe-me se fui áspero na resposta que dei, mas é-nos exigido a nós o que não nos pode ser exigido. Nós não podemos, vejam, andamos sempre a combater, liderado pelo Doutor Isaltino, em muitas matérias, alguns vazios que o Estado deixa. E Vossas Excelências sabem isso. Eu digo isto esquecendo que está aqui tanta gente presente, o seu partido sabe perfeitamente os vazios que foram sendo deixados ao longo do caminho. Os vazios que muitos Governos deixaram. É claro que outros Governos podem repor. Agora, efetivamente, quando um Governo tira outro repõe? Ou aproveita que foi o outro que tirou? Normalmente o Governo seguinte já não repõe, aproveita que já foi e vai o bebé com a água do banho.----------

---------- Portanto, da nossa parte, nós estamos totalmente disponíveis. Vejam... Vejam bem isto, e agora deixo esta reflexão a todos os deputados. Já viram como é que o Município que tem trinta por cento da capacidade tecnológica em Portugal, que exporta seis vezes mais do que Cascais e quatro vezes mais do que Sintra, por exemplo, cuja faturação empresarial é mais do que o Porto e

Gaia juntos, onde é que está a Conservatória do Registo Comercial de Oeiras? Onde é que foi o Registo Comercial? Não pensam nisto? Que foi colocado no tempo do Governo da troika em Cascais? O presidente da Câmara de Cascais da altura não era vice-presidente do partido que governava o país na altura? O Governo seguinte voltou atrás nisso? Vocês não acham, sinceramente, que é uma anormalidade que este Concelho, com o nível de desenvolvimento empresarial, com a dinâmica empresarial que toda a gente reconhece - ainda que Vossas Excelências não o queiram reconhecer publicamente, Vossas Excelências da oposição porque estão a fazer política - não acham que é uma anormalidade não haver registo comercial em Oeiras? E é posto no Concelho que exporta seis vezes menos do que nós? Isto é normal? Para quê? Para esvaziar de serviços o Município que não estava da cor do Governo naquela altura? Isto é forma de gerir um país? E depois dizem-nos que foi um grande primeiro-ministro? É normal que nós digamos que foi um péssimo primeiro-ministro. É normal que nós digamos que foi um péssimo serviço ao país. Portanto, nós conhecemos bem o recuo do Estado, o que significou. E o recuo dos serviços à nossa população. Sabemos bem o que é quererem o encerramento das Finanças de Paço de Arcos. Sim, porque não pensem que se houver Loja do Cidadão em Oeiras que não vão fechar as Finanças de Paço de Arcos.... Ou acham que não fecham logo? E quem pagou depois a nova loja? Não se está a ver o caminho? Podemos fazer aqui uma aposta pública, como é logo encerrado, o serviço. E não é obra deste Governo, é de todos. Isto levava-nos a uma conversa muito profunda sobre a organização do Estado, sobre a forma como os poderes públicos veem o Estado. Agora, da nossa parte, Senhor Deputado, o Senhor sabe que nós estamos mais próximos do que distantes nessa matéria.----------

----------Obrigado, Senhora Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente." ----------

----------Mais alguém? Não? Então passamos para a intervenção do público." ----------

4. PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

---------- A **Senhora Presidente da** A.M. disse o seguinte:----------

---------- "Temos duas pessoas inscritas. A primeira pessoa, Senhora Dona Fátima Silva. Faz favor. Não sei se está aqui... Para ali, por favor e faz favor de ligar o microfone. E a Senhora Fátima Silva vem-nos falar sobre obras em cave/via pública. Faz favor de dispor, tem cinco minutos. Faz favor."----- ----------

4.1. A **Senhora Fátima Rodrigues Silva, munícipe de Oeiras,** fez a seguinte intervenção: ------

---------- O meu nome é Fátima Rodrigues da Silva, sou moradora na Rua da Escola Primária, número oito, rés do chão direito, dois mil setecentos e quarenta/zero cinquenta e sete, Porto Salvo. No andar onde resido, apareceu, aquando do último temporal, humidade e água na cave da minha propriedade. Entretanto, após ter chamado ao local um técnico da especialidade foi-me informado que de nada valia proceder à reparação do interior, quando a parte exterior estaria a receber águas novamente. As águas foram bastantes devido ao temporal e continuaram a verificar-se após. No caso da não impermeabilização e de... o empedrado do exterior da cave pertence à C.M.O., pelo que contactada a seguradora a mesma informou que os danos existentes na minha cave não têm início dentro do prédio, mas sim fora, pelo que devo contactar os proprietários do local. Dado que este é a Câmara Municipal de Oeiras, onde é que eu me posso dirigir para ver o que é que posso fazer com a obra, porque eu tenho de fazer a obra agora, porque vem a chuva e eu fico outra vez com a cave alargada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "É isso que a Senhora vem expor? Essa casa é habitação própria, da Senhora? A casa é sua? É isso? Muito bem."----------

---------- A **Senhora Fátima Rodrigues Silva, munícipe de Oeiras**, respondeu o seguinte: ---

---------- "É." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Já fez alguma exposição à Câmara Municipal sobre isto?" ----------

----------A **Senhora Fátima Rodrigues Silva, munícipe de Oeiras**, respondeu o seguinte: ---

----------"Não, porque eu não sei a quem é que me devo dirigir." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito bem. ----------

----------Senhores líderes, pretendem... Senhores deputados dos vários... Temos mais uma senhora, exatamente. Muito bem. Então aguarde, por favor. ----------

----------Temos mais uma munícipe, que é a Senhora Maria Alexandra Queirós Abreu Parente. Faz favor. Tem também cinco minutos e vem nos falar sobre a minuta do contrato de urbanização, processo cento e cinquenta e cinco/dois mil e vinte e cinco. Elevador, mais passadiço e mais estacionamento. É isso? Faz favor. Falar junto do microfone para que se oiça. Exatamente... Ponha o microfone junto a si, para podermos ouvi-la. Exatamente." ----------

4.2. A **Senhora Maria Alexandra Queirós Abreu Parente, munícipe de Oeiras,** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Boa tarde. Venho perguntar junto da Câmara... Portanto, estou a intervir enquanto moradora diretamente afetada pela solução do elevador e do passadiço que ligará a Rua Sacadura Cabral à Rua Joseph Bleck no Dafundo para a realização de um empreendimento imobiliário de apartamentos que não tem a capacidade suficiente para construir lugares de estacionamento no próprio prédio e a Câmara, como contrapartida desse empreendimento fazer um elevador e um passadiço, elevador esse que terá um desnível de cerca de trinta metros, a Câmara vai disponibilizar lugares na Rua Joseph Bleck. Eu pedia que ficasse em Ata estas observações, para depois ser possível responder, se for possível, às questões que vou pôr."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

----------"Sim. Tudo o que a Senhora disser na Assembleia, a Sessão está a ser gravada e, portanto, será transcrito na Ata." ----------

---------- A **Senhora Maria Alexandra Queirós Abreu Parente, munícipe de Oeiras,** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:----------

---------- "Fica em Ata, ótimo. ----------

---------- Portanto, a primeira questão é esclarecer o verdadeiro interesse público desta infraestrutura e a forma como foi integrada no PERU (Programa Estratégico de Reabilitação Urbana) do Dafundo, Cruz Quebrada/Dafundo. O impacto no tráfego e na segurança da Rua Joseph Bleck, que é uma rua, como sabem, sem saída. E a justificação da redução de cinquenta por cento da taxa de infraestruturas urbanísticas, face a um valor orçamentado para esse elevador, que está orçamentado em cerca de oitocentos mil euros, salvo erro. Não tivemos acesso a orçamentos..." -

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Tem de falar mais alto e junto ao microfone, senão não fica gravado sequer o que está a dizer."--- ----------

---------- A **Senhora Maria Alexandra Queirós Abreu Parente, munícipe de Oeiras,** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:----------

---------- "Não tivemos acesso a propostas de orçamento para esse elevador, sendo que o passadiço que foi feito entre o Dafundo e o NOS Alive custou dois ponto três milhões de euros. Portanto, a redução aqui do valor estimado para este elevador parece-nos um pouco excessiva.---

---------- A outra pergunta que gostaria de fazer é quantos lugares de estacionamento vão ser construídos na Rua Joseph Bleck e como é que esses lugares vão ser alocados ao empreendimento de UpperCase, uma vez que é uma via pública. ----------

---------- Em relação ao PERU, ORU (Operação de Reabilitação Urbana) e participação pública, em que momento concreto da operação "percurso pedonal encosta de Santa Catarina associado a elevador público" foi introduzida na versão final do PERU do Dafundo. Essa configuração chegou a ser submetida a discussão pública? O relatório de ponderação do PERU contém alguma análise específica das participações dos moradores sobre o elevador e o percurso pedonal? Senão, como

se justifica uma operação desta magnitude? ----------

----------Em relação à redução de cinquenta por cento da taxa, como já há pouco referi, gostávamos de saber como é que foi calculado que o valor dessa taxa de cerca de duzentos e trinta e oito mil euros, neste caso concreto, quais os parâmetros de edificabilidade, usos e encargos públicos considerados? E em que documentos técnicos esse cálculo se encontra suportado? Quais são os critérios objetivos previstos no regulamento municipal que justificam, neste caso, uma redução de cinquenta por cento dessa taxa? ----------

----------Em relação à mobilidade, tráfego e segurança gostaria de saber que estudo de tráfego específico foi realizado para avaliar o impacto conjunto do empreendimento de UpperCase do elevador, do passadiço e da reconfiguração do estacionamento da Rua Joseph Bleck e na Rua Sacadura Cabral. Existe algum estudo que modele os fluxos adicionais introduzidos pelo elevador e a circulação de viaturas de emergência na Rua Joseph Bleck? ----------

----------Como já há pouco também referi, outra questão é como é que a Câmara garante que esta solução de estacionamento em via pública, dependente do elevador, cumpre as exigências do PDM de Oeiras, nomeadamente quanto à não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e segurança nas vias de acesso às edificações. ----------

----------Muito agradecia as vossas respostas a estas questões. Obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Então agora sim, dou a palavra aos senhores deputados que pretendam usar da palavra. Pode sentar-se e esperar, por favor. Quem pretende inscrever-se? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor." ----------

4.3 A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Agradecer naturalmente a presença da Senhora Fátima Silva e também Alexandra Parente dizendo que, naturalmente, relativamente à Senhora Fátima Silva não me compete a mim dar resposta àquilo que foi questionado. Portanto, só depois de uma apreciação por parte do Senhor Vice-Presidente é que eu poderei dizer alguma coisa, caso seja necessário. ----------

---------- Relativamente à intervenção da Munícipe Alexandra Parente sobre a proposta que hoje vai ser discutida na reunião, que é a proposta, se a memória não me falha, quinhentos e cinquenta e quatro, muitas das questões que a munícipe levantou são questões que nós também queremos levantar. E, portanto, aproveito, agradecemos o facto de terem sido levantadas pela munícipe antecipadamente, porque assim vamos ter oportunidade de discutir não só aqui, mas mais à frente, aquilo que são as dúvidas que a munícipe colocou, nomeadamente com a questão que se prende com o estacionamento, com a acessibilidade pedonal e, acima de tudo, também com as questões de segurança rodoviária que nos preocupam muito na zona da Cruz Quebrada/Dafundo. ----------

---------- Muito obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra agora? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)." ----------

4.4. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Em nome do Grupo Político Evoluir Oeiras queria agradecer às duas munícipes que aqui trouxeram as situações diferentes. ----------

---------- No caso da primeira situação, recordo-me da mesma e recordo-me, inclusive, de ter sido partilhado nas redes sociais este caso. Pensei que dado o prazo que já passou que a situação já estivesse ultrapassada e que o Município tivesse agido sobre isso, porque, segundo me lembro, foi uma situação que também trouxemos a esta Assembleia Municipal. Desconhecíamos que ainda

não estaria resolvida. Em relação ao... E, portanto, aguardamos, pronto, as munícipes não sei se acompanham a Assembleia há muito tempo, o Regimento foi recentemente alterado e, portanto, agora os grupos políticos falam, podem responder aos munícipes antes do Executivo e, portanto, não temos respostas. As respostas são devidas pelo Executivo e, portanto, tal como vós, pacientemente aguardaremos as respostas que o Senhor Vice-Presidente certamente terá para dar. ----------Depois, em relação à segunda munícipe, Alexandra Parente, tal e qual como a Deputada Alexandra Tavares de Moura do PS já informou, também no caso do Grupo Político Evoluir Oeiras, algumas das questões que foram apresentadas também estávamos preparados para as fazer e, portanto, ainda bem que cá veio e se antecipou, mostrando que, muitas vezes, as questões que os deputados aqui trazem não são só as questões dos deputados, não são só as questões dos grupos políticos são, de facto, as questões que os moradores que estão na zona que querem ser envolvidos e que querem tomar partido das decisões que os envolvem, são preocupações também deles.------- ----------

----------E, portanto, há uma questão que ainda não foi abordada, é a questão do ruído na zona e, portanto, estamos preparados para discutir a proposta, mas agradecemos desde já as questões que também foram colocadas. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor." ----- ----------

4.5. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, muito obrigado. ----------

----------Relativamente a esta última questão, são aspetos, um conjunto vasto de aspetos técnicos sobre os quais eu não tenho informação pelo que, enfim, acho que a Câmara terá a oportunidade de dar as explicações todas. ----------

---------- Sobre a primeira questão que foi aqui posta, da infiltração na cave, se bem percebi, a questão é essa, eu sei, pedi informação, que o Senhor Presidente da Junta do Porto tem estado ao corrente daquilo que se passa. Julgo que já teve a oportunidade de falar com esta senhora mais do que uma vez, julgo que, inclusivamente já foi ver aquilo que estava em causa e, portanto, eu julgo que, enfim, para esclarecimento de todos, se fosse dada a oportunidade ao Senhor Presidente de Junta de nos dizer aqui o que aconteceu, e o que é que fez, pela nossa parte, acho que poderia ser útil. Mas, como digo, não temos mais nenhuma informação do que esta, e penso que o Presidente da Junta de Porto Salvo poderia contribuir para que o esclarecimento fosse dado. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- Senhor Presidente da Junta de Porto Salvo, faz favor." ----------

4.6. O Senhor Deputado Jorge Delgado (Presidente da J.F. de Porto Salvo) prestou os seguintes esclarecimentos:----------

---------- "Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente, restantes presentes.----------

---------- Efetivamente... Para já, agradecer também a presença da Senhor Dona Fátima Silva. Pronto, é um tema que tem sido acompanhado pela Junta em conjunto com a senhora, portanto, houve uma primeira reunião que foi no dia dezasseis de fevereiro, em que a situação foi relatada. Inicialmente até se pensou que pudesse ter a ver com o sistema de rega, visto que a cave da senhora, portanto, está abaixo do nível do chão, do piso zero, mas depois chegou-se rapidamente à conclusão que não era daí, tinha sido uma intensidade de chuva bastante e significativa. Ainda ontem a senhora voltou a dirigir-se à Junta, eu falei com a senhora e, como também pode ser testemunhado, de imediato ontem pedi aos serviços da Junta para poderem mais uma vez ir ao local e avaliar a situação.----------

----------Portanto, aquilo que nos parece, naturalmente, é uma situação do edifício, é uma situação do condomínio que tem de ser intervencionada por eles. O que nós nos disponibilizámos também, visto que a senhora, e sabe aquilo que eu vou dizer, a senhora tem uma pessoa especializada na matéria que o Município contratará, e que se predispôs, naturalmente debaixo da contratação do condomínio, a fazer uma intervenção interna. Pronto, e foi isso que nós dissemos à senhora então que fizesse. E aquilo que fosse necessário do nosso lado e, por isso, termos ido ao local, se houvesse ali alguma situação menor ao nível do piso térreo que nós pudéssemos ajudar para indiciar alguma situação, se havia ou não, que o fizesse. Pronto, e assim foi. Ontem falámos com a senhora depois de lá ter ido e, portanto, a situação neste momento, parece-me que, naturalmente, tem de ser resolvida pelo condomínio, porque é uma situação que é interna do próprio edifício."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Que... que tem a dizer sobre esta intervenção da senhora. Muito bem. Não sei se o Senhor Vice-Presidente..." ----------

4.7. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, às duas munícipes presentes. -

----------Depois do esclarecimento do Senhor Presidente da Junta de Porto Salvo, o que eu lhe posso dizer é que eu não conheço tecnicamente o assunto. Não conheço vistorias, não vi relatórios, não sei, não conheço. O que posso fazer é informar-me também e ver se há algum dano no espaço público que esteja de alguma forma, por nossa responsabilidade, a colocar água na cave da sua residência. Todavia, dizer-lhe que há sempre água no espaço público a correr, chove, infiltra-se. Cabe ao proprietário assegurar que está feita a devida impermeabilização da sua propriedade. Daí temos de ver se é nossa responsabilidade, se é sua. Portanto, nós estamos sempre dispostos a avaliar, portanto, não há problema. Estou a ver, estou a olhar para ali para a senhora diretora de Gestão Urbanística, naturalmente, teremos de avaliar. Não conheço, não posso conhecer. ---------

---------- Sobre a questão do condomínio da Joseph Bleck, duas ou três notas. ----------

---------- Um. Naturalmente que o desenvolvimento da operação urbanística foi feito nos termos da lei. Não consigo, não tenho aqui o processo, nem posso saber os detalhes todos, será discutido o detalhe técnico, ou avaliados politicamente os detalhes técnicos pelos senhores deputados dentro de algum tempo, aqui, mas importa dizer duas ou três coisas. Um. Dizer que foi aprovado nos termos da lei; ponto prévio. Ponto segundo, a Joseph Bleck, até ver, é uma rua pública. Portanto, o estacionamento existente na Josepb Bleck não é para servir o vosso condomínio, não é para servir a Joseph Bleck, é para servir os moradores de toda a envolvência. Até ver, o condomínio que está aprovado, está na envolvência. Portanto, o acesso à garagem e o elevador serve não apenas os moradores daquele condomínio, mas também serve quem mora na Joseph Bleck ou quem passa pela Joseph Bleck, quem, por exemplo, quer ir àquela zona pode deixar o automóvel na Rua Joseph Bleck, em frente do seu condomínio, descer no elevador e vir ao café ou comprar o jornal cá abaixo. É tudo espaço público. Como tal, o elevador serve quem lá vive, serve quem visita, serve quem trabalha, serve quem está no Dafundo e quer para cima, serve quem está em cima e quer vir para baixo. Portanto, serve todos. Naturalmente que é espaço público e nós estamos a servir toda a população, não apenas os moradores do condomínio da Joseph Bleck. Aqueles lugares de estacionamento servem toda a gente da envolvência. E é isso que será discutido aqui na proposta, certamente. Por fim eu pensava, para terminar, que os moradores estivessem satisfeitos. Afinal, de contas, moram numa rua, ou numa zona do Concelho que é íngreme, que para aceder cá abaixo a pé têm alguma dificuldade, passam a ter um equipamento que permite a vossa própria mobilidade, portanto, nem sequer consigo entender, pensei que estivessem satisfeitos. Para a vida comunitária é uma coisa importante, pensei que quem vivesse naquele condomínio, queria ter as suas deslocações facilitadas. Sinceramente. Achei que estava a facilitar o deslocamento e a envolvência na comunidade. E pensei que permitia uma melhor envolvência dos moradores na comunidade e que estavam muito satisfeitos. Isto surpreende-me bastante. Portanto, durante a discussão, logo

vamos ver. Portanto, estes eram os objetivos, os detalhes técnicos, se quiserem uma resposta por escrito, eu peço para lhe darem uma resposta por escrito aos moradores, mas eu não consigo ter aqui os detalhes técnicos da negociação, porque não tenho aqui sequer as informações que conduziram ao detalhe, à aprovação.----------

----------É só, Senhora Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. ----------

----------Portanto, neste momento, podemos continuar os nossos trabalhos e passamos para o Período da Ordem do Dia."----------

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA----------

5.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 486/2026 – GAF – relativa à Atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, para apoio à realização das Festas de Nossa Senhora da Conceição da Rocha (os documentos referentes a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Quem pretende inscrever-se neste ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Muito bem. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) e Senhor Deputado Filipa Martins (IL). Faz favor, Senhora Deputada." ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------Começo por assinalar um pequeno lapso na proposta. Na fundamentação legal é referida a Lei setenta e cinco/dois mil e vinte e três, de doze de setembro, quando o correto será a Lei setenta e cinco/dois mil e treze, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais. --------

----------Quanto ao apoio em si, a Coligação Evoluir Oeiras reconhece a importância das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha e não coloca em causa a sua realização nem

o seu apoio. ----------

---------- Eu estive presente nas festas, visitei as mesmas, tive oportunidade no local de dar os nossos contributos de melhoria ao Senhor Presidente de Junta, nomeadamente sugerindo que, no futuro, fosse colocado um painel explicativo com a história da descoberta da gruta, que está aberta a visitas no tempo das festas, e que me parece que é relativamente óbvia a necessidade de um painel que não existiu este ano, e que por isso quem visitou a gruta também não teve a oportunidade de conhecer a história por trás da gruta. ----------

---------- Ao contrário de como age nesta Assembleia Municipal perante intervenções da Coligação Evoluir Oeiras, estranhamente esses contributos foram na altura bem acolhidos pelo Presidente da Junta. É por isso para nós um apoio que é válido, que é merecido e que votaremos favoravelmente. É também um apoio que, segundo o Salão Nobre, foi dado por esta Assembleia em dois mil e dezanove e depois foi disso apenas votado na Câmara Municipal, já que o apoio era dado à Irmandade e não diretamente à Junta. Sempre votámos favoravelmente este apoio na reunião de Câmara no anterior mandato e também votaremos hoje favoravelmente.----------

---------- Em relação à forma é que temos algumas questões. O processo foi conduzido tendo sido enviado um ofício pela Junta de Freguesia a quatro de maio. Um despacho presidencial do Senhor Presidente a seis de maio, dois dias depois, parece-me bastante eficiente. Um cabimento que foi emitido só no dia dezoito, portanto, doze dias depois. Uma proposta que é feita dia vinte, para uma reunião de Câmara de vinte e sete. E chega a esta Assembleia a nove do sete, como sabemos, mais de um mês depois. Portanto, as festas ocorreram de quinze a vinte e cinco de maio, parece-me que estarmos aqui a nove de julho a votar uma proposta que entrou no início de maio na Câmara será desajustado. E, portanto, perguntamos, por isso: porque é que esta proposta não foi apresentada pela Junta com a devida antecedência? Porque é que não foi agendada na reunião de Câmara de treze de maio, que foi a reunião que seria anterior às festas, permitindo a aprovação da Assembleia Municipal de forma mais célere e que ocorresse antes da realização do evento? ---

----------Este caso revela, uma vez mais, uma gestão em cima da hora. A União de Freguesias apresenta um pedido já muito próximo do evento e o Município, apesar de ter o processo praticamente instruído desde o início de maio, deixa-o assim arrastar até depois das festas. Não nos parece ser a melhor forma de gerir os apoios públicos, nem de dar previsibilidade às entidades organizadoras destes eventos. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais alguém...? Senhor Deputado Filipe Martins (IL) e depois o Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.)."----------

----------O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento o Senhor Vice-Presidente, todos os presentes e os que nos assistem remotamente. ----------

----------A Iniciativa Liberal acredita que uma sociedade livre também se constrói através das suas comunidades, das suas associações e das suas tradições. O Estado não cria identidade coletiva, são as pessoas que, ao longo de gerações, preservam o património cultural, religioso e popular que dá carácter aos nossos territórios. ----------

----------As Festas em honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, são um desses exemplos. Representam uma tradição profundamente enraizada em Carnaxide, Linda-a-Pastora e Queijas. Mobilizam a comunidade, envolvem associações, promovem o encontro entre gerações e contribuem para a dinamização da economia local. São, por isso, uma iniciativa que merece ser valorizada e apoiada. ----------

----------É precisamente por reconhecermos esse valor que entendemos que os apoios públicos a eventos desta natureza devem assentar em elevados padrões de transparência e boa gestão. A documentação apresentada demonstra a importância histórica e cultural das festas, mas deixa

algumas questões por responder. Não encontramos quaisquer indicadores que permitam perceber o impacto do investimento municipal. Também seria desejável que o Município definisse critérios objetivos e uniformes para atribuição deste tipo de apoios, garantindo que todas as freguesias e todas as iniciativas são avaliadas segundo os mesmos princípios da transparência, equidade e eficiência.- ----------

---------- A Iniciativa Liberal acredita que apoiar as tradições locais e exigir rigor na aplicação dos recursos públicos não são objetivos incompatíveis. Pelo contrário, reforçam-se mutuamente. Uma boa gestão dos dinheiros públicos é também uma boa forma de respeitar as comunidades e de garantir que estas iniciativas continuam a merecer o apoio dos munícipes. ----------

---------- Por estas razões, a Iniciativa Liberal votará favoravelmente esta proposta, esperando que, no futuro, este tipo de deliberações seja acompanhado por uma avaliação mais completa dos resultados obtidos e por critérios de atribuição mais claros e transparentes. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

---------- A seguir, Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.)." ----------

---------- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.)** fez a seguinte intervenção:-

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Eu, sinceramente, enquanto deputado municipal independente tenho a dizer que esta comparticipação financeira é mais do que uma comparticipação, uma vez que nós estamos a dignificar um Santuário Mariano, um dos mais antigos da região de Lisboa. E também estamos aqui a dignificar a questão intergeracional, uma vez que são festas que se traduzem ao longo de décadas de pais para filhos e que realmente temos de ter em conta.----------

---------- Quero aqui também dizer e utilizando o que foi dito ali pelo Evoluir Oeiras face à gruta, temos também de fazer justiça pela brilhante restauração, pelo restauro foi feito pela Câmara

Municipal de Oeiras. Ficou lindíssima a gruta. Convido a todos, quem não saiba, para ir lá visitar que vale a pena. ----------

----------E também tenho a dizer que face ao valor é um valor muito singelo, porque estamos a apoiar o comércio local, estamos a apoiar também os feirantes e, acima de tudo, estamos a contribuir para Oeiras. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Presidente da União de Juntas."-------

----------O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, caro Vice-Presidente, caros Vereadores, caros Deputados.----------

----------Bem, respondendo à Deputada Mónica Albuquerque (CEO) dizer-lhe que todos os contributos, quando são bons, são todos bem acolhidos. Agora, aqueles que são mal-intencionados como aquela proposta de recomendação do Evoluir há duas semanas, obviamente que não, que é completamente rejeitado. ----------

----------Agora, relativamente às questões, relativamente ao processo burocrático destas festividades é mencionado que é desajustado, não foi eficiente, não foi realizado da melhor forma. Tenho a dizer completamente o contrário. Foi realizado da melhor forma possível. Quem faz este género de observações não percebe como é o que é o dia a dia da Administração Pública, nem de um município, nem de uma junta de freguesia. E é por isso que estes comentários são realizados. Foi acordado um planeamento para essas festividades a nível artístico, a nível logístico, foi solicitado um apoio ao Município de Oeiras e todo o processo foi conduzido da melhor forma possível pelo Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.----------

---------- Relativamente às questões da Iniciativa Liberal. Eu não sei que género de avaliação é que pretendem, qual é que é o serviço da Câmara que vai realizar esse género de avaliações. Não só para esta iniciativa, como para todas as outras. Não sei se o Município de Oeiras deve criar um departamento, contratar mais recursos humanos para realizar estas avaliações e, com certeza que se viessem aqui, não teriam a total independência, ou a independência necessária. Mas esse género de avaliações quando são trabalhos bem realizados, são contratados externamente e, obviamente, que tem custos. A melhor avaliação nossa, das Juntas de Freguesia e do próprio Município é estar presente nas iniciativas e, neste caso, correram muito bem. As Festas da Nossa Senhora da Rocha tiveram uma paragem de dois anos devido às obras de requalificação do espaço, o espaço ficou muito bonito. Foi a oportunidade para várias pessoas conhecerem este novo espaço reabilitado. Muitos dos visitantes nunca tinham estado lá, outros nunca tinham estado após as obras, e ficaram muito, muito contentes com a intervenção, uma grande intervenção do Município de Oeiras. O espaço ficou muito bonito e foi ótimo para os artistas locais, para as associações locais, para os visitantes, para os feirantes, para todos. ----------

---------- E, já agora, relativamente a esta questão das avaliações. Há uns anos atrás, o Município de Oeiras realizou um festival que se chamava Sushi Fest e também há uns anos atrás, se não me engano foi em dois mil e dezoito, realizou um evento chamado Natal Encantado. Essas duas iniciativas não correram bem. Nós estivemos presentes, não foi necessária a contratação de nenhum serviço de avaliação. Todos nós verificámos que não correram bem e os dois eventos não passaram da primeira edição.----------

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Presidente de Junta. ----------

---------- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------O Partido Socialista não tem objetivamente nada a opor à atribuição de subsídios para a realização de festas. E agradecemos muito as explicações dadas pelo Senhor Presidente de Junta que, naturalmente, faz tudo o que pode para defender aquilo que é o seu território e o bem-estar da sua população.----------

----------Mas há uma coisa que o Partido Socialista tem de afirmar aqui, como tem afirmado noutras propostas. Toda a gente sabia que as Festas de Nossa Senhora da Rocha iriam ser realizadas com tempo suficiente para que a proposta e o pedido de apoio tivessem dado entrada na Câmara no momento certo e que pudesse ter percorrido os diferentes trâmites procedimentais a ponto de ser aprovado quer antecipadamente na Câmara, quer antecipadamente na Assembleia Municipal. E, portanto, a única coisa que fazemos é registar o nosso profundo desagrado pela forma como ainda hoje não há capacidade de planeamento séria daquilo que são os serviços municipais, sabendo que estas atividades estão previstas e toda a gente sabe que elas vão efetivamente acontecer. - ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora deputada. ----------

----------Mais ninguém pretende intervir? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)." --

----------A **Senhora Deputada Mónica Alhuquerque (CEO)** referiu o seguinte:----------

----------"Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------O Senhor Presidente de Junta Inigo diz que não conhecemos o dia a dia da Administração Pública. Mas o Senhor está a dizer isso a uma pessoa que é da Administração Pública, é funcionária da Administração Pública há quase dezoito anos e que lida com processos semelhantes a este.----------

----------E, portanto, se eu não sei o que é a Administração Pública, certamente, saberá o Senhor

Presidente de Junta Inigo que está no terceiro mandato, que é Presidente de Junta, cujas festas acontecem todos os anos e, portanto, ele acha que é adequado enviar para a Câmara Municipal uma proposta dez dias antes das festas e que tem de ser aprovada por dois órgãos municipais, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Acho que só estas declarações mostraram bem quem é que não sabe o que é a Administração Pública, Senhora Presidente." ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhor... Faz favor. Quanto tempo agora? Faz favor." ----------

---------- O **Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas)** interveio e disse o seguinte: -- ----------

---------- "Cara Presidente.----------

---------- Tanto para o PS, para a Deputada Alexandra (PS), como para a Deputada Mónica (CEO), gostaria de mencionar que todos nós gostamos de trabalhar com planeamento o máximo possível, isso é muito importante. ----------

---------- Só para dizer que as tempestades que ocorreram no início do ano não vinham nas GOP do Município de Oeiras, nem das Juntas de Freguesia, no ano de dois mil e vinte e cinco. Ou seja, há muita coisa que acontece, há muitas imprevisibilidades e nós estamos sempre prontos para resolver os problemas associados a todas as situações que surjam. Por isso, aprendam o que é a Administração Pública. A Administração Pública é isso, é estarmos sempre prontos para tudo o que acontecer no dia a dia." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. ----------

---------- Estamos..."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: ----------

---------- "Deduzo então pelas afirmações do Senhor Presidente de Junta que era completamente

imprevisível que ocorressem as Festas da Senhora da Rocha. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Eu vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente. ----------

----------Não sabia que queria usar da palavra, faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -------

----------"Senhora Presidente, eu queria agradecer a explicação do Senhor Presidente de Junta que foi capaz de explicar porque ninguém aqui sabia que era imprevisível acontecerem as tempestades. E também ficámos bastante elucidados que tamhém era imprevisível que as festas fossem acontecer. E que uma coisa e a outra têm exatamente o mesmo grau de imprevisibilidade e também de certeza por parte de um Presidente de Junta que tem tanta experiência de Administração Pública. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Ainda tem tempo, faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** referiu o seguinte:----------

----------"Cara Presidente. ----------

----------Só para dizer que eu agora após esta declaração da Deputada Alexandra (PS) compreendo melhor aquele "show basófico" que ouvimos há dois dias atrás relativamente ao estado do Município e porque é que o Município não realizou uma série de políticas, uma série de iniciativas que estavam previstas já há vários anos."----------

----------**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada." ----------

---------- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Só para dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas que é preciso ter lata para falar dos "shows basóficos" de outros nesta Assembleia Municipal. ---------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente sobre... Ainda quer intervir, faz favor." ---

---------- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já a cumprimento a si, ao Doutor Custódio, Doutor Miguel Bugalho, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. ----------

---------- Era só para dizer o seguinte para a Ata: o INOV não aceita lições de planeamento de ninguém.-- ----------

---------- Olhe, vou começar por Almada, não sei se diz alguma coisa a algum deputado. Vou começar para Almada. Foi fantástico ouvir este Presidente de Câmara dizer que, devido ao planeamento feito há trinta anos, há trinta anos, aos oeirenses para faltar água aos oeirenses, a menos que haja algum dilúvio, ou algum problema grave, alguma catástrofe, são três dias que temos. É a maior reserva estratégica. As reuniões de planeamento presididas pelo Doutor Isaltino são míticas, são lendárias, são maratonas, senhores deputados. A gente não aceita lições de planeamento de ninguém. Se há alguma coisa que funciona bem e que é o DNA desta governação chama-se planeamento. Planeamento com todos os serviços. ----------

---------- Portanto, senhores deputados, eu compreendo que é difícil a vossa posição, aliás, viu-se, foi ridículo o debate do estado do Município. Vossas Excelências têm um alvo lá em casa com a fotografia do Doutor Isaltino e passam o tempo a mandar setas, não é? Aliás, desprezando os outros deputados, como se debater connosco não fosse importante. ----------

----------Portanto, senhores deputados, têm todo o direito de fiscalizar, de protestar, de querer... Agora de planeamento... Bola da vossa parte. Bola. Oeiras faz escola em planeamento, senhores deputados. Faz escola. Escola. Quando há reuniões de planeamento, todos os dirigentes máximos da Câmara estão lá, está a perceber, Senhor Deputado? Portanto, tentem outra estratégia, voltem aos gafanhotos, aos girassóis, aos amiantos, essas coisas, não é, que por aí talvez consigam marcar alguns pontos. Agora, em relação ao planeamento, senhores deputados, até dá vontade de rir. ----

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Senhora Deputada Anabela Brito (IL)."----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:----------

----------"Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------Só que nesta troca de argumentos eu fiquei sem perceber, ou nós ficámos sem perceber e pedia um esclarecimento, se realmente o que é imprevisível era as festas, ou eram os custos das festas, e por isso é que só vem à Assembleia posteriormente. Porque como não se sabe qual é o custo, vai-se gastando, vai-se gastando e depois é que vem aqui à Assembleia. ----------

----------Pronto, obrigada. Era só." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)."----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -------

----------"Senhora Presidente, eu peço imensa desculpa de ter de voltar a intervir, mas eu queria perguntar ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25) porque é que ele falou em Almada. Por uma razão muito simples: o Partido Socialista aqui foi eleito em Oeiras, numa lista que foi a votos em Oeiras, portanto, eu não consigo perceber... Porque é que não falam da Amadora? Porque não

falam de outros municípios? Porque estão a falar de Almada? Há alguma razão que me esteja a escapar? Se o Senhor Deputado for capaz de explicar.. Porque eu espero sempre da sua parte uma elegância e uma eloquência que não lhe reconheci neste discurso, o que lamento profundamente, Senhor Deputado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Bom, centremo-nos no ponto um da nossa Ordem de Trabalhos. Dou agora a palavra ao Senhor Vice-Presidente."----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Na ausência de esclarecimento da razão do Deputado João Viegas (INOV25) ter falado de Almada, é uma questão simples. É que a Senhora Deputada do Partido Socialista é diretora de habitação de Almada, durante alguns meses onde... Eu limitei-me a dizer que era diretora departamento de habitação, não sei se feri a honra por dizer que era diretora do departamento habitação. O que dirão os almadenses de durante esse período não se ter feito nada na habitação em Almada. Muito mais. Suponho que era isso, eu percebi assim.----------

---------- Também posso pressupor que deve-se ao facto, por outro lado, do Evoluir Oeiras também nas suas listas ter lá um diretor em Almada, ou um chefe de divisão. Portanto, os dois movimentos políticos que estavam aqui neste espetáculo de planeamento e previsão, estavam-nos aqui a tentar explicar a governar Oeiras quando não conseguem sequer levar água. Quando não conseguem sequer levar água. Era só isso, suponho que era só isso que estava aqui a ser explícito. Agora, volto a dizer, antes de eu passar ao resto da minha intervenção, não consigo entender o que é que dizer que uma pessoa exerceu funções como diretora de habitação de Almada é ofensa à honra. A própria talvez saberá, mas, deve a própria depois explicar. ----------

---------- Todavia, dizer que, naturalmente, esta proposta esteve até algum tempo para ser

agendada na Assembleia Municipal, porque houve outras propostas que se sobrepuseram. Apenas e só. É o normal funcionamento da administração. Não é falta de água... Não é as pessoas não terem água para beber, não terem água para tomar banho... Não se trata disso, trata-se apenas de algum período de tempo entre a aprovação na Câmara e a aprovação na Assembleia Municipal. Volto a dizer, em Oeiras não há falta de água na casa das pessoas para beber. O vosso exemplo, o exemplo onde Vossas Excelências exercem funções é esse: não conseguem levar água para as pessoas beberem. E, depois, querem nos dar lições de planeamento. Eu não podia estar mais de acordo com aquilo que o Deputado João Viegas (INOV25) aqui nos trouxe. Não têm autoridade mínima para falar de governação pública. Não têm, peço imensa desculpa.----------

----------É só, Senhora Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada. ----------

----------Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) para defesa da honra, faz favor."

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra:**----------

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Na Administração Pública a permanência num cargo não é um fim em si mesmo. A responsabilidade de um dirigente não consiste em manter-se nesse lugar e em funções a qualquer preço. Consiste em saber se manter quando existem condições para o exercício do cargo, e em saber sair quando reconhece em sua consciência que essas condições não existem. E digo mais, fique também claro que as razões que levaram à minha renúncia estão esplanadas e consignadas no ofício que entreguei na altura devida. ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** observou o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

---------- Apenas para dizer que eu uma vez almocei em Almada, portanto, também eu devo ser culpado da falta de água em Almada, segundo o raciocínio do Senhor Vice-Presidente. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- Faz favor, Senhor Vice-Presidente."----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Dizer apenas que, na sequência do que foi dito pelo Deputado João Viegas (INOV25) e eu próprio, não entendo onde está a ofensa à honra dizer que alguém desempenhou funções na Câmara Municipal de Almada. Não entendo onde é que está a ofensa à honra, nem entendo onde é que se ofende a honra dizer que um membro da lista do Evoluir é diretor em Almada. Só dissemos isto e dissemos que onde exerceram funções, não há água suficiente para as pessoas. Só isto. No entanto, querem provavelmente colher os ensinamentos de lá, para nos ensinarem a governar o Município de Oeiras. Os oeirenses estejam atentos, o que vos oferecem é isto.----------

---------- Obrigado." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhores deputados, estamos em condições de passar à votação. A Senhora Deputada pretende... Não há resposta à resposta a defesa da honra, mas faz favor então. Não é para isso, é para outra coisa."----------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -------

---------- " É para efeitos de uma intervenção, porque tenho tempo."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor, faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -------

----------"Para dizer ao Senhor Vice-Presidente e a todos que cada um sabe a ética com que faz as suas intervenções. E, naturalmente, essa necessidade toda de repisar diz tudo sobre si, porque sobre mim garanto que não diz nada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada.----------

----------Passamos então à votação, porque já estamos há muito tempo nas Festas da Senhora da Rocha e parece que ninguém está a festejar coisa nenhuma. ----------

----------Senhores deputados, vamos passar à votação. Senhor Vice-Presidente, vamos passar à votação.---- ----------

----------Foi aprovada por unanimidade a proposta." ----------

5.1.1. VOTAÇÃO----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares

de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho), dois do Partido Chega (José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Deputado Não Inscrito (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).----------

---------- O Senhor Deputado Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 162/2026**----------

---------- **PROPOSTA C.M.O. N.º 486/26 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE Nª. SRª. DA CONCEIÇÃO DA ROCHA**----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e oitenta e seis barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número vinte e oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de maio, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político

Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Deputado Não Inscrito, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de cinquenta e um mil setecentos e sessenta euros, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, para apoio às despesas inerentes à realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Passamos agora.... Desculpem... Quem pretende fazer alguma declaração de voto? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)."----------

5.1.1.1. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Senhora Presidente. ----------

----------Eu não posso deixar de lamentar as últimas declarações do Senhor Vice-Presidente, confundindo aquilo que são funções técnicas, daquilo que são funções políticas."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada, mas não é para uma declaração de voto?" ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

----------"É, é para efeito de uma declaração de voto."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhor Vice-Presidente... Faz favor então. Vamos lá." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Alhuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada e agradeço que não me interrompam, uma vez que é uma declaração de voto. --- ----------

---------- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta proposta, porque, como disse, apoia a realização das festas, percebe a sua importância. As críticas que fizemos aqui hoje foram construtivas de maneira que, no futuro, a previsibilidade seja maior e que as propostas, tal como outras que já vieram cá à Assembleia e que temos sistematicamente dito o mesmo, sejam feitas com a antecedência devida, de modo que os órgãos funcionem em plenitude. Não podemos constantemente estar a votar nesta Assembleia a favor da atribuição de financiamento às juntas de freguesia posteriormente aos eventos realizados. Isto é para outras propostas, não é só para esta. -

---------- Muito obrigada, Senhora Presidente." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Para declarações de voto, mais alguém, declaração de voto? Faz favor."----------

5.1.1.2. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----------

---------- "Para dizer que votamos favoravelmente porque há muito interesse público nesta proposta de deliberação. E também a proposta em si está elaborada de acordo com a lei, com todos os conteúdos necessários, passou também por todos os órgãos necessários e tudo devidamente validado.-- ----------

---------- Por isso, muitos parabéns também ao desempenho do Município de Oeiras na condução deste processo. ----------

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

----------"Obrigada. ----------

----------Mais alguma declaração de voto?"----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez o seguinte **Pedido do Esclarecimento**: ----------

----------"Eu tenho um pedido de esclarecimento, quando puder fazer." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Sim, faz favor."----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

----------"O Senhor Presidente de Junta Inigo (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) sistematicamente diz "nós votámos", fala no plural. Portanto, eu gostava de saber, a declaração de voto se é individual e relativamente à sua posição nesta matéria, se está a representar os presidentes de junta, se está a representar o INOV, porque cada vez mais o Presidente de Junta age como sendo o líder de bancada do INOV e eu gostava de ser esclarecida sobre isso."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada.----------

----------Pediu a palavra a Senhora Presidente de Junta, faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados e quem nos assiste. ----------

----------Bom, passados estes meses, eu só queria reforçar que a liderança da Junta de Freguesia de Barcarena está sempre muito bem entregue. Portanto, nós não nos reunimos, nem decidimos, nem organizamos, nem planeamos nas Assembleias Municipais. Nós reunimos, conversamos e estamos todos muito alinhados em servir o melhor que nós sabemos e podemos os nossos

munícipes. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente de Junta."----------

---------- Muito bem. Vamos então passar ao ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos.."-------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa**: ----------

---------- "Presidente, peço desculpa. Ponto de Ordem à Mesa.----------

---------- Eu não queria..., eu queria que ficasse a pensar no seguinte. A eleição dos diferentes presidentes de junta não é feita pela mesmo movimento que foi eleito quem está sentado na bancada da Assembleia Municipal. Daí que a declaração de voto tem de ser em nome de quem está sentado na Assembleia Municipal. São cinco, foram cinco não, foram seis, seis movimentos diferentes, seis candidaturas, não é seis movimentos diferentes, mas seis candidaturas diferentes e, por isso, será importante que a Senhora Presidente possa, de alguma maneira, quando tiver oportunidade, de estudar, não lhe peço que seja agora, estudar esta questão e que verifique se, de facto, a declaração de voto pode ser feita por um presidente de junta quando diz respeito à declaração de voto da bancada e não dos presidentes de junta."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Fica... Muito obrigada e vamos ultrapassar agora este ponto. Quem fez declaração de voto foi o Senhor Presidente de União Juntas que falou, esse voto está consignado, apesar de ter utilizado "nós", há pessoas que falam no plural, "nós...". Há muita forma de falar. Há muita forma de falar... E há pessoas que falam no plural.----------

---------- Um esclarecimento? Faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado António Vicente (INOV25)** fez o seguinte **Pedido de Esclarecimento**: ----------

----------"Gostava de perguntar, atendendo a esta proposta da Senhora Deputada do PS, se não deveria ter-lhes sido tomado em consideração durante a elaboração do atual Regimento o facto de cada um dos presidentes representar um movimento autónomo, se não deveria ter-lhes sido atribuído também um tempo de intervenção autónomo. É que nenhum deles tem tempo autónomo. Mas se a lógica serve para uma situação, acho eu que deveria servir para todas. A não ser que (é a minha opinião) a questão que foi colocada seja, pura e simplesmente, totalmente absurda. --------

----------Disse, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Eu dei a palavra ao Senhor Presidente da União de Juntas Inigo Pereira e ele fez uma declaração de voto que está consignada em Ata. Quanto à interpretação e questões subsequentes que se levantam relativamente a isto, para o futuro, iremos apreciar. Não é aqui no meio de uma Assembleia, nem vou suspendê-la para tratar deste assunto. Tento conduzir esta Assembleia com alguma dignidade e quero passar às outras propostas que estão aqui, que nós temos de apreciar. E, portanto eu estava a meio da leitura da proposta dois que já nem vou ler."----------

5.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 492/2026 – DMOTDU/DGU/DLEU – relativa à Redução de 50% do valor da compensação urbanística por impossibilidade de garantia física de 3 lugares de estacionamento e pela não cedência das áreas afetas a equipamentos de utilização coletiva e habitação pública (85,73m2) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)----------

----------A **Senhora Presidente da** A.M. disse o seguinte: ----------

----------"E ponho à consideração de Vossas Excelências se querem usar da palavra quanto ao ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos. E quem quiser que se inscreva. Faz favor, Senhora Deputada." ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Na Assembleia de dez de março deste ano (a proposta já tinha aqui vindo, muito semelhante) alertámos na altura para incongruências na proposta que levaram na altura à sua retirada. --- ----------

---------- Em concreto, a redução da compensação que era submetida a votação sem que estivesse identificado o respetivo valor e também inconsistências quanto ao número de lugares de estacionamento em défice. Nuns sítios dizia três, noutro quatro. A proposta agora apresentada corrige estas falhas, esclarecendo o método de cálculo, o valor de setenta e dois mil euros e o número de lugares em causa, indicando que são três e a respetiva fundamentação técnica. Registamos então que as observações da oposição no dia dez de março contribuíram para melhorar a proposta, e só lamentamos que a correção, tão simples, tenha novamente demorado quatro meses a voltar a esta Assembleia.----------

---------- Depois, também queria aproveitar para perguntar se este promotor irá beneficiar do regime de reabilitação urbana. Como sabem, as Áreas de Reabilitação Urbana (nomeadamente costumam designar-se ARU) dão acesso a benefícios fiscais, mas dependem da aprovação das Operações de Reabilitação Urbana (as ORU). E que o façam no prazo legal. ----------

---------- Ora, no Geoportal do Município constam apenas quatro ARU, mas apenas três ORU, não existindo qualquer Operação de Reabilitação Urbana para a zona de Algés. E, portanto, a ARU teria sido aprovada em janeiro de dois mil e vinte e três, tendo caducado três anos depois por falta desta designação.----------

---------- Isto é relevante porque a proposta que temos em mãos para votar justifica a redução de cinquenta por cento do valor com a "revitalização" do Núcleo Histórico de Algés de Cima, quando o instrumento legal que enquadraria essa revitalização já não existe. Portanto, a ARU caducou, porque não há ORU e, portanto, deixar aqui as seguintes questões: ----------

---------- Confirmam que a ARU de Algés, Dafundo e Cruz-Quebrada caducou

automaticamente em fevereiro de dois mil e vinte e seis porque não houve ação da Câmara para criar uma ORU?----------

----------Depois, sendo esse o caso, como se sustenta a fundamentação da proposta, que invoca a "revitalização" do Núcleo Histórico de Algés de Cima? ----------

----------Se há previsão de uma nova área de delimitação de ARU e/ou aprovação de ORU para Algés, à semelhança do que já foi feito para o Dafundo? E até lá, se continuam a decidir-se casos individuais como este sem qualquer enquadramento sistemático de reabilitação urbana?----------

----------Finalmente. O imóvel está (ou esteve) abrangido por benefícios fiscais (IMI, IMT, IVA reduzido, etc.) associados a uma ARU de Algés, que entretanto caducou? E, portanto, esses benefícios foram considerados na avaliação de proporcionalidade desta redução adicional que agora querem atribuir? ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada. ----------

----------Quem mais pretende intervir? Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor." ------

----------O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------Há propostas em que é fácil encontrar consenso e eu penso que esta é uma delas. Estamos perante a recuperação de um edifício degradado, no núcleo bistórico que passará a disponibilizar sete novas habitações. Num país onde todos dizem querer mais habitação, seria estranho penalizar quem a cria. A redução da compensação faz sentido. A impossibilidade de cumprir determinados parâmetros resulta das características do edifício e não da vontade do proprietário.----------

----------Mas este processo deixa-nos uma reflexão. Sempre que chega um processo destes à Assembleia ficamos com a sensação de que o urbanismo português - e digo português - vive de

exceções. As regras são tão rígidas que quando aparece um projeto tem de vir e voltar a vir a Assembleias Municipais para o autorizar, onde seria o bom senso que deveria prevalecer. Talvez o problema não seja este processo, talvez sejam as regras. ----------

---------- A Iniciativa Liberal defende precisamente isso: regras simples, previsíveis e transparentes. Quem recupera património, revitaliza centros históricos e cria babitação não devia depender de sucessivas exceções administrativas. Devia saber desde o primeiro dia com o que pode contar. ----------

---------- Hoje votaremos favoravelmente esta proposta, mas esperamos que um dia possamos discutir menos reduções de compensações e mais reformas que tornem estas reduções desnecessários. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. ----------

---------- Mais alguém pretende usar da palavra? Temos dois inscritos. Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.) e depois Senhor Deputado Jorge Rato (PS). Faz favor." ---------

---------- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.)** interveio e disse o seguinte:

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Enquanto Deputados Municipal Independente, considero ser meu dever enquanto membro pertencente a um órgão de fiscalização, deixar registadas duas reservas técnicas, não como um entrave ao investimento (não como um entrave ao investimento), mas como contributo construtivo para que a execução decorra em pleno cumprimento das exigências regulamentares e das melhores práticas. ----------

---------- A experiência demonstra, sendo perentório que pequenas desconformidades não resolvidas em fase inicial, como visualizado, podem transformar-se em problemas persistentes durante décadas. Basta recordar situações conhecidas no Concelho, como alguns processos de

regularização urbanística na Cruz Quebrada/Dafundo. É precisamente para evitar que erros do passado se repitam, entendendo ser prudente deixar duas observações que, numa primeira instância parecem simples, mas, por vezes, podem originar décadas relativamente à sua regularização.-----

----------A primeira tem que ver com os resíduos sólidos urbanos. Importa assegurar todavia esta articulação com os serviços municipais competentes. Uma solução técnica adequada e compatível com os sistemas de recolha existente é fundamental. ----------

----------A segunda e última situação tem que ver com ultrapassar as desconformidades identificadas entre o projeto e a AVAC, que é o aquecimento, a ventilação e o ar condicionado que hoje em dia na lei constantemente pedem ou então, os projetos vão todos por água abaixo. Neste caso não vou, todavia, apresentar aqui qualquer tipo de crítica, porque essas coisas se resolvem, mas que fique em Ata estas duas observações. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Quem mais pediu a palavra? Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez seguinte intervenção:----------

----------"Senhora Presidente, muito obrigado. ----------

----------A Proposta de Deliberação número quatrocentos e noventa e dois/dois mil e vinte e seis visa reduzir em cinquenta por cento o valor da compensação urbanística por impossibilidade de garantia física de três lugares de estacionamento e pela não cedência das áreas afetas a equipamentos de utilização coletiva e habitação pública.----------

----------Trata-se da reabilitação de um edifício existente, de uso industrial, propondo a alteração de uso, sem alteração de área, para habitação coletiva com sete fogos.----------

----------Em face dos argumentos aduzidos na informação dos serviços, o Partido Socialista acompanha a proposta. ----------

---------- Contudo, dada a localização desta operação urbanística, no Núcleo Antigo de Algés de Cima, onde a escassez de estacionamento é crítica, considera-se urgente equacionar soluções que permitam aumentar os lugares de estacionamento local, pelo que se questiona o Executivo Municipal acerca das medidas e dos investimentos que considera necessários para aumentar o estacionamento no futuro.----------

---------- Finalmente, gostaríamos ainda de perguntar qual a solução encontrada para o tratamento dos resíduos sólidos, uma vez que na documentação é afirmado que a solução proposta não é satisfatória.----------

---------- Muito obrigado, Senhora Presidente."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

---------- Mais algum dos senhores deputados? Faz favor, Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) e depois Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN)."----------

---------- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** referiu o seguinte:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

---------- Atendendo à natureza do projeto incidente exclusivamente sobre um edifício preexistente devoluto envolvido pelo núcleo histórico da Vila Madalena e Algés de Cima, a CDU considera justificada a impossibilidade de cedência para dotação de estacionamento, áreas verdes e equipamentos atendendo à regulamentação municipal. ----------

---------- A informação técnica também se considera adequada a redução das respetivas taxas, observando-se o interesse da revitalização daquela área urbana. Consideramos contudo que a Câmara Municipal de Oeiras deveria garantir o compromisso do promotor com a qualificação do espaço público do Largo Vila Madalena e ligações adjacentes. Consideramos também que deverá explicitar de forma clara o destino da taxa cobrada, mesmo que reduzida, para que a população possa acompanhar e melhor conhecer o modo como as compensações devidas são aplicáveis na

melhoria do seu ambiente urbano.----------

----------Obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais algum dos senhores deputados pretende fazer alguma intervenção? Senhora Deputada, faz favor."----------

----------A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte: -----

----------"Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------O PAN acompanha esta proposta por entender que a reabilitação do património existente e a recuperação de edifícios devolutos devem ser incentivadas sobretudo nos núcleos históricos, contribuindo para aumentar a oferta habitacional sem promover a expansão urbana. --

----------Aproveitamos apenas para questionar se este mecanismo de redução de compensações assenta em critérios uniformes aplicáveis a situações idênticas, garantindo igualdade de tratamento entre todos os promotores.----------

----------Obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, com a sua autorização passava a palavra à Senhora Diretora de Gestão Urbanística do Município de Oeiras e eu complementaria no final. Senhora Diretora..." --

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor. Faz favor de ligar o microfone." ----------

----------A **Senhora Paula Cristina Cabral, Diretora de Gestão Urbanística**, prestou os seguintes esclarecimentos:----------

----------"Boa tarde a todos. ----------

---------- Portanto, relativamente às situações que foram aqui abordadas, uma das lacunas que vinha na proposta anterior era a falta de indicação do valor da compensação. E eu gostava de esclarecer que essa situação decorre de quando nós aprovamos um projeto, ou submetemos à Câmara a aprovação de um projeto, a taxa que está em vigor é a do ano da aprovação. Contudo, estas taxas devem ser atualizadas porque elas só quando é feito o pedido de emissão da licença... Portanto, a aprovação do projeto é num momento, a emissão da licença será em momento posterior. Às vezes decorre mais de um ano desde o momento da aprovação do projeto (às vezes até decorrem mais anos, quatro/cinco anos) até ao levantamento da licença. E, nessa fase, é que são calculadas as taxas. As taxas devidas são ao ano que estiver em vigor quando é feito o pedido de emissão da licença. Por isso, a prática de trazer aqui - e que é justo que, realmente, se tenha de informar e que os senhores deputados tenham acesso a essa informação - este valor que aqui está é indicativo à data da aprovação do projeto, porque ele pode ver-se incrementado porque, sucessivamente nos anos que depois decorrem até à emissão da licença, o valor será outro. Isso, por vezes, pode trazer confusão ao promotor ou ao titular da operação urbanística, porque estamos neste momento a deliberar que é um valor e depois teremos de o atualizar mais tarde. Por isso também fizemos questão de esclarecer que o valor que aqui está é o indicativo à data da aprovação, mas que pode ver-se atualizado quando for pedida a emissão da licença. Pronto, essa era uma situação e, por isso não vir indicado na primeira proposta, mas que corrigimos. ----------

---------- Relativamente à questão dos lugares de estacionamento e portanto, da redução da compensação e ARU ou não ARU. O critério que aqui é aplicado para a proposta de redução da compensação tem por base a tabela de taxas em vigor. A tabela de taxas prevê que, quando haja operações de reabilitação em centros históricos e que reporta aquelas que estão identificadas no PSCACO, que é o plano que identifica os núcleos urbanos históricos, poderá haver redução até uma determinada percentagem, em função da operação urbanística. Portanto, não estamos aqui, o enquadramento desta proposta de redução não é suportado na existência ou não da ARU ou ORU,

mas sim por se tratar de uma reabilitação em centro histórico que é reconhecida na tabela de taxas, portanto, no programa de incentivos à reabilitação dos centros históricos é reconhecida, podendo beneficiar de uma redução de taxa. Não sei se..."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Senhor Vice-Presidente, pretende continuar?" ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente. ----------

----------Na sequência do que eu vinha dizendo na intervenção da senhora munícipe, esta operação urbanística quer-se e deseja-se envolvida na comunidade. Aliás, a ligação com o elevador tem exatamente..." ----------

----------**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** perguntou o seguinte:----------

----------"Não é esta? Esta é qual?" ----------

----------**A Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: ----------

----------"Nós estamos na proposta quatrocentos e noventa e dois." ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--- ----------

----------"Ah, sim,... Mas isto, isto não tem discussão. Isto é uma compensação como tantas outras que acontecem nos centros históricos onde, por falta de estacionamento, têm de pagar a compensação ao Município de Oeiras. Não tem nenhuma discussão. ----------

----------É só, Senhora Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Pretende algum esclarecimento? Senhor Deputado Jorge Rato (PS)

e Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, muito obrigado."----------

---------- Eu coloquei duas questões muito concretas. Uma questão relativamente àquilo que era o pensamento da Câmara Municipal, relativamente à carência de estacionamento e, portanto, o que é que estava a pensar ser feito para colmatar a carência de estacionamento na zona e os investimentos que previa fazer. E a segunda tem a ver com a questão..., no projeto fala que as questões de esgotos, a solução proposta não é a solução aconselhável, portanto, tinha de ser feita uma nova. E eu perguntei se já existia, de facto, essa solução proposta. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), também quer intervir e, portanto, faz favor, será melhor então depois no fim. Faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Em relação à atualização do valor, esta proposta, como eu disse, melhora esse ponto e é de saudar. Mas, na verdade se há um valor que ainda está por apurar na altura em que a taxa será ou não paga, ou reduzida, na verdade isso pode estar explícito na proposta para que não exista dúvidas para ninguém, nem para os deputados, nem para o promotor. ----------

---------- E, depois, dizer que, infelizmente, o Senhor Vice-Presidente está ali entretido com o seu telemóvel e, portanto não ouviu perguntas nenhumas que os deputados fizeram, até pensou que nós já estávamos noutro ponto da Ordem de Trabalhos que já agora, Senhor Vice-Presidente, é o ponto cinco. Estamos no dois. E, portanto, eu volto a questionar, não temos ARU porque caducou ao fim de três anos, não foi que foi feita a operação ORU e eu gostava de ser esclarecida

em relação às perguntas que fiz. Caducou, não fizeram a ORU, vão fazer, não vão fazer. Como é que se faz uma reabilitação urbana num sítio não há ARU nem ORU, infelizmente e porque é que se utiliza este plano que foi aqui mencionado pela senhora diretora só quando dá jeito, porque quando nós falamos desse plano para proteger outros locais e reabilitar outros locais, ninguém acha que o plano em vigor, não é? ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Relativamente a estas questões que foram levantadas.."----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: ----------

----------"Houve uma que foi levantada, dos resíduos."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Sim senhor, faz favor." ----------

----------A **Senhora Paula Cristina Cabral, Diretora de Gestão Urbanística**, prestou os seguintes esclarecimentos:----------

----------"Posso responder? Portanto, relativamente aos resíduos, não é em relação à rede de esgotos, é em relação aos resíduos urbanos. O projeto será aperfeiçoado com a colaboração do serviço, portanto, será executado de acordo com a indicação do serviço. O promotor sabe que tem de prever a solução de resíduos sólidos e será implementada de acordo com as indicações dos serviços. Isso é comum fazer-se e deixar-se para a fase posterior."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"Isso está respondido. Relativamente à outra questão..."----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.----------

----------Eu peço imensa desculpa, há bocado saltei uns pontos, de facto. A Senhora Deputada

do Evoluir não precisa de se excitar por eu estar no telemóvel. Estou no telemóvel a ler, normalmente. É assim, o acesso às tecnologias permite isso, permite-nos ver.----------

---------- Dizer-lhe que não é de hoje, ou não são de hoje as preocupações do Município com o estacionamento. Já houve até lançamento de concurso para concessão de parques de estacionamento que ficaram desertos na altura que envolviam a zona de Algés. É claro que é uma preocupação nossa antiga o reforço da capacidade de estacionamento no local. É um núcleo histórico antigo, complexo, que precisa de mais estacionamento, naturalmente, mas que não é fácil. Já o tentámos num concurso, temos naturalmente de rever as regras desse concurso, porque não foram satisfatórias para a procura.----------

---------- Mas sobre a reabilitação urbanística. Ao que parece não haver ORU não impediu a vontade de aprovar operações urbanísticas no local. Portanto, não sei qual é que é a preocupação desta natureza. As ARU e as ORU promovem a aceleração da reabilitação urbana, ou normalmente promovem. No caso concreto, houve desinteresse? Não houve nenhum desinteresse. Se houvesse desinteresse, não estávamos aqui a discutir uma operação urbanística naquela zona. Portanto, a pergunta da Senhora Deputada é completamente inconsequente, como naturalmente, como quase tudo o que a senhora faz. É politicamente inconsequente e é estrategicamente inconsequente. Nesta questão concreta, e a Senhora Diretora de Departamento já respondeu à questão do projeto de resíduos, dizer também... Senhora Diretora, quando, e agora tentando baixar um bocadinho o nível da discussão política, quando dizemos... "baixar a intensidade", o Senhor está muito habituado à forma confrontacional como na Assembleia da República esperneia. Aqui estamos no plano do concreto. No plano do concreto. Quando o Senhor Presidente da União de Freguesias dizia há pouco que não conhecem a administração, não conhecem a realidade... Eu estou a olhar ali para arquiteta Paula Cabral, não têm a mínima noção do que é a aprovação do licenciamento urbanístico e da complexidade do licenciamento urbanístico. São fases. O licenciamento, digo ali para o Deputado Jorge Rato (PS), o licenciamento urbanístico tem diversas dimensões. O licenciamento

do plano de resíduos pode estar a arquitetura aprovada, podem estar especialidades aprovadas e não estar o licenciamento com o plano de resíduos, ou com os projetos de resíduos aprovados, o que não impede que não se desenvolvam outras coisas e não se desenvolva a operação, e mesmo muitas vezes a escavação, para permitir que a coisa vá funcionando. Só pode é passar determinados pontos depois de ter o projeto de resíduos aprovado. O projeto de resíduos quando tiver o parecer positivo da unidade orgânica correspondente avançará. Este não era satisfatória, tem de vir outro. É simples. Vossa Excelência conhece a realidade das câmaras, muita gente não conhece aqui. Era só isso.----- ----------

----------Senhora Presidente, muito obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Vice-Presidente.----------

----------Senhora Deputada, faz favor."----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte:----------

----------"Senhora Presidente.----------

----------Foram usadas aqui expressões dirigidas à minha pessoa e ao meu Grupo Político como "excita" ou "esperneia". Eu queria dizer ao Senhor Vice-Presidente que essa forma de linguajar, essa linguagem não é adequada para se dirigir a deputados que estão nesta Casa eleitos pela população de Oeiras. E também queria dizer, Senhor Vice-Presidente, que não lhe reconheço capacidades e nível para ocupar o cargo que ocupa.----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada.----------

----------Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer responder... O Senhor Vice-Presidente tem direito a responder perante a..."----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Senhora Deputada. Depois de nas últimas semanas termos assistido à sua abjeta acusação racista e paternalista sobre o Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.... Agora a Senhora ouvir-me-á em silêncio, como eu a ouvi. A Senhora acha que tem alguma autoridade moral? A Senhora representa um grupo político radical que insulta o Presidente da Câmara há anos; que insulta o Vice-Presidente com insultos racistas há anos; que insultou o Presidente da União de Freguesias. Há poucas semanas fez um insulto racista e paternalista. Os seus apoiantes já tiveram insultos racistas para o Doutor Edmilson Santos (INOV25), Deputado desta Assembleia Municipal, e a Senhora diz-me a mim que não me reconhece? Acha que me ofende quem quer com a idade que eu já tenho? A Senhora Deputada não tem dimensão moral, ética ou intelectual para me perturbar. A Senhora há poucas semanas tentou fazer aqui um espetáculo miserável com uma declaração, tentando arrastar para o discurso de ódio, quando a Senhora é uma das representantes do discurso de ódio há anos neste Concelho. Quando aqui mesmo trouxe uma..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Senhor Vice-Presidente, também já terminou o tempo..."----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, se me der um segundo, ou dois segundos..." ----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Já terminou o seu tempo."----------

---------- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**----------

---------- "Mas eu calo-me. Eu vou ter muito tempo."----------

---------- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Sim, mas é na resposta. É na resposta. ----------

----------Senhor Presidente de União de Juntas Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** referiu o seguinte:----------

----------"Cara Presidente. ----------

----------E porque fui mencionado nesta intervenção do Senhor Vice-Presidente, gostaria de também destacar aqui algo que é a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) está de um lado e nós estamos do outro lado. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) representa o que o Senhor Vice-Presidente mencionou. É o ódio, é o preconceito, é o racismo, é as palavras de ódio. É tudo o que de pior existe na nossa sociedade. E nós estamos aqui deste lado, existe uma linha que nos separa. E nós estamos aqui para fazer o bem, ao contrário da Senhora Deputada. E fazemos isso diariamente trabalhando para o bem da nossa população. Completamente diferente da Senhora Deputada. - ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte:----------

----------"Para defesa da honra, Senhora Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra**:----- ----------

----------"Muito obrigado. ----------

---------- Foram feitas considerações sobre o Grupo Político Evoluir Oeiras tanto há pouco pelo Senhor Vice-Presidente, como agora pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas que nós só podemos rebater. Só podemos rebater porque são elas sim, carregadas de ódio, porque são assentes em mentiras, tanto em relação àquilo que se passou aqui há umas semanas (eu não estava presente, mas tive oportunidade de ver), como às considerações genéricas que fazem. ----------

---------- Tentar reinterpretar aquilo que foi dito, aquilo que foi feito, a atuação do Grupo Político Evoluir Oeiras, nomeadamente no combate ao racismo... E, já agora, permitam-me um parêntesis: o racismo estrutural existe. Todos nós aqui, certamente, já tivemos comportamentos.... Todos nós aqui, certamente, já tivemos comportamentos, seja relativamente a questões étnicas, seja relativamente a questões de género, seja relativamente ao que for que olhando para trás, se calhar, reconsideraríamos. Portanto, deixo já isso para reflexão. Mas, apesar de tudo, não foi isso que se passou aqui há umas semanas. E, portanto, tentar reinterpretar aquilo que se passou, que se prende mais com o posicionamento do Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas como não percebo bem se é líder de bancada do INOV, não percebo bem se é candidato vereador, não percebo bem que salto político pretende dar, com certeza legítimo, mas há claramente um posicionamento do Senhor Presidente da Junta que intervém muito mais na Assembleia Municipal agora do que noutros tempos e foi isso que foi comentado. Tentar colar isso a racismo, tentar colar isso a racismo como pessoas nesta Casa fizeram, e continuam a fazer, é abjeto do ponto de vista político, é rasteiro e, acima de tudo e mais importante, e no que importa à honra é falso." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Senhor Deputado, terminou o seu tempo." ----------

---------- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- ----------

----------"É falso, falso, falso."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Terminou o seu tempo. Senhor Deputado, não está a ouvir o que eu digo... ----------

----------Senhor Presidente da União de Juntas, Inigo Pereira. Para defesa da honra?" ----------

----------O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** respondeu o seguinte: ----------

----------"É defesa da honra." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra:** ----------

----------"E depois, cara Presidente, mencionar-lhe que o que vou mencionar, depois farei também por escrito.----------

----------Porque, eu não sei precisar ao certo, mas há cerca de cinco/seis semanas, após uma intervenção minha, a Deputada Mónica Alhuquerque (CEO) saiu-se com a seguinte expressão: "Vá para a sua terra". Foi algo que eu ouvi, vários deputados aqui presentes ouviram e houve aqui um deputado que fez uma declaração, fez uma intervenção denunciando essa situação. Eu na altura, Senhora Presidente, eu não quis acreditar. Era muito mau para ser verdade, mas, após os acontecimentos da penúltima Sessão da Assembleia confirma-se."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: ----------

----------"Mas agora, Senhor Presidente, estamos aqui para defesa da honra aqui, neste momento." ----------

----------O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)**

----------"Confirma-se, exatamente. Por isso, as declarações da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) sim, foram racistas. Ohviamente que tenho toda a consideração pelo

Deputado Tomás (CEO), já lhe disse várias vezes e não estou a ligar o Deputado Tomás (CEO) à Deputada Mónica Albuquerque (CEO), porque continuo a acreditar que existe uma grande diferença entre ambos, e também relativamente aos que fazem parte do Grupo Evoluir Oeiras na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.----------

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:----------

---------- "Senhor Presidente de União de Juntas, vamos terminar agora esta contenda porque, realmente, entramos agora aqui por uns territórios dos quais não saímos, não é? ... Para ali, para ali, para ali... "----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- É só para dizer que as afirmações que foram proferidas agora são totalmente falsas. Não são verdade e eu digo à Senhora Presidente, se faz favor, para procurar em qualquer Ata, de qualquer Assembleia, onde é que tais declarações foram proferidas. Isso é falso, Senhor Presidente.

---------- Muito obrigada."----------

---------- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhores deputados... Muito obrigada.----------

---------- Vamos continuar porque, entretanto... Mas eu queria... Vamos só votar esta proposta, porque senão, nunca mais acabamos esta Assembleia hoje. Estamos aqui a.... vamos ver. Vamos

então passar à votação desta proposta dois.----------

----------Quem vota contra? Evoluir Oeiras, duas abstenções. Foi aprovada por maioria, esta proposta." - ----------

5.2.1. VOTAÇÃO----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho), dois do Partido Chega (José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Deputado Não Inscrito (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político

Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira). ----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: ----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 163/2026** ----------

---------- **PROPOSTA C.M.O. N.º 492/26 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE 3 LUGARES DE ESTACIONAMENTO E PELA NÃO CEDÊNCIA DAS ÁREAS AFETAS A EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA E HABITAÇÃO PÚBLICA (85,73M2)** ----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e noventa e dois barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número trinta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de maio, e deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Deputado Não Inscrito, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar o pedido de redução de cinquenta por cento do valor da compensação urbanística devida pela não cedência de área para estacionamento (três lugares), assim como para Equipamento e Habitação pública (oitenta e cinco vírgula setenta e três metros quadrados), tendo em conta o interesse associado à operação urbanística, estando em causa a reabilitação de um

edifício existente, atualmente degradado e devoluto, inserido no Núcleo Urbano de Formação Histórica, designadamente no Núcleo Antigo de Algés de Cima, solicitado por "Maxime Cyril Severin Tellier", na qualidade de proprietário do imóvel, sendo o valor total de compensação apurado de setenta e dois mil duzentos e cinquenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhores deputados, nós temos sete propostas. Ainda nem sequer estamos a meio. Eu ia propor que, realmente, passássemos ao ponto três e fizéssemos o intervalo de seguida. Vamos fazer isso, vamos fazer o ponto três e, depois, fazemos sim o intervalo. Porque não podemos... Nós hoje nem tivemos praticamente um Período Antes da Ordem do Dia complicado. Tivemos duas presenças do público e, portanto, não se justificava esta confusão toda."----------

----------O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**

----------"Senhora Presidente, desculpe, um ponto de ordem à Mesa e sem prejuízo da Senhora Presidente manter o seu entendimento, mas tendo em conta aquilo, de haver pessoas que estão com a cabeça muito quente nesta Assembleia Municipal, sugiro que fizéssemos o intervalo agora para toda a gente ter tempo de ir comer um lanchinho, beber qualquer coisa, acalmarem-se e pararem com as mentiras."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"É assim, é que nós temos... Senhores deputados, deixem-me conduzir a Assembleia e deixem-me dizer-vos, discutimos esta terceira proposta e depois fazemos o intervalo. Os próprios senhores têm de saber como é que devem agir e, portanto, para não perturbar os trabalhos. Todos temos essa obrigação. Todos temos obrigação de sermos cordiais, estamos numa Assembleia Municipal e todos temos de nos conter de algum modo, não é?----------

----------Vamos então ao ponto três."----------

5.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 487/2026 – GCAJ – relativa à Tomada de conhecimento dos Relatórios do Tribunal de Contas N.ºs 02/2026 e 03/2026 - Auditoria à nomeação de dirigentes em regime de substituição nos municípios do Continente e Auditoria de Apuramento de Responsabilidade Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Quem pretende inscrever-se para este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Ninguém? Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Nós tomamos boa nota desta auditoria, onde vimos que o Tribunal de Contas concluiu que Oeiras recorreu de forma generalizada e prolongada ao regime de substituição para cargos dirigentes, mantendo dirigentes em funções muito para além do limite legal de noventa dias sem abertura atempada dos concursos públicos exigidos. Ou seja, o que deveria ser um regime excecional e temporário acabou por funcionar como uma forma normal de ocupação de cargos dirigentes. Embora seja apenas uma tomada de conhecimento neste ponto, estes relatórios confirmam críticas que a Coligação Evoluir Oeiras vinha fazendo há vários anos relativamente ao recurso sucessivo ao regime de substituição. O aspeto mais relevante é que não se trata de um erro isolado, mas uma prática reiterada identificada pelo Tribunal de Contas. ----------

---------- Foram auditados onze municípios. Oeiras não surge apenas como um dos municípios auditados, surge como um dos casos mais preocupantes. Em Oeiras, esta prática prolongou-se (e até ver prolonga-se) durante anos. Segundo o relatório, foram analisados setenta e seis cargos na auditoria de responsabilidade financeira e a prática repetia-se desde dois mil e dezoito. Muitos dirigentes permaneceram mais de dois anos em substituição, alguns aproximavam-se dos três anos. Houve outras ilegalidades formais. O tribunal refere ainda despachos não publicados no Diário da

República, publicações incompletas, omissão de elementos obrigatórios relativos ao currículo dos dirigentes. São aspetos relevantes porque são por falta de transparência dos atos administrativos.

----------O tribunal entendeu igualmente não acompanhar a interpretação defendida pelo Município relativamente às exigências de publicação dos despachos de designação em regime de substituição, reafirmando a aplicabilidade dos requisitos legais de transparência, fundamentação e publicação previstos no estatuto do pessoal dirigente. ----------

----------A pergunta aqui é: o que é que se segue agora? Quantos concursos dos recomendados pelo tribunal já foram concluídos? Queríamos saber também se o Município já enviou ao tribunal a documentação exigida no prazo de cento e oitenta dias, comprovando a regularização de todas estas situações; quantos dirigentes ainda estão em regime de substituição para além dos limites legais e como é que o Município planeia, como é que o Executivo neste caso, planeia impedir que esta situação volte a repetir-se.----------

----------Senhor Vice-Presidente, não tenho uma bola de cristal, mas adivinhamos já que nos vai falar dos outros municípios todos que também têm estas ilegalidades, eu queria só relembrá-lo de que estamos em Oeiras, não estamos em Almada. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais algum dos senhores... Senhor Deputado Filipe Martins (IL) e depois o Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.), faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.)** fez a seguinte intervenção:

----------"Senhora Presidente. ----------

----------Intervenho sobre esta matéria enquanto deputado municipal independente com a máxima isenção. ----------

----------É perentório que o Tribunal de Contas reconhece que o Município de Oeiras

desenvolveu um esforço significativo para regularizar os procedimentos de recrutamento e provimento dos cargos dirigentes através da realização de concursos e de redução do número de dirigentes em regime de substituição.----------

---------- Esse progresso deve ser valorizado por demonstrar uma aproximação às exigências legais e aos princípios da boa administração. Contudo, também é perentório que o Tribunal de Contas manteve as conclusões essenciais da fiscalização, mantendo que as justificações apresentadas pela Câmara Municipal de Oeiras não afastam as desconformidades identificadas.--

---------- Por exemplo, considera que a utilização prolongada do regime de substituição ultrapassou o seu carácter excecional, podendo afetar princípios fundamentais como a legalidade, da igualdade e do acesso aos cargos públicos. É de sublinhar que o Ministério Público manteve, remete, aliás, para momento próprio a eventual apreciação das responsabilidades financeiras. Isso significa que o processo deve seguir os seus trâmites legais e que qualquer decisão compete exclusivamente às entidades jurisdicionais competentes e não ao Facebook, ao Instagram, ou ao TikTok que muitos gostam.----------

---------- A nossa apreciação, enquanto cidadão independente e certamente muitas mais pessoas, não pode esta situação ser confundida com uma ação judicial reservada, todavia, apenas aos tribunais e não aos deputados municipais.----------

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. ----------

---------- Senhor Deputado Filipe Martins (IL) primeiro. Faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** interveio e disse o seguinte: ---------

---------- "Senhora Presidente, era só para que, de hoje em diante, como isso já aconteceu hoje e aconteceu, salvo erro, na última Sessão, aquilo que se designa a condição que o Senhor Deputado que me antecedeu tem é "deputado não inscrito" não é "deputado independente". Já o disse três ou

quatro vezes, era bom que houvesse essa correção. E sempre que ela não acontecer, peço que a Mesa tenha a intervenção que deve.----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------Há um princípio que está na base do pensamento liberal e do Estado de Direito. O poder público não está acima das regras, está sujeito a elas. É precisamente por isso que os liberais atribuem tanta importância às instituições independentes, porque a Democracia não vive apenas do voto, vive também do escrutínio, da separação de poderes e da responsabilização de quem exerce funções públicas. ----------

----------É neste enquadramento que devemos analisar os relatórios do Tribunal de Contas hoje presentes. Ao longo deste mandato temos ouvido, por diversas vezes, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente recordarem que os oeirenses lhes deram uma expressiva confiança para governar. É verdade, mas os oeirenses fizeram mais do que isso, deram ao Executivo um mandato para governar e deram aos membros desta Assembleia Municipal um mandato para fiscalizar a ação do Executivo. Essa fiscalização não é uma opção, não é uma faculdade, é um dever democrático, porque a Assembleia Municipal não existe para confirmar as decisões da Câmara. Existe para escrutinar. Fiscalizar não é bloquear. Fiscalizar não é desconfiar. Fiscalizar é garantir que o poder é exercido dentro da lei com transparência e responsabilidade. Aliás, se uma maioria dispensasse a fiscalização, não precisávamos de uma Assembleia Municipal; bastava realizar eleições de quatro em quatro anos e encerrar este órgão. ----------

----------Felizmente, a nossa Democracia é mais do que isso. O Tribunal de Contas concluiu

que o regime excecional de substituição foi utilizado para além dos limites previstos, recomendando ao Município a regularização das situações identificadas e tendo dado origem, no caso de Oeiras, a um processo de apuramento de responsabilidade financeira. ----------

---------- Mais importante do que discutir responsabilidades individuais é retirar uma grande lição institucional. Uma Administração Pública de excelência não se mede apenas pela capacidade de executar obras ou concretizar investimentos. Mede-se também pela forma como respeita os procedimentos, como cumpre a lei e como aceita o escrutínio. A Iniciativa Liberal, continua a exercer com sentido de responsabilidade o mandato que os oeirenses lhe confiaram, porque respeitar a Democracia não é apenas respeitar o resultado das eleições, é respeitar todos os dias as regras, as instituições e o papel de cada órgão autárquico. ----------

---------- Obrigado." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. ----------

---------- Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) e depois é que é o Senhor Deputado José Shirley (CH). Faz favor." ----------

---------- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** referiu o seguinte:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

---------- Esta situação existe, se nós formos a analisar, existe em todo o território, em todo o continente. Aquilo que está no relatório incide essencialmente sobre o Presidente da Câmara Isaltino de Morais. É uma situação que já se passou algumas vezes.----------

---------- Obrigado." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

----------Bem, confesso que quando li os relatórios do Tribunal de Contas fiquei com uma pequena preocupação de perceber como é que um mecanismo que a lei prevê como excecional, acabou por ser utilizado, segundo o próprio tribunal, de forma reiterada e para além dos limites legalmente admissíveis, e essa é uma pergunta que esta Assembleia tem vindo a fazer agora ao Executivo. Porque o Tribunal de Contas analisou esta matéria, ouviu o contraditório apresentado pelo Município e, apesar das justificações relacionadas com a pandemia, as reestruturações orgânicas e a descentralização de competências, manteve as suas conclusões. Mais do que isso, recomendou ao Município a adoção de medidas necessárias para regularizar estas situações e determinou a remessa dos autos ao Ministério Público para os efeitos legalmente previstos relativamente ao eventual apuramento de responsabilidade financeira. ----------

----------Naturalmente que ninguém desta Assembleia ignora o contexto particularmente exigente que os municípios têm vindo a ter nos últimos anos. Seríamos intelectualmente desonestos se não o reconhecêssemos. Mas também seria um erro usar esse contexto para evitar uma discussão sobre aquilo que o Tribunal de Contas acabou por concluir. Ora, os cidadãos esperam que a Câmara cumpra escrupulosamente a lei, da mesma forma que a Câmara exige aos cidadãos o cumprimento das suas obrigações.----------

----------É precisamente por isso que esta Assembleia não pode limitar-se a tomar conhecimento destes relatórios e seguir para o ponto seguinte. O nosso papel é fiscalizar. Por isso, gostava de colocar três questões ao Senhor Vice-Presidente: ----------

----------Em primeiro lugar, tendo o Tribunal de Contas entendido que as justificações apresentadas pelo Município não eram suficientes para afastar as desconformidades identificadas, que medidas adicionais foram entretanto adotadas para dar cumprimento integral às recomendações formuladas por este tribunal?----------

----------Em segundo lugar, o tribunal determinou que o Município deveria remeter no prazo

de cento e oitenta dias a documentação comprovativa de medidas entretanto adotadas e se pode o Executivo informar esta Assembleia se já tem essa documentação e se vai cumprir com os prazos. ---------- E, por último, que alterações concretas foram introduzidas nos procedimentos internos do Município para assegurar que o recurso ao regime de substituição respeitará daqui para a frente os limites definidos na lei. ----------

---------- Senhora Presidente, todos nós temos mesmo de perceber que quando um órgão constitucional independente identifica desconformidades e formula recomendações aquilo que todos os cidadãos esperam é transparência, esclarecimento e vontade de corrigir aquilo que estiver errado, e não dar justificações que nada têm a ver. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor." ----------

---------- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente, boa tarde mais uma vez a todos. ----------

---------- Queria começar por dizer o seguinte. Este relatório não prova favorecimento pessoal, não prova dano financeiro, não prova corrupção, não prova enriquecimento, nem sequer conclui qualquer responsabilidade financeira efetiva. O que existe é uma divergência e uma censura do Tribunal de Contas quanto ao uso prolongado do regime de substituição de dirigentes, prática que o próprio relatório reconhece como transversal a vários municípios. O relatório analisou dezasseis municípios, quinhentos e setenta e um cargos dirigentes entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte e cinco, concluindo que os dezasseis municípios auditados incumpriram normas relativas ao provimento de dirigentes em regime de substituição. É isto que se trata e nada mais. ----------

---------- Isto não é um caso de Oeiras, é um caso da Administração nacional, ou melhor da Administração Local em todo o país. O relatório diz expressamente que é uma prática transversal,

portanto, não estamos perante uma singularidade de Oeiras, estamos perante uma prática administrativa disseminada nas autarquias portuguesas que o Tribunal de Contas agora pretende uniformizar.----------

----------Senhor Deputado da CDU, o relatório não condena o Presidente Isaltino Morais, identifica uma situação administrativa a regularizar e admite em abstrato uma eventual responsabilidade sancionatória. Não há um dano financeiro apurado, não há reposição de verbas, não há enriquecimento, não há corrupção, não bá nada disso. Não estamos perante nomeações inicialmente clandestinas ou arbitrárias. O próprio tribunal reconhece que a generalidade das designações iniciais era perfeitamente legal. O problema parece residir na duração e na sua regularização posterior. Quem transforma isto num caso pessoal contra o Doutor Isaltino Morais está a ignorar que o próprio tribunal enquadra a matéria como uma prática transversal, incluindo municípios de cores diferentes. ----------

----------No contraditório, aliás, o Município de Oeiras invocou razões de funcionalidade da organização, continuidade do serviço público, reestruturações orgânicas entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte, pandemia, instabilidade interna, transferência de competências do Estado Central e a pressão adicional sobre recursos humanos, designadamente na educação e no pessoal não docente.---- ----------

----------Oeiras não ficou parado por capricho, Oeiras teve de garantir escolas abertas, serviços a funcionar, limpeza urbana, ação social, gestão territorial e novas competências transferidas pelo Estado. Aliás, o próprio tribunal diz que nesta fase não avalia culpa, portanto, quem já condena politicamente está a ir mais longe que o próprio tribunal. ----------

----------A Câmara não está a fugir à regularização, está a fazê-la. Pode discutir-se o seu ritmo, mas não se pode afirmar que nada foi feito. A realidade é que, durante anos, mesmo grandes autarquias como Lisboa recorreram massivamente ao regime de substituição. Lisboa, só em dois mil e vinte e seis, avança com um processo global para cento e sessenta e três cargos dirigentes.

Portanto, a questão, mais uma vez digo, não é Oeiras contra a legalidade é a Administração Local a adaptar-se tarde a uma exigência de regularização que o Tribunal de Contas está agora a apertar.

---------- Senhora Presidente e caros colegas.----------

---------- Convém separar factos de ruído. O Tribunal de Contas não fala de corrupção, nem de enriquecimento, nem de dano financeiro, nem de valores a repor. Fala de uma prática administrativa relativa ao provimento de cargos dirigente em substituição, e essa prática não é exclusiva de Oeiras. Em Oeiras houve reestruturações orgânicas, pandemia, transferência de competências, aumento de responsabilidades municipais e a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos. ----------

---------- Oeiras deve regularizar sim, deve abrir concursos sim, deve cumprir integralmente estas recomendações, mas não aceitamos lições de moral seletiva de quem ignora que esta prática existe em múltiplas autarquias de várias cores políticas, incluindo a autarquia da capital. ----------

---------- Portanto, senhores deputados, o caminho certo é regularizar com responsabilidade, sem destruir a continuidade dos serviços, sem lançar suspeições gratuitas e sem fingir que Oeiras é uma ilha num problema que é nacional. ----------

---------- São quatro as ideias que são importantes:----------

---------- Transversalidade. Todos os municípios auditados incumpriram.----------

---------- Ausência de dano financeiro. Não há responsabilidade reintegratória indicada. --------

---------- Continuidade do serviço público. Oeiras tinha de funcionar, tem de funcionar e vai continuar a funcionar. ----------

---------- E há uma regularização em curso. Deve ser corrigir e não dramatizar, como aqui alguns estão a tentar fazer.----------

---------- Para finalizar, Oeiras não nega o relatório. Precisa de cumprir as suas recomendações, mas também não tem de aceitar que uma prática transversal da Administração Local seja agora transformada numa arma política de arremesso pessoal contra o Presidente Isaltino Morais.-------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor." ----- ----------

----------A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte: -----

----------"Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------O ponto que hoje apreciamos não é uma mera formalidade administrativa. Trata-se da tomada de conhecimento de dois relatórios do Tribunal de Contas que identificam práticas de recurso prolongado ao regime de substituição no provimento de cargos dirigentes, contrariando o carácter excecional e transitório que a lei lhe atribui. ----------

----------Independentemente das posições que cada um possa ter sobre estas conclusões, importa reafirmar um princípio essencial: a Administração Pública deve pautar-se pela transparência, pelo mérito e pelo respeito pelas regras de recrutamento, garantindo igualdade de oportunidades no acesso aos cargos dirigentes. O próprio tribunal recomendou ao Município a adoção de medidas de regularização e a demonstração das mesmas no prazo fixado. ----------

----------Nesse sentido, gostaria de questionar o Executivo sobre o estado de execução dessas recomendações. Quantos procedimentos concursais foram entretanto concluídos, que medidas foram implementadas para garantir que estas situações não se voltarão a verificar.----------

----------Obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada ----------

----------Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Alhuquerque (CEO)** referiu o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Para responder ao Deputado Viegas (INOV25). Dizer que todos os argumentos que indicou, que estão também indicados na proposta e no relatório que temos para avaliação, também o tribunal é claro, indicando que não aceita nenhuma das justificações que Oeiras deu para justificar o ocorrido. É uma prática generalizada, mas também o tribunal (e esse relatório também é claro) considera que a situação é grave apenas em dois municípios, Oeiras é um deles, Seixal é o outro. E o Senhor Deputado também disse que em Lisboa estão a fazer um concurso generalizado para resolver estas situações e, portanto, sendo Oeiras um caso que está identificado como um caso grave, porque é que Oeiras também não toma a iniciativa de avançar com um processo generalizado? E se o Senhor Deputado está tão bem informado, também saber se nos sabe esclarecer o motivo. E depois, na deliberação, não foi ainda aqui abordado, pelo menos que eu tenha percebido, na deliberação o Senhor Presidente da Câmara diz que não vai contestar a multa e, portanto, vai aceitar a multa, porque indica ele, que a defesa do caso contratando um advogado tem custos adicionais e, portanto, aceita a multa. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:

---------- "Obrigada, Senhora Deputada.----------

---------- Senhor Deputado António Balcão Vicente (INOV25), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado António Vicente (INOV25)** interveio e disse o seguinte: -------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, trabalhadores da Assembleia, munícipes. ----------

---------- Há uma fórmula tabeliónica que surge com muita frequência, quase de forma generalizada no final de todos os decretos-lei que necessitam de regulamentação que diz mais ou menos o seguinte: regulamente-se no prazo de cento e oitenta dias. Perde-se de alguma forma

quase o número de decretos-lei que nunca chegaram a ser regulamentados. Muitas vezes mesmo não chegam a ser regulamentados, deixando de estar em vigor sem isso acontecer. ----------

----------Basta lembrar um caso muito especial que, durante muitos anos, preocupou seriamente todos os professores deste país. Refiro-me concretamente ao decreto-lei número cento e trinta e nove a), de mil novecentos e noventa, Estatuto da Carreira Docente, que nunca chegou a ser regulamentado na sua totalidade. ----------

----------Ora, este comportamento é sintomático da prática administrativa de todos os órgãos do Estado em Portugal. De alguma forma, quase me faz lembrar uma intervenção de Frei Tomás de l'Anunciacion, no século XVII, no México, que dizia: "En mi país hay tres especies de leyes: las que se acatan y se cumplen; las que se acatan pero no se cumplen, y las que ni se acatan ni se cumplen". - ----------

----------De alguma forma, esta é uma prática generalizada que toda a gente conhece da Administração Pública portuguesa, a começar pelo Governo Central. Ora, aquilo que o Tribunal de Contas agora denuncia é exatamente aquilo que toda a gente conhece há muitos anos. É caso para dizer, o próprio Tribunal Constitucional, sabendo aquilo que se passava, andou tantos anos distraído para o denunciar publicamente. Agora, vir utilizar aquilo que é reconhecidamente por todos, assumido por todos que é uma prática ilegal sim, mas corrente, vir utilizá-la como arma de arremesso político poderá ser tudo, ético não é certamente.----------

----------Disse, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) e depois Senhor Deputado..." ----------

----------O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

---------- Não, isto não é arremesso político. Aliás, da parte do INOV isto é hipocrisia pura, porque nos vários assuntos em acham que Oeiras se destaca fazem muita questão de enunciar isso e depois, quando é efetivamente para sermos os melhores, porque somos os melhores em tudo e mais alguma coisa, e há uma prática onde efetivamente Oeiras está mal, tentam desculpar o erro em que Oeiras efetivamente está mal desculpando-se com "mas os outros também estão mal". ---

---------- Senhoras e senhores deputados, as pessoas veem e percebem a incoerência e até a hipocrisia desse argumento e, portanto, podem repeti-lo à exaustão, podem elencá-lo, têm mais vinte e dois minutos para o fazer, se quiserem, e mais não sei quanto tempo do Presidente da Câmara, podem repetir o argumento as vezes que quiserem..."----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Terminou, Senhor Deputado..." ----------

---------- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- ----------

---------- "... mas o argumento é frágil por si só. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Terminou, Senhor Deputado. ----------

---------- Senhor Deputado João Viegas (INOV25)... Muito obrigada."----------

---------- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** interveio e disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente.. ----------

---------- Eu continuarei a chamar à Senhora Deputada "Mónica Albuquerque" e não "Albuquerque". Agradecia que, quando se mencionasse o meu nome dissesse "Deputado João Viegas"; uma questão de princípios. ----------

---------- Eu queria dizer o seguinte, aliás, o Evoluir já é normal, não ouve, não ouve o Senhor Presidente. Repare, para se lançar cento e sessenta e três concursos ao mesmo tempo, são

necessárias cinco vezes esse número, portanto, serão quase oitocentas pessoas, não é? Não. Sim, quase oitocentas. Quinhentas mais cinco vezes seis... Portanto, só para o júri, só para o júri. E foi um dos argumentos que o Senhor Presidente usou nesta Casa. Mas o que eu queria sublinhar para quem nos está a ouvir, que é mais importante, porque eu não falo para agradar ao Evoluir, nem para agradar ao INOV, eu falo aquilo que penso e aquilo que os oeirenses devem saber. É que Vossas Excelências, ao longo de um mandato e meio, a única coisa que fazem é denegrir os técnicos da Câmara Municipal de Oeiras e os seus dirigentes. Em vários momentos, em várias propostas, Vossas Excelências é sistematicamente, os funcionários da Câmara, sobretudo os que têm responsabilidades, é o vosso desporto nacional. É denegrir os técnicos. E devo-lhe dizer que uma das grandes qualidades de Oeiras, uma das ferramentas fundamentais para o sucesso de Oeiras é a qualidade dos seus dirigentes. ----------

----------Aliás, o Doutor Isaltino Morais costuma dizer, espero não estar a cometer nenhuma inconfidência, que os técnicos da Câmara Municipal de Oeiras são tão bons que, por vezes, parece que nem precisavam de direção política. E, portanto, são estes dirigentes, foi com estes dirigentes, com este regime ao longo destes anos que Oeiras chegou onde chegou, senhores deputados. Eu sei que custa, eu sei que custa, Vossas Excelências há duas coisas que gostam muito: é quando há buscas e quando bá relatórios do Tribunal de Contas. Não têm mais nada. Não têm mais nada. Vocês gostam de atirar lama para cima dos outros, mas essa lama passa ao lado, porque Senhor Deputado, já foi aqui reiterado e para quem em casa nos está a ouvir, isto é que é importante, isto é uma prática generalizada e transversal a toda a Administração Pública, à Administração Local. Estamos conversados sobre isso. Podemos melhorar? Podemos melhorar. Vamos melhorar? Vamos melhorar, Senhor Deputado. Mas não tente fazer uma tempestade num copo de água. Pouco mais pouco tem, pouco mais tem do que... Nem sequer há aqui culpa, o próprio trihunal não fala de culpa. Não há aqui..., nem sequer se fala de culpa nesta fase, poderá este processo avançar mais.

----------Portanto, senhores deputados, vocês só têm de agradecer aos técnicos e dirigentes que

têm; agradecer aos políticos e ao Executivo que têm para viverem e poderem fazer política no Concelho que têm, que é simplesmente o mais evoluído do país. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

---------- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- Olhe, eu estou realmente estupefacta. Obrigada, é exatamente estupefacta, é a palavra.

---------- Então o Senhor Deputado Balcão Vicente (INOV25) diz que é ilegal, mas corrente? Onde é que nós estamos? Onde é que nós estamos? Que país é este? Que município é este? Depois, como se não bastasse, o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) diz que é uma prática generalizada da Administração Pública. Quer dizer, se todos fazem mal, nós também fazemos, está certo... Não é legal, mas como todos fazem, vamos lá, vamos lá todos em frente. Isto é extraordinário dizer-se uma coisa destas à bancada que suporta o Executivo numa Assembleia Municipal. Onde é que nós chegámos em Oeiras? ----------

---------- É só, Senhora Presidente. Obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), faz favor."----- ----------

---------- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** observou o seguinte:----------

---------- "Senhora Presidente, é só o seguinte: este relatório baseia-se sobre o Concelho de Oeiras. Não estamos aqui a discutir nem Cascais, nem Seixal, nem Lisboa.----------

---------- Era só para ficar muito bem... essa vinculada.----------

----------Obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais alguém? Senhor Deputado João Viegas (INOV25)."----------

----------O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** referiu o seguinte: ----------

----------"Só para fechar, Senhora Presidente. ----------

----------Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) está enganado. Este relatório fala em dezasseis municípios; está enganado. Mas queria dizer à Senhora... Eu cada vez me convenço mais que a Iniciativa Liberal vive num país de livros, num país imaginário. A Senhora Deputada vai-me desculpar, parece-me a Alice no País das Maravilhas. Está a ver? Estilo aparece o relógio, o coelho "estou com pressa, estou com pressa, estou atrasado". Senhora Deputada, acorde. Acorde para o país onde vive. Acorde para o Concelho onde vive. Acorde para a cultura onde vive. ------

----------O tribunal não fala, o relatório não fala de ilegalidades, fala de irregularidades. São questões diferentes, está a compreender? Não há aqui desvio de dinheiros, não há aqui corrupção, não há aqui crime, não há nada disso. Há aqui um processo adıninistrativo, Senhora Deputada. Um processo administrativo. Não fique tão estupefacta, acorde. Visite o Concelho. Tente entender o país onde vive, a cultura onde está. Que a Senhora Deputada cada vez que faz uma intervenção, com todo o respeito que possa ter por si, que tenho, parece que não vive neste país. Parece não vive neste país, Senhora Deputada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:----------

----------"Senhor Deputado João Viegas (INOV25), eu vivo no mundo da legalidade. Esse é o meu mundo; o seu não sei qual é." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- Obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Mais ninguém pretende usar da palavra? Então, Senhor Vice-Presidente, faz favor." -

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Eu queria deixar aqui... Ouvi com atenção o que os senhores deputados foram dizendo, e queria deixar-vos aqui duas ou três notas que, sinceramente, não vos entendo. Não vos entendo.

---------- O próprio Tribunal de Contas, e é o que se extrai desta auditoria, permitam-me que vos diga a todos, o próprio Tribunal de Contas diz que há uma situação generalizada na Administração Pública portuguesa de incumprimento da abertura dos procedimentos para contratação dos dirigentes, dos concursos para comissão de serviços, prolongando no tempo o regime de nomeação por substituição. O que é que nós estamos aqui a ver? Há uma situação generalizada de prolongamento do período de substituição. Eu, sem apontar o dedo a ninguém, porque não me interessa... Vimos aqui na Sessão anterior o caso de uma pessoa que é membro desta Assembleia Municipal que foi prolongado. Não vejo nada de errado nisso. Tive oportunidade de dizer na altura que a Câmara de Lisboa durante quinze anos, sensivelmente, não abriu um concurso para dirigente da administração, para dirigente da Câmara Municipal de Lisboa. Não me viram aqui crucificar nenhum presidente de câmara. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) eu não sei se estava a criticar o Tribunal de Contas, ou se estava a criticar o Doutor Isaltino. Não percebi. Se está a criticar o Doutor Isaltino, eu não consigo perceber, sinceramente. Eu na última reunião da Assembleia Municipal disse um deputado do Partido Socialista que o seu partido merecia mais. E o seu também merece, porque a Câmara do Seixal que vem neste relatório, vem neste relatório, não abre um concurso. O seu partido que se assume como um partido doutrinário, dogmático, de valores, de princípios, esses valores valem para a circunscrição administrativa de Oeiras? Perdoe--me falar-lhe nos termos em que vou falar, onde está a sua vergonha na cara? Onde está o seu sentido de decência? E isto, sinceramente, senhoras e senhores deputados, é o que mais

me fere nas vossas palavras. A falta de sentido de decência e de justiça que emana do que Vossas Excelências dizem é o que mais fere aqui. Os senhores não perceberem que houve uma perseguição ao Município de Oeiras.... Eu nem sequer pretendo que defendam o Doutor Isaltino Morais, o próprio Senhor Presidente e ouvindo as palavras e a defesa intransigente da Presidente do Tribunal de Contas por parte do Deputado do CHEGA, o Doutor Isaltino já teve oportunidade de dizer que a Presidente do Tribunal de Contas era a ministra sombra das Finanças do CHEGA, ou quer ser. Ouvindo as suas palavras, o Senhor Presidente da Câmara tem toda a razão. Mas os senhores não terem qualquer sentido de decência, de justiça..., mas ninguém se questiona por que razão quando o Tribunal de Contas diz que há uma situação generalizada no país, que não se resume à Administração Local... A Senhora Deputada da Iniciativa Liberal devia ter noção que o anterior presidente, e eu já aqui trouxe os exemplos mais complexos da falta de transparência do seu partido. Já lhe trouxe esses exemplos. Também já lhe disse, senão a si, à atual líder do seu partido, quantos ajustes diretos o Turismo de Portugal teve na altura que a Senhora Deputada Leitão falava... Senhora Deputada, mim não me afeta isso. As pessoas... As palavras lançadas são como pedra, não volta atrás. Portanto, nós respondemos. Quando a Deputada Leitão trouxe aqui a questão dos ajustes diretos da Câmara de Oeiras fui obrigado a dizer-lhe do número de ajustes diretos que o Turismo de Portugal teve quando o Doutor Cotrim Figueiredo era presidente do Turismo de Portugal. E também lhe posso dizer dos concursos que não abriu para dirigentes.-----

----------Vocês... Onde é que está o vosso sentido de decência de tratar desigual o que é igual? Ou acham que isto é normal? Acham que é normal o Tribunal de Contas dizer que há uma situação generalizada no país e depois escolhe um bombo da festa? Escolhe um bombo da festa? Se isto não vos aflige, permitam-me, a mim aflige-me e magoa-me. E digo, eu era incapaz de fazer isto a quem quer que seja em igual circunstância. Perante a igualdade da situação, vocês estão confortáveis com a desigualdade do tratamento? Eu venho assistindo a estas situações há anos e digo-vos, eu tenho muito cuidado a falar do Tribunal de Contas porque tinha muito mais para dizer

sobre estas decisões. Muito mais sobre o embaraço que a presidente do Tribunal de Contas devia sentir. A vergonha que devia sentir de escolher um presidente de câmara para fazer uma perseguição *ad hominem*, um, numa situação de incumprimento geral em que toda a gente sabe que a lei é desadequada e que não permite os tempos suficientes. E é por isso que os quadros superiores da administração muitas vezes não abrem os concursos, porque sabem da desadequação e da paralisação dos serviços. Onde é que está o vosso sentido de decência? Que vocês digam que entendemos que o Município devia ter aberto, mas concordarem com a perseguição sobre uma pessoa concreta, quando todos os outros presidentes de câmara que estavam em igualdade não foram tratados de modo igual? Estão confortáveis com isso? Se estão confortáveis, nós não vivemos com o mesmo quadro de valores. Não se trata aqui do incumprimento. Trata-se da desigualdade do tratamento que não vos embaraça, não vos toca. Há aqui quadros de valores muito distintos. Uma coisa é a Câmara de Oeiras ser aconselhada, no quadro de todas as outras, que têm X tempo para fazer e deve fazê-lo. Outra coisa é a perseguição sobre o Presidente da Câmara de Oeiras com a qual, devo dizer, vocês parecem estar todos muito confortáveis. Parabéns. Não vivemos no mesmo universo. Não vivemos no mesmo universo. ----------

---------- É só, Senhora Presidente."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.----------

---------- Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhor Presidente. ----------

---------- É para efeitos do artigo cinquenta e três, para fazer um requerimento oral. Posso?"---

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Faz favor, Senhor Deputado." ----------

---------- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigado. ----------

----------Já que estamos na presença do Presidente do Conselho de Administração do SIMAS, queria requerer oralmente também para saber quantos dirigentes do SIMAS estão na mesma situação de dirigentes em regime de substituição nos termos da lei aplicável. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Faz favor."----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:---------

----------"Senhora Presidente. ----------

----------O número concreto de dirigentes nesta fase não o consigo dar, posso dizer que não posso abrir concurso para nomeação em função da aprovação quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal por parte do Município de Oeiras da separação dos SIMAS de Oeiras e da Amadora. Não posso abrir concursos nesta fase, que estamos numa fase de separação. Enquanto a situação não estiver terminada, não posso abri-los." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhor Deputado."----------

----------O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** referiu o seguinte: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------Era para manter o requerimento oral." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Para manter o requerimento oral?" ----------

----------O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** respondeu o seguinte: ----------

----------"Para manter o requerimento oral."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Sim, faz favor." ----------

---------- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** referiu o seguinte:----------

---------- "Não, não, Senhora Presidente. O Senhor Vice-Presidente respondeu, mas eu quero manter o requerimento oral para depois ser respondido por escrito." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Muito bem. Mas o Senhor... Senhor Deputado, o Senhor apresentou um requerimento oral, o Senhor Vice-Presidente respondeu-lhe."----------

---------- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** referiu o seguinte:----------

---------- "O Senhor Vice-Presidente não respondeu os números e, portanto, eu quero manter o requerimento oral." ----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Eu sei... Eu sei... Mas mantém... Não, o que eu convido, nos termos do artigo cinquenta e três, é que esse requerimento oral seja formulado por escrito, e depois o Senhor Vice--Presidente responderá. Sim, pode ser. Faz favor. Faz o requerimento por escrito, não vamos agora estar..., e depois o Senhor Presidente responderá.----------

---------- Muito bem. Senhor Deputado Jorge Rato (PS)."----------

---------- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Para o Partido Socialista há uma coisa que não pode ficar em causa: a confiança nas instituições. E essa confiança constrói-se com transparência e responsabilidade. Como também não aceitamos o discurso persecutório de destruição de tudo o que é Administração Pública, ou a diabolização das instituições públicas.----------

---------- Como referimos numa Sessão da Assembleia Municipal recente, recusamos as tentativas de transformar uma acusação em sentença, uma notícia em veredicto e esta Assembleia Municipal numa espécie de tribunal de urgência, onde o julgamento vem antes da prova, a

condenação vem antes da defesa e a histeria, a histeria vem sempre antes da razão.----------

----------Numa Democracia decente, os órgãos de fiscalização acusam, os arguidos respondem, os tribunais julgam e as instituições políticas não se substituem à justiça. Tudo o mais é fait divers.

----------Mas há uma coisa que sabemos: um caçador não vai caçar para onde não existe caça, mas sim para onde sabe que pode caçar alguma coisa. Vale a pena pensar nisso. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais alguém pretende usar da palavra? Não? Então vamos suspender aqui para um pequeno intervalo."----------

----------**APRECIADA** ----------

----------**INTERVALO** ----------

----------A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhores Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal Oeiras quinhentos e quarenta e sete/dois mil e vinte e seis."---

5.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 547/2026 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno sita no Alto de Santa Catarina - Cruz Quebrada-Dafundo (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Quem pretende inscrever-se para usar da palavra? Senhores Deputados, eu perguntei… A Sessão já começou. Quem pretende inscrever-se para usar da palavra? Pretende? Faz favor, Senhora Deputada." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa**: --- ----------

---------- "Senhora Presidente, um ponto de ordem. ----------

---------- Eu parece-me que ainda não temos quórum na sala." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Temos quórum sim, Senhora Deputada." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Temos?" ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: ----------

---------- "Temos." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

---------- "Então, eu pretendo intervir."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Então, faz favor." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

---------- "Muito bem. Então, a proposta que hoje apreciamos é apresentada como uma regularização jurídico-patrimonial, baseada no entendimento de que os espaços verdes municipais não integram o domínio público por falta de previsão legal, devendo, por isso, transitar para o domínio privado municipal. Baseia a proposta estes pressupostos no artigo octogésimo quatro da Constituição que, para além de nomear diversas tipologias de bens do domínio público (onde não se incluem os jardins e os espaços verdes), diz ainda que podem pertencer ao domínio público "outros bens como tal classificados por lei".----------

---------- Ora, o Grupo Político Evoluir Oeiras não põe em causa o património municipal deva

ser corretamente enquadrado do ponto de vista jurídico. Admitimos, inclusivamente, que esta interpretação possa decorrer do quadro legal atualmente em vigor. O que nos preocupa é que a proposta não explica, na verdade, qual é que é a finalidade concreta desta alteração e também, na verdade, não explica como é que este terreno veio à posse do Município.----------

----------Assim, era importante saber como é que veio à posse do Município e saber que a passagem de um bem do domínio público para o domínio privado municipal não é apenas uma questão técnica, mas passa também a permitir operações jurídicas, como concessões, alienações e outras formas de gestão patrimonial que anteriormente não seriam possíveis nos mesmos termos. Por isso, entendemos que deveria ser claramente explicado se esta alteração se destina apenas a uma regularização de inventário patrimonial ou se está também associada a alguma intervenção futura naquele espaço e que não esteja identificada na proposta.----------

----------E gostaríamos, por isso, de colocar estas questões ao Executivo.----------

----------Em primeiro lugar, esta operação integra, ou não, um processo global de regularização de todos os jardins e espaços verdes do Concelho, uma vez que a proposta indica que isto é uma questão para todos os espaços verdes, ou trata-se apenas de uma preocupação pontual que é isolada e apenas para este caso, e, se é um processo geral, quantos espaços estão abrangidos e como é que vão resolver?----------

----------Em segundo lugar, existe algum projeto previsto para o Jardim do Alto de Santa Catarina que justifique esta alteração? Se está prevista alguma concessão, instalação de equipamentos, ou qualquer outra intervenção? Ou se se trata exclusivamente de uma regularização jurídica sem qualquer consequência ao nível da utilização daquele espaço? ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor." ----

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- Para dizer que os liberais defendem que o património público deve ser gerido com rigor, transparência e sempre orientado para o interesse dos cidadãos. É exatamente por isso que esta proposta merece uma análise mais cuidadosa. ----------

---------- A fundamentação apresentada pelo Executivo parte de um princípio que, do ponto de vista estritamente legal, é consistente. Os espaços verdes não estão tipificados na lei como bens do domínio público. Assim, segundo a Constituição, a desafetação do Jardim do Alto de Santa Catarina seria uma mera regularização jurídica, integrando-o no domínio privado do Município. Contudo, quando analisamos com maior profundidade, percebemos que esta leitura é incompleta face à doutrina clássica e à jurisprudência atual. ----------

---------- Perguntamos... isto é, há falta de informação sobre a aquisição originária. A proposta não esclarece como este espaço verde entrou na esfera patrimonial do Município. Não sabemos se foi objeto de cedência urbanística, se foi doado, se foi adquirido por compra ou de qualquer outra forma. E esta omissão é relevante porque, no momento da aquisição, o bem foi afetado ao domínio público. Então, a sua natureza dominial não decorre da tipificação legal, mas sim da própria forma de aquisição. E isto não está analisado na proposta. ----------

---------- A própria fonte doutrinal em que a proposta se apoia o confirma. Jorge Pação, o autor, reconhece expressamente que existe jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo em sentido contrário ao que aqui se defende. A jurisprudência refere que a natureza do domínio público pode ser reconhecida independentemente da previsão legal, quando o bem foi adquirido ou afetado com essa finalidade. ----------

---------- A passagem do domínio público para o privado pode ser revertida precisamente porque a afetação originária não foi devidamente considerada. Portanto, não é correto afirmar que não subsistem dúvidas. Elas existem e são relevantes. ----------

---------- Perguntamos: qual é a finalidade desta alteração? O Executivo afirma que se trata

apenas de uma regularização, mas não explica para que serve essa regularização. Perguntamos: qual é o objetivo prático da desafetação? Que operações futuras ficam habilitadas com esta mudança? Há projetos previstos para estas áreas? Nada disto é esclarecido. ----------

----------Uma gestão patrimonial rigorosa exige transparência total sobre a finalidade das alterações dominiais. ----------

----------O entendimento da Iniciativa Liberal é simples. Sim, a lei é clara quanto à tipificação dos bens dominiais. Sim, pode haver necessidade de regularização, mas as lacunas informativas são: título de origem da parcela, como é que entrou no património municipal? E com que destino expresso? Finalidade prevista para o terreno após a desafetação?----------

----------A proposta não é clara, ao contrário da prática comum noutros municípios, que tipicamente identifica requalificação, alienação em complemento de lote ou permuta.----------

----------A boa gestão do património municipal exige que estas dúvidas sejam esclarecidas antes de qualquer desafetação. ----------

----------Por isso, em nome da transparência, da segurança jurídica e do interesse dos cidadãos, vamos votar contra.----------

----------Obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.), faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.)** fez a seguinte intervenção:

----------"Senhora Presidente. ----------

----------Com o devido respeito, e tendo em atenção que não tenho nada contra o parecer do Senhor Vereador Doutor Nuno Neto. Contudo, é certo que a desafetação de uma área com a dimensão e relevância situada na zona do Jardim do Alto de Santa Catarina merece uma ponderação particularmente mais cautelosa.----------

----------E enquanto Deputado Municipal Independente, ou mega Independente, ou Não

Inscrito, mas participativo, ainda que se trate de uma regularização jurídica, importa garantir que esta alteração não seja entendida como uma diminuição da proteção do espaço verde, nem abra, no futuro, caminho a utilizações incompatíveis com o interesse público e a qualidade de vida dos munícipes. ----------

---------- Registo, por isso, como essencial que sejam integralmente salvaguardados todos os direitos legitimamente constituídos e que a vocação paisagística e a utilização pública deste espaço permaneçam plenamente asseguradas no futuro. ----------

---------- Assim, Senhora Presidente, reconheço a consistência jurídica da proposta, que respeito, mas entendo que subsistem reservas quanto aos seus potenciais efeitos futuros e à necessidade de preservar, sem incertezas, o interesse público associado a este espaço.----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da** A.M. disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. Senhor Deputado Nuno Carvalho (PS), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Nuno Carvalho (PS)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Olá, boa tarde. Antes de mais, quero cumprimentar todos que estão aqui presentes e que estão a ver-nos online.----------

---------- Relativamente a este assunto que aqui estamos a analisar, esta não é a primeira vez que votamos algo semelhante. E temos aqui algumas perguntas que é: quantos espaços verdes municipais já foram objeto deste processo de regularização patrimonial? Quantos espaços verdes ainda falta regularizar no Concelho de Oeiras? Qual é o calendário previsto para concluir esta regularização? E, por fim, porque é que não se faz uma proposta única para todos os espaços verdes?---- ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém? Faz favor, Senhor Deputado Aníbal

Guerreiro (CDU)."----------

---------- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------À semelhança de processos anteriores já apreciados neste mandato, a CDU assenta a sua posição na interpretação técnico-jurídica que sustenta a proposta. Contudo, a alteração do estatuto dominial deste jardim, como de todos os outros, não pode, de alguma forma ou em algum momento, ser justificação para a limitação do usufruto público aberto por todos e por todas, nem ser utilizada como forma de futura privatização ou transação comercial, mesmo que parcial ou temporária. ----------

----------Os espaços verdes são estruturas fundamentais do ambiente urbano, desempenhando funções ambientais, ecológicas e sociais insubstituíveis. Independentemente do seu estatuto dominial, deverão ser pensados e geridos como lugares de convívio, usufruto e de lazer, sem limitações e propósitos comerciais. ----------

----------Obrigado, Senhora Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção:-------

----------"O PAN compreende a fundamentação jurídica apresentada e reconhece que esta proposta é apresentada como uma regularização patrimonial. Contudo, tratando-se de um espaço verde com relevante valor ambiental e de fruição pública, consideramos importante assegurar que esta alteração da natureza jurídica não representa qualquer mudança quanto ao seu destino ou utilização futura. ----------

----------Nesse sentido, gostaríamos que o Executivo esclarecesse expressamente se esta desafetação tem um carácter exclusivamente técnico e patrimonial ou se existe alguma intenção

futura de alienação, constituição de direitos ou desenvolvimento urbanístico sobre esta parcela. --

---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Carla Santos (CH), faz favor." -----

---------- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. - ----------

---------- Quanto ao ponto quatro, relativo à desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno situada no Alto de Santa Catarina na Cruz Quebrada-Dafundo, o CHEGA votará favoravelmente, por entender que a gestão do património municipal deve ser feita com racionalidade, utilidade prática e sentido de responsabilidade.----------

---------- O domínio público não deve ser tratado como uma realidade intocável quando determinada parcela deixa de ter utilidade pública efetiva ou quando a sua integração no domínio privado permite uma melhor gestão, regularização ou aproveitamento do património municipal. -

---------- No entanto, para o CHEGA, qualquer desafetação do domínio público exige sempre prudência. É essencial garantir que não está em causa a perda de espaço necessário à população, que não são afetos acessos, circulação, zonas verdes, equipamentos e interesses legítimos dos moradores. ----------

---------- Votamos a favor porque admitimos que esta solução possa permitir uma gestão mais eficiente da parcela em causa, mas sublinhamos que o património municipal pertence, em última análise, aos cidadãos e deve ser administrado com transparência e valorização do interesse público e sem favorecer interesses particulares.----------

---------- O CHEGA acompanhará este processo com atenção, defendendo sempre que cada decisão sobre o património público seja justificada, clara e benéfica para o Concelho de Oeiras. -

---------- Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende intervir? Não? Então, dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente sobre este ponto." ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Senhora Presidente, o Vereador com o pelouro do património explica a simplicidade do que está em causa." ----------

----------**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Faz favor, Senhor Vereador." ----------

----------O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento a todos.----------

----------Eu acho que há aqui alguma confusão de conceitos que importa esclarecer.----------

----------Em primeiro lugar, e quanto à fundamentação, a Senhora Deputada leu muito bem, mas remete depois a Constituição para a lei especial. E, se notar na fundamentação, tem também o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, que define claramente as categorias do que deve ser domínio público e do que deve ser domínio privado. E, portanto, a proposta juridicamente está bem fundamentada. ----------

----------Quanto às outras questões, a Câmara Municipal é inteiramente transparente quando traz aqui propostas de desafetação. Sempre que há alguma intenção de alienação futura, e eu trago aqui muitas propostas deste género, regularização de limites, de estremas, esse tipo de coisas, é sempre indicado o valor, a intenção, é tudo isso indicado. ----------

----------O que estamos aqui a falar é de regularização legal, regularização administrativa. ----

----------Eu gostava que os Senhores Deputados soubessem que há um grupo de trabalho que se tem dedicado, nos últimos anos, à regularização do património imobiliário municipal, à valorização, à inventariação, porque ao longo de muitos anos há sempre alguma coisa que importa corrigir e esse grupo tem-se dedicado a analisar em profundidade todo o património municipal e a

regularizá-lo. ----------

---------- Portanto, esta proposta é em tudo semelhante àquelas que já trouxemos aqui quanto ao Jardim Municipal de Oeiras, o Jardim Municipal de Algés, o Jardim Municipal de Paço de Arcos e em nada é diferente. É um jardim. O Parque Urbano do Alto Santa Catarina é um jardim. Manter-se-á um jardim e nada mudará. Portanto, está aqui a regularização da dominialidade apenas. Confundem-se conceitos, porquê? Se vamos lá instalar um café, um quiosque, a oneração dos terrenos em função da dominialidade pode ser feita através de arrendamento num regime, ou de concessão no outro. Portanto, a instalação de algum tipo de negócio é sempre possível fazer e não tem nada a ver com a dominialidade. A domimialidade importa quanto ao regime jurídico da oneração. - ----------

---------- Mas volto a dizer, isto é apenas uma regularização. Como vão acontecer... O Senhor Deputado do Partido Socialista perguntava: quantos espaços verdes? Estamos a agarrar em todo o património público municipal e a regularizar este tipo de situações. Certamente haverá mais. E são todas trazidas aqui, como aliás determina a lei. ----------

---------- Esta regularização de dominialidade não tem nada a ver nem com intenções construtivas, nem com intenções de alterar o que é um jardim municipal perfeitamente consolidado e de serviço à população. Estas áreas verdes vêm à posse do Município normalmente no âmbito das cedências das urbanizações e são cedências para espaço verde. Ou são cedências para equipamento desportivo, ou são cedências com fim destinado. Portanto, a regularização da dominialidade não tem a ver com nenhuma intenção obscura, em primeiro lugar. ----------

---------- Em segundo lugar, a transparência e a clareza da Câmara é tanta que, quando traz aqui alguma desafetação com a intenção da alienação futura, o que a Assembleia Municipal decide é a desafetação, mas a Câmara Municipal acrescenta sempre qual é a intenção futura. ----------

---------- Neste caso não acrescenta porque não lembraria a ninguém, como não me lembraria a mim, que quando trouxe aqui o Jardim Municipal integrado no património histórico da Quinta do

Marquês, fosse para construir alguma urbanização ali em cima. É um jardim público, um espaço, um espaço consolidado e assim se manterá de futuro. Não há intenção nenhuma da Câmara Municipal, nem faz sentido levantar qualquer tipo de suspeita, porque a conduta da Câmara tem sido tão transparente e tão clara ao longo dos anos, enquanto eu estou como vereador do património nesta matéria, que sempre que houve intenção de oneração ou de venda ou de alguma coisa em algum tipo de desafetação, isso foi expressamente dito em todas as propostas de deliberação, como todos os senhores deputados que aqui estão são testemunhas. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vereador. Senhora Deputada Anabela Brito (IL). Quem era? Desculpe. Ah, já não tem tempo. Já não tem tempo, Senhora Deputada." ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Eu sei que não tenho tempo, mas é defesa da honra… estava a levantar suspeitas." -

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Defesa da honra?"----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

----------"Sim, com certeza." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Que a Senhora Deputada estava a levantar suspeitas?"----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:----------

----------"Acabou, acabou agora mesmo… Senhor Vereador. Portanto, se faz favor…" --------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Bom, muito bem. Muito bem. Faz favor de defender a sua honra, Senhora Deputada. Faz favor, faz favor."----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da**

Honra:---- ----------

---------- "Só para dizer, Senhor Vereador, que não são suspeitas, são perguntas, e são perguntas legítimas para quem está numa Assembleia Municipal.----------

---------- Só isso, mais nada. ----------

---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Senhores Deputados, agradeço silêncio para conseguirmos trabalhar. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)." ----------

---------- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Eu queria agradecer ao Senhor Vice-Presidente ter passado a palavra ao Senhor Vereador Nuno Neto e queria usar esta proposta como um exemplo de uma proposta em que os deputados que põem questões que são legítimas, como disse a Senhora Deputada Anabela Brito, da Iniciativa Liberal, e são respondidas em conformidade. E não há aqui guerras políticas por trás de perguntas que, às vezes, são para esclarecer os deputados e são perguntas técnicas. ----------

---------- Portanto, gostava de agradecer ao Senhor Vice-Presidente ter passado a palavra ao Senhor Vereador Nuno Neto e ao Senhor Vereador os esclarecimentos que deu, que, pelo menos da nossa parte, são convincentes e estamos esclarecidos para votar.----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Todos esclarecidos, vamos passar à votação."----------

5.4.1. VOTAÇÃO----------

---------- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino

Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho), dois do Partido Chega (José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com dois votos contra do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), e uma abstenção do Deputado Não Inscrito (Francisco O'Neill Marques).----------

----------Os Senhores Deputados Tomás Raposo Barra e André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da

votação.--- ----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 164/2026** ----------

---------- **PROPOSTA C.M.O. N.º 547/26 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO ALTO DE SANTA CATARINA - CRUZ QUEBRADA-DAFUNDO** -

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e quarenta e sete barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número vinte e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em onze de junho, e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com dois votos contra do Partido Iniciativa Liberal, e uma abstenção do Deputado Não Inscrito, aprovar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno (Jardim Alto de Santa Catarina) com a área de vinte mil oitocentos e noventa e oito vírgula quarenta metros quadrados, a qual confronta a norte com Avenida Duque de Loulé, a sul com Rua Capitão Salgueiro Maia, a nascente com Rua Quirino da Fonseca e Rua João Chagas, números noventa e sete a cento e quinze e a poente com Rua Marcelino Mesquita, Rua São João de Deus e Rua Capitão Salgueiro Maia, para sua integração no domínio privado municipal, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

----------"Aprovado por maioria. Declarações de voto. Alguém quer fazer? Faz favor, Senhora Deputada." ----------

5.4.1.1. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Só para indicar que o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta proposta porque, apesar de ter colocado dúvidas e questões pertinentes sobre a proposta, considera que as mesmas foram respondidas e foi garantido pelo Senhor Vereador Nuno Neto que o espaço se manteria da mesma forma que está atualmente, sendo um jardim público.----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Mais alguém pretende fazer declaração de voto? Senhor Presidente da União de Juntas, Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), por favor." ----------

5.4.1.2. O **Senbor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:----------

----------"Cara Presidente. ----------

----------Para dizer que o voto foi favorável porque foi muito bem explicado, tal como tem vindo a ser ao longo dos últimos anos, não só pelo Presidente da Câmara, como pelo Vice-Presidente do Município, bem como por outros vereadores, sempre que intervêm. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada. Mais alguém? Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor." ----------

5.4.1.3. A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:----------

----------"Sim, Senhora Presidente.----------

----------Só para dizer que a Iniciativa Liberal votou contra porque, apesar dos esclarecimentos, consideramos que não ficou esclarecido qual é a origem do título das parcelas.----------

---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Passamos agora à apreciação e votação da Proposta quinhentos e cinquenta e quatro/dois mil e vinte e seis." ----------

5.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 554/2026 – DMOTDU/DGU – relativa ao Procº. 155/2025 - Obras de Urbanização - Aprovação de minuta de Contrato de Urbanização e redução da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)---- ----------

---------- A **Senbora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Quem pretende usar da palavra quanto a este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Para os liberais, o desenvolvimento do Concelho não resulta apenas da ação da Câmara Municipal; resulta, sobretudo, da capacidade de atrair quem quer investir, recuperar património, construir habitação, criar emprego e gerar riqueza. É essa dinâmica que faz uma cidade crescer. -

---------- O papel do Município deve ser criar condições para que isso aconteça, garantindo regras claras, transparência e a defesa do interesse público.----------

---------- Face ao que nos foi apresentado, parece que encontramos estes princípios nesta proposta.-- ----------

---------- O promotor assume um investimento significativo na execução de um ascensor público, de um passadiço pedonal e da requalificação de um parque de estacionamento, infraestruturas que servirão toda uma comunidade e que se inserem na estratégia de reabilitação urbana do Dafundo.----------

----------Perante este contributo, parece-nos coerente que o Município reconheça esse esforço através da redução de taxas. Mais do que uma redução de receita, estamos perante uma troca de valor. O Município abdica de uma parte da taxa; o Concelho recebe infraestruturas que melhoram o espaço público, a mobilidade e a acessibilidade naquela zona. À partida, é uma solução que nos faz todo o sentido. Mas há uma condição essencial: a redução da taxa só se justifica se a contrapartida para os oeirenses for efetivamente entregue e dentro das regras e dos prazos legais.

----------O contrato estima um prazo de execução de dezoito meses para estas obras de urbanização. ----------

----------Mais do que reduzir taxas, esperamos, por isso, que o Município seja particularmente exigente no acompanhamento da execução desta infraestrutura, e no acompanhamento desta obra e destes prazos. Qualquer atraso ou eventual prorrogação deverá ser verdadeiramente excecional e devidamente fundamentado, porque aquilo que justifica este benefício para o promotor é que os oeirenses possam usufruir destas infraestruturas públicas em tempo útil.----------

----------E, mais uma vez, dizemos que estas decisões têm igualmente de assentar em critérios objetivos, transparentes e que venham a ser aplicáveis a todos. ----------

----------Quem decide investir em Oeiras deve, desde o primeiro dia, saber quais são as regras do jogo. Não pode depender de negociações casuísticas na interpretação de cada processo. -------

----------A previsibilidade é um dos maiores incentivos ao investimento. É isso que cria confiança, é isso que torna um território competitivo e é isso que atrai mais projetos, mais habitação, mais atratividade económica e mais oportunidades para os oeirenses. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor." ----- ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- A Câmara aprovou a minuta de um Contrato de Urbanização relativo ao empreendimento residencial "The UpperCase" e pede agora à Assembleia Municipal que aprove uma redução de cinquenta por cento da Taxa TRIU devida pela promotora, que seria no valor de duzentos e trinta e oito mil euros para cento e dezanove mil. Em contrapartida, como aqui já foi dito, a promotora executa, como condição do próprio licenciamento e da não cedência voluntária, um ascensor público, um passadiço e a requalificação do parque de estacionamento entre a Rua Sacadura Cabral e a Rua Joseph Bleck.----------

---------- Entendemos que essa redução deve estar devidamente fundamentada, que a proposta refere que o regulamento o permite, mas não explica porque é que é fixada a taxa em cinquenta por cento e não noutra percentagem qualquer, que também está prevista no mesmo regulamento.

---------- Gostaria de saber, assim, quais são os critérios objetivos que foram utilizados para concluir que esta era a redução adequada e quem validou a estimativa, no valor de setecentos e noventa e oito, mais de setecentos e noventa e oito mil euros, apresentada pela própria promotora?

---------- As obras de urbanização são uma condição de licenciamento, não são uma contrapartida voluntária. Existe alguma avaliação de que a redução de cinquenta por cento da TRIU é necessária para a viabilidade económica do projeto, ou é apenas considerada independentemente da capacidade financeira do promotor?----------

---------- Porque aquilo que foi noticiado é que temos um investimento global do empreendimento no valor de trinta e dois milhões de euros, com custo de construção declarados nos despachos municipais de apenas seis milhões de euros e, portanto, parece-me a mim, uma grande margem de lucro.----------

---------- Acresce que este promotor já beneficiou de opções urbanísticas muito favoráveis. Desde logo, foi aceite uma solução para suprir o défice de estacionamento através da criação de lugares numa via situada no meio da encosta do Dafundo, já aqui uma munícipe veio trazer esta

situação hoje, numa zona com reconhecidas limitações. E, portanto, também perguntamos por isso, porque é que entende a Câmara que, além destas opções urbanísticas, se justifica conceder um benefício económico adicional de cinquenta por cento da taxa. ----------

----------Tratando-se de um empreendimento desta dimensão, com mais cento e seis lugares de estacionamento, dos quais quarenta e seis na rua, na artéria referida, perguntamos se a Câmara exigiu o devido estudo de tráfego previsto no RPATOR e não encontrámos também qualquer referência ao mesmo na documentação que foi submetida à esta Assembleia e essa informação é essencial para avaliar os impactos do projeto. ----------

----------Também, mais, a informação técnica classifica esta área como de elevado risco de erosão hídrica e instabilidade de vertentes, são os serviços técnicos que o afirmam, numa encosta com historial de deslizamentos. E, portanto, foi realizada alguma avaliação geotécnica atualizada para este projeto, tendo em consideração o acréscimo da afluência que o ascensor público vai trazer? E se foi o mesmo articulado com o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e da Proteção Civil, tendo em conta as derrocadas recentes ocorridas neste local. ----------

----------Importa ainda que, após a receção da obra, a manutenção e a exploração do ascensor é informado na proposta que passa para o Município e, portanto, perguntamos por isso se existe alguma estimativa do custo anual desta manutenção, deste custo com a manutenção do ascensor, e se esse encargo foi ponderado na análise que fizeram agora de custo-beneficio e que sustenta esta proposta. ----------

----------Finalmente, mais um erro técnico material que indica na fundamentação jurídica: o Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco de mil novecentos e noventa e nove e não de dois mil e dezanove, como indica a proposta. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais algum dos senhores deputados pretende

usar da palavra? Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.)** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Muito sumariamente, esta proposta evidencia um elevado mérito técnico e institucional, encontrando-se fundamentada e acautelada esta proposta, o que evidencia uma gestão urbanística responsável no que concerne ao procedimento cento e cinquenta e cinco de dois mil e vinte e cinco, conciliando o interesse público e a segurança jurídica em benefício dos munícipes. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Não? Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Senhora Presidente, muito obrigado. ----------

---------- A Proposta de Deliberação número quinhentos e cinquenta e quatro de dois mil e vinte e seis visa a aprovação de minuta de Contrato de Urbanização entre o Município e o Promotor, decorrente da substituição do Município na realização de obras estruturantes preconizadas no Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da ORU do Dafundo e a consequente redução da Taxa, para Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas.----------

---------- A operação urbanística abrange um conjunto de prédios que inclui três edificações de tipologia distinta – palacete, edificação com uso habitacional de dois pisos e unidade industrial, onde funcionou uma tipografia.----------

---------- A solução proposta contempla aproximadamente seis mil quatrocentos e quarenta e cinco metros quadrados de habitação, cerca de cento e doze metros quadrados destinados a comércio e serviços e pouco mais de mil metros quadrados em cave destinados a estacionamento,

o que consubstancia em setenta e um fogos de habitação, um espaço comercial e sessenta e um lugares de estacionamento privados (cobertos) e quarenta e cinco lugares de estacionamento na via pública, na Rua Joseph Bleck.----------

----------O Contrato de Urbanização prevê a execução de um ascensor público e de um passadiço para garantir o acesso pedonal entre o edifício do empreendimento e simultaneamente a Rua Sacadura Cabral e a Rua Joseph Bleck, bem como potenciar o acesso público ao estacionamento localizado na via pública, cujo novo layout permite o aumento do número de lugares e fica também expensas do Promotor.----------

----------Afigura-se, contudo, que ao se requalificar (e bem) as edificações existentes, aumentando de forma significativa a oferta de habitação, não se cuida, séria e adequadamente das necessidades de estacionamento na zona. ----------

----------Setenta e um fogos de habitação e um espaço comercial não são compatíveis com um número tímido de sessenta e um lugares privados cobertos, a que acrescem quarenta e cinco lugares de estacionamento público na via pública. ----------

----------E uma questão se coloca, que eu queria perceber qual é o entendimento da Câmara. Bem sei que não se trata de uma construção nova, mas a verdade é que a correspondência ou correlação entre um lugar de estacionamento para cada fogo aqui não é cumprido, visto que os lugares na via pública não contam para esse cálculo. ----------

----------Senhora Presidente, o desafio não está em aprovar a substituição do Município na realização de obras estruturantes preconizadas no Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da ORU do Dafundo. O verdadeiro desafio está em compatibilizar a requalificação do patrimómio com mobilidade, acessibilidade pedonal e estacionamento. ----------

----------E esse não encontra resposta na proposta que hoje nos é apresentada. ----------

----------Obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra, senhores deputados? Não? Então, dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente." ----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, eu ia pedir-lhe para a Senhora Diretora começar e eu termino."

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Faz favor. Muito obrigada." ----------

---------- A **Senhora Paula Cristina Cabral, Diretora de Gestão Urbanística,** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Mais uma vez, obrigada.----------

---------- Portanto, falou-se aqui da existência ou não do estudo de tráfego. Todas estas operações urbanísticas de dimensão equiparada a operação de loteamento, portanto, de impacto relevante, são sempre suportadas por estudo de tráfego, sempre. Portanto, é uma condição e, na aprovação do projeto de arquitetura, foi já com base no estudo de tráfego.----------

---------- Todavia, a questão dos estacionamentos que estão previstos, de acordo com o Plano Diretor Municipal, há uma obrigação de uma dotação de lugares de estacionamento, em que quarenta por cento devem ser na via pública. Se estivéssemos perante uma operação de loteamento, tínhamos lugares de estacionamento dentro dos lotes, portanto, no domínio privado, e lugares de estacionamento na via pública.----------

---------- Neste caso em concreto, sendo uma situação que está equiparada, portanto, que é de impacto relevante, há que prever lugares no domínio privado, portanto, dentro do edifício, que são estes lugares que já foram aqui descritos, e também na via pública. Esses lugares são os lugares que são, por via do reordenamento do estacionamento que existe na cota superior ao edifício, que estão a ser contemplados na via pública e daí existirem e estarem programados desta forma.------

---------- Relativamente à questão do elevador e da ligação entre a cota inferior onde está implementado, onde já existe o edifício, e a cota onde vai ser previsto o estacionamento, o elevador

consiste numa infraestrutura pública que tem uma dupla valência, não só dotar e, portanto, havendo aqui a oportunidade de criar mais lugares de estacionamento na via pública que são necessários por via da operação urbanística que está a ser aprovada, mas também para a ligação entre duas cotas.------- ----------

----------É uma infraestrutura que está programada no âmbito do PERU e que existia necessidade de a fazer. Portanto, viu-se aqui uma oportunidade de associar as necessidades no âmbito desta operação urbanística, mas também de satisfazer aquilo que é uma necessidade pública que está programada no âmbito do Plano que foi aprovado. ----------

----------Penso que, relativamente às questões que foram colocadas, portanto, está esclarecida a questão dos estacionamentos na via pública, penso eu, e também do estudo de tráfego. ----------

----------Relativamente à TRIU, portanto, à redução que está a ser proposta, é evidente que, tendo em conta a proposta que vem à submissão à Assembleia, é o valor de redução máximo previsto no âmbito do nosso Regulamento de Taxas, tendo em conta o investimento que aqui está em causa, que é uma infraestrutura pública. Portanto, propusemos o máximo possível, porque o valor que está estimado para esta infraestrutura assim o justifica. Do ponto de vista técnico, entendemos que o justifica. Agora, será uma situação pronto que a Assembleia irá arbitrar, não é?

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito bem. Não sei se o Senhor Vice-Presidente..."----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Quero, quero. ----------

----------Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

----------Continuando agora a dizer o seguinte: naturalmente que a redução da TRIU tem a ver com a construção de infraestruturas para servir, no caso concreto que servem não apenas aquele empreendimento específico, mas as imediações. Portanto, é a aplicação do RPATOR e aplicar o que está previsto na lei. Agora, o que é que está aqui em causa, verdadeiramente? Uma operação

urbanística em que o que poderia ser discutido era a falta, ou não, do estacionamento. ----------

---------- Duas notas. O estacionamento, no caso concreto, não sendo todo aquele que poderia ser, mas que nos vai permitir, ainda assim, a reabilitação urbana, é complementado quer pelo parque de estacionamento dos cento e dois lugares de estacionamento do Edifício Turquesa, que o Município adquiriu há algum tempo, que é em frente desta operação — quem conhece sabe — portanto, o Município há algum tempo que vem fazendo um esforço para reforço do estacionamento no Dafundo, o que não é nada fácil por sinal, que não é nada fácil, sendo uma zona urbana antiga e consolidada, e depois com o estacionamento público existente na Rua Joseph Bleck que, como eu disse há pouco, não é de serviço apenas aos moradores da Rua Joseph Bleck, é de serviço a toda aquela zona. O elevador, naturalmente, e também dizia eu há pouco, o elevador não serve apenas para as pessoas do condomínio; serve o lugar, também serve as próprias pessoas que vivem na Rua Joseph Bleck que queiram vir cá abaixo, reforça a vida comunitária. ----------

---------- Portanto, eu sinceramente, senhoras e senhores deputados, eu acredito nas valias ou nas valências desta operação urbanística, no que traz de requalificação urbana, no que traz... do que tem sido o refazer da malha do Dafundo, que não é uma malha fácil de trabalhar, como é sabido, na melhoria das condições de toda aquela comunidade. ----------

---------- Veja-se, há pouco tempo, há poucos anos, não havia um espaço verde naquela zona; passou a haver, fruto da negociação realizada numa operação urbanística. Portanto, isto para dizer aos senhores deputados que, não confundir o que é previsibilidade com o que são operações casuísticas, porque cada operação tem o seu histórico, cada operação tem as suas condicionantes, cada operação tem as suas necessidades, e isso faz-se com negociação, naturalmente, e como nós assistimos aqui ainda há pouco, assente nas premissas técnicas e nos pareceres técnicos dos serviços. São, e sem querer fazer o louvor total aos serviços, os mesmos serviços que nos têm trazido aos patamares de desenvolvimento que nós conhecemos. ----------

---------- Vejam, são os mesmos serviços que negociaram a aquisição dos lugares de

estacionamento do Edifício Turquesa, que servem o local; são os mesmos serviços que nos propuseram que o jardim viesse à posse do Município numa operação urbanística, de modo a servir a comunidade que ali vive. Portanto, eu creio que não é muito difícil analisar a mais-valia desta operação urbanística para toda a comunidade, também para quem vive na Rua Joseph Bleck, que passa a dispor da possibilidade de poder vir cá abaixo, e estar mais integrado na malha urbana. Certamente, ninguém gosta de estar numa zona isolada; quer estar integrado na comunidade. Portanto, não vejo como não aprovarem ou podem querer, naturalmente, não me cabe a mim a decisão, mas não vejo como negar as mais-valias desta operação, que tanto faz pelo Dafundo e pela freguesia. ----------

----------Muito obrigado, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor." ----- ----------

----------O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Senhora Presidente, muito obrigado. ----------

----------Quero agradecer as informações que foram dadas. Mas acho que ainda restam algumas dúvidas que queria ver se conseguia recebê-las, para podermos tomar uma decisão coerente com o sentido de voto. ----------

----------Primeira questão: claramente saber se esta proposta contempla ou cumpre o Plano Diretor Municipal, que acho que é fundamental perceber, porque não foi claro. ----------

----------Segunda questão: é saber, relativamente ao reperfilamento da Rua Joseph Bleck, quantos lugares de estacionamento ela tinha e quantos passa a ter, para nós percebermos se, de facto, o que foi aqui referido, dos quarenta por cento no espaço público, é cumprido ou não é cumprido, quando se está a tratar de setenta e um fogos. ----------

----------Relativamente ao parque de estacionamento, Senhor Vice-Presidente, o parque de

estacionamento foi uma mais-valia, mas foi uma mais-valia para responder às necessidades anteriores. Agora estamos aqui a falar de mais setenta e um fogos de habitação, alguns T3, T4, T2 e T1 e, portanto, que nós todos sabemos que não são apartamentos ou fogos que só tenham uma única viatura.----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém? Não? Não sei se o Senhor Vice-Presidente pretende responder ou..." ----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Antes de passar a palavra à Senhora Diretora, dizer o seguinte: o estacionamento do Turquesa, para quem o conhece, não foi apenas para as necessidades da altura, foi para as necessidades do local e as que haveriam de chegar. Basta ir ao estacionamento da Turquesa para ver que há espaço para mais. ----------

---------- Senhora Diretora, por favor." ----------

---------- A **Senhora Paula Cristina Cabral, Diretora de Gestão Urbanística**, fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Em relação à questão do cumprimento do PDM, objetivamente, se não cumprisse o PDM, não podia estar aqui. Tinha de ser enunciado. Se não cumprisse, a nível de lugares de estacionamento ou de algum outro aspeto, não poderia estar aqui. ----------

---------- Relativamente ao número de lugares de estacionamento, portanto, a proposta e os pareceres, que é o que constitui o Anexo I à proposta, têm lá essa informação, mas eu vou extrai-la porque é mais fácil para compreendermos. Portanto, o projeto em si contempla sessenta e um lugares de estacionamento privados cobertos e quarenta e cinco lugares de estacionamento na via pública. Estes quarenta e cinco lugares de estacionamento na via pública vão complementar os

quarenta e três que já existem. Portanto, completam-se cem lugares de estacionamento na Rua Joseph Bleck, através do reordenamento do estacionamento que já lá existe hoje. Portanto, a previsão é esta e é aquela que está aprovada: a constituição de mais lugares, o que completará o número de cem lugares de estacionamento.----------

----------Isto está no parecer da DMT, que está no Anexo I complementar à proposta. Tem lá esta informação do Serviço de Mobilidade, que esclarece estes aspetos." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito bem. Mais algum dos senhores deputados pretende esclarecimentos? Não? Então, poderemos passar à votação desta proposta?" ----------

5.5.1. VOTAÇÃO----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira), dois do Partido Chega (José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Deputado Não Inscrito

(Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com dois votos contra do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Alhuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), e com três abstenções do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho).----------

---------- Os Senhores Deputados Tomás Raposo Barra e André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.--- ----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 165/2026** ----------

---------- **PROPOSTA C.M.O. N.º 554/26 - DGU - PROCº. 155/2025 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS** ----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e cinquenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número trinta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em onze de junho, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, dois do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Deputado Não Inscrito, um do Grupo

Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com dois votos contra do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, e com três abstenções do Partido Socialista, aprovar a minuta do contrato de urbanização e seus anexos, a celebrar entre o Município de Oeiras e Circuito Impactante, Sociedade Anónima, no âmbito da operação urbanística, sita na Rua Sacadura Cabral, número doze, na Cruz Quebrada / Dafundo - Quinta de São Mateus, bem como a redução em cinquenta por cento da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Portanto, foi aprovada por maioria. Declarações de voto, Senhores Deputados? Façam o favor. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor."----------

5.5.1.1. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Era para indicar que o Grupo Político Evoluir Oeiras fará chegar uma declaração de voto sobre esta proposta e também fará chegar uma declaração sobre a segunda proposta desta reunião, que não tive na altura oportunidade de indicar, por causa das sucessivas defesas da honra.

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: ----------

----------"O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra a proposta de redução de cinquenta por cento da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU), constante do ponto dois da Proposta número quinhentos e cinquenta e quatro/dois mil e vinte e

seis uma vez que efetuou considerandos e questões para resposta do executivo sem que as mesmas tenham sido explicadas e respondidas em sede de assembleia municipal. Entendemos que o esclarecimento cabal seria essencial para dissipar duvidas. A saber: a informação técnica que instrui o processo classifica a área de intervenção como "área de elevado risco de erosão hídrica do solo" e "área de instabilidade e de vertentes", ao abrigo da Reserva Ecológica Nacional (Decreto-Lei número cento e sessenta e seis/dois mil e oito), e sujeita a movimento de massa em vertentes nos termos do artigo vigésimo terceiro do PDM. A encosta em causa tem um historial documentado de deslizamentos que já obrigou, num empreendimento vizinho na mesma vertente, à execução de obras de contenção de grande dimensão. Nada nos documentos que sustentam esta proposta demonstra que tenha sido realizada uma avaliação geotécnica e climática atualizada, cruzada com o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras (PMAACO), que pondere o efeito do acréscimo de construção e do próprio ascensor público e que trará mais afluência de pessoas, sobre uma vertente já identificada como instável. ----------

---------- Em sede de discussão, foi afirmado que a operação respeita integralmente o Plano Diretor Municipal e a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Dafundo, e que o próprio ascensor e passadiço constituem uma medida preconizada nessa ORU, servindo a comunidade ao ligar as duas cotas. Questionados sobre se tinha sido feito o estudo de tráfego, foi respondido afirmativamente. No entanto, o único estudo de tráfego constante do processo data de dois mil e vinte (ano de pandemia), com padrões de mobilidade manifestamente atípicos, e foi realizado cinco anos antes do projeto do ascensor público, do passadiço e da requalificação do estacionamento ter sido sequer submetido (processo P cento e cinquenta e cinco/dois mil e vinte e cinco, requerimento R sete mil novecentos e quarenta e oito/dois mil e vinte e cinco, submetido em sete de julho de dois mil e vinte e cinco). Este estudo não pode, portanto, ter avaliado o impacto de uma infraestrutura que, à data em que foi realizado, ainda não existia como projeto. A garantia dada em sessão careee, assim, de sustentação documental.----------

----------Contestamos ainda a qualificação destas obras como de interesse público geral, apresentada em sessão como fundamento de que o ascensor e o passadiço servem a comunidade do Dafundo ao ligar as duas cotas. A própria Proposta número quinhentos e cinquenta e quatro/dois mil e vinte e seis reconhece, em considerando que "um determinado número de lugares de estacionamento é alocado ao Projeto para efeitos de dimensionamento de estacionamento". Segundo a informação técnica que instrui o processo, o empreendimento totaliza cento e seis lugares de estacionamento para os seus setenta e um fogos, dos quais apenas sessenta e um são privativos e cobertos; os restantes quarenta e cinco correspondem a lugares na via pública, na Rua Joseph Bleck, uma rua distinta, situada a uma cota significativamente superior à dos edifícios do Projeto, cuja capacidade está a ser requalificada de cinquenta e sete para cem lugares precisamente no âmbito desta operação. O ascensor e o passadiço existem, na prática, para ligar os edifícios do empreendimento a este parque de estacionamento situado noutra rua, resolvendo um défice de estacionamento que a Promotora não consegue acomodar dentro do próprio lote. Apresentar esta solução como uma infraestrutura de interesse geral para toda a comunidade, dissociada da sua função primária de servir o dimensionamento de estacionamento do próprio empreendimento, distorce a real motivação e finalidade da obra. Reconhecemos que se trata de uma solução urbanística engenhosa para resolver, à custa de espaço público, o défice de estacionamento que o próprio empreendimento não consegue acomodar dentro do lote.----------

----------Entendemos ainda que a redução da taxa carece de fundamentação de proporcionalidade. As obras de urbanização em causa (ascensor público, passadiço e requalificação do estacionamento) são uma condição do licenciamento imposta pelo Município, e não uma contrapartida voluntária da promotora. Não nos foi apresentada qualquer avaliação de que esta redução de cinquenta por cento seja necessária à viabilidade económica do projeto, nem foi explicado o critério que conduziu a esta percentagem e não a outra prevista no Regulamento de Taxas do Município de Oeiras (RPATORMO). Tratando-se de um empreendimento imobiliário

de dimensão e valor de mercado muito significativos, a Câmara está a abdicar de receita fiscal sem demonstrar que essa é uma condição necessária ao interesse público que se pretende proteger. ---

---------- Notamos ainda que esta operação urbanística, que prevê um acréscimo de nove mil setecentos e cinquenta e sete vírgula setenta e quatro metros quadrados de área bruta de construção numa zona já sinalizada como sensível do ponto de vista geotécnico e climático, não foi apresentada aos cidadãos residentes na área de intervenção, nem sujeita a qualquer processo de participação pública, apesar do impacto direto que terá na paisagem urbana, na mobilidade e na segurança da envolvente. Sublinhamos, por fim, que num projeto com uma área bruta de construção total de nove mil setecentos e cinquenta e sete vírgula setenta e quatro metros quadrados, apenas cento e doze vírgula sessenta e cinco metros quadrados, um único espaço, são destinados a comércio e serviços. Trata-se de um desequilíbrio funcional relevante, que privilegia quase exclusivamente a componente habitacional em detrimento de qualquer contributo do empreendimento para a vitalidade comercial e comunitária do espaço público que se pretende requalificar. Por todas estas razões, votámos contra."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Jorge Rato (PS)." ----------

5.5.1.2. O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte **Declaração de Voto:** ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

---------- É para informar a Câmara que remeteremos uma declaração de voto escrita. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:----------

---------- "A Proposta de Deliberação número quinhentos e cinquenta e quatro/dois mil e vinte e seis visa a aprovação de minuta de Contrato de Urbanização entre o Município e o Promotor, decorrente da substituição do Município na realização de obras estruturantes preconizadas no

Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da ORU do Dafundo e a consequente redução da Taxa, para Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas.----------

----------O Partido Socialista associa-se ao objetivo de se requalificar as edificações existentes, ao aumento da oferta de habitação e assim contribuir para a reabilitação urbana. ----------

----------Contudo, numa zona consolidada e crítica do ponto de vista do estacionamento, afigura-se que setenta e um fogos de habitação e um espaço comercial não são compatíveis com a criação de um número tímido de sessenta e um lugares privados (cobertos), a que acrescem quarenta e cinco lugares de estacionamento público na via pública, já de si saturada. ----------

----------Em vez de ser parte da solução, a nova edificação engrossará o problema. ----------

----------Ademais, as justificações dadas quanto à garantia de cumprimento dos parâmetros do PDM, no que toca à existência de quarenta por cento de lugares a mais, não foram claras, não tendo ficado provado que a meta é cumprida. ----------

----------Pelo exposto, o Partido Socialista absteve-se na votação desta Proposta." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Passamos agora… Senhor Deputado José Shirley (CH). Faz favor." ----------

5.5.1.3. O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------Era para dar nota que vamos entregar uma declaração de voto por escrito."----------

----------O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:----------

----------"Os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA votaram favoravelmente a presente proposta, tendo em consideração os elementos constantes do processo e a fundamentação técnica apresentada pelos serviços municipais e o enquadramento legal invocado na proposta submetida à apreciação da Assembleia Municipal. ----------

---------- O presente sentido de voto é emitido exclusivamente com base na informação disponibilizada ao órgão deliberativo, não constituindo qualquer validação ou assunção de responsabilidade relativamente à futura execução do contrato, ao cumprimento das obrigações das partes ou a factos que venham a verificar-se posteriormente, matérias cuja responsabilidade compete às entidades legalmente competentes." ----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, também. Mais ninguém para declarações de voto. Então, passamos à apreciação da proposta quinhentos e cinquenta e nove."----------

5.6. Apreciação da Proposta CMO N.º 559/2026 – GMA – relativa à OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.- Relatório do 1.º trimestre de 2026 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Quem pretende usar da palavra quanto a este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Ninguém pretende usar da palavra? Senhor Vice-Presidente... Ah, Senhor Deputado... Não, não disse. Faz favor, Senhor Deputado Jorge… Senhor Deputado Pessanha (INOV25), faz favor." ---

---------- O **Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- O relatório do primeiro trimestre de dois mil e vinte e seis da Oeiras Viva revela-se negativo em vários pontos da sua atividade, bem como em termos financeiros, o seu resultado líquido. De qualquer modo, a atividade do primeiro trimestre do ano em curso não pode, de maneira nenhuma, refletir a atividade da empresa nos próximos trimestres.----------

---------- De referir que a Oeiras Viva, apesar dos resultados financeiros, melhorou na gestão de vários equipamentos, bem como conseguiu controlar os gastos, registando apenas um ligeiro aumento face ao período homólogo de dois mil e vinte e cinco.----------

---------- Por outro lado, a Oeiras Viva é uma referência na prossecução de objetivos no âmbito

da sua atividade, em termos de responsabilidade social. Isto contribui também para que certos períodos do ano sejam afetados, tendo em conta esta condicionante, a qual, como se tem verificado em relatórios anteriores, tendo sido superada pelos atos de gestão implementados.----------

----------Neste contexto, há também a situação do contrato-programa, cuja execução será implementada, certamente, nos próximos trimestres, dada a sua calendarização de aprovação e início da referida execução, o qual reporá gradualmente níveis mais estáveis em termos económico-financeiros. ----------

----------No caso da Oeiras Viva, tal como nas outras empresas municipais, o Município tem acionado os mecanismos para que estas executem as orientações através dos contratos de gestão e dos contratos-programa, apoiando as intervenções necessárias nos diversos equipamentos, bem como minorar os efeitos óbvios da responsabilidade social que deve ser exercida e que nunca poderá faltar, por razões óbvias, dado que a mesma contribui para a coesão social. ----------

----------Obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigado, Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra neste ponto? Faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------Sobre a Oeiras Viva, não vamos deixar…"----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Peço desculpa. É que o Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.) tinha pedido primeiro, e eu… Pediu? Pronto, então muito bem. Está certo. Fui mal informada." ----------

----------O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:--- ----------

----------"Então vou continuar. Nós vamos voltar a repetir tudo aquilo que já temos vindo a

afirmar a cada trimestre que vem a esta Assembleia um relatório da Oeiras Viva. ----------

---------- A nossa posição é conhecida e este relatório apenas o confirma, porque as instituições existem para servir os cidadãos, não para se perpetuarem a si próprias. ----------

---------- Fica, uma vez provado que a Oeiras Viva desenvolve a sua atividade com uma forte dependência dos contratos-programa e do financiamento assegurado pelo Município. Isso leva-nos, uma vez mais, a uma questão de princípio. ----------

---------- Nós, liberais, defendemos um Município focado nas suas verdadeiras competências públicas. Aquilo que constitui uma missão própria do Município deve ser do Município, deve ser planeado, gerido e executado pelos serviços municipais. É aí que deve estar a responsabilidade política, a capacidade técnica e a prestação de contas. Mas também existem atividades hoje desenvolvidas pela Oeiras Viva que não correspondem ao exercício de funções públicas, nem justificam a existência de uma empresa municipal. É por isso que continuamos a defender uma reorganização profunda. As competências municipais devem de regressar à Câmara Municipal. As restantes atividades devem ser organizadas através de instrumentos que melhor defendam o interesse dos oeirenses. Nesse modelo, a Oeiras Viva deixa de ter razão de existir. ----------

---------- E queremos deixar isto tudo absolutamente claro. Nós não defendemos o encerramento de piscinas municipais, como já nos acusaram. Nós não defendemos o encerramento de pavilhões municipais. Nós não defendemos que os oeirenses fiquem privados de qualquer serviço público. -

---------- O nosso debate nunca foi sobre piscinas ou sobre pavilhões. O nosso debate é, e sempre foi, sobre quem os deve gerir. Porque uma coisa é discutir a importância do serviço; outra, completamente diferente, é discutir qual é o modelo institucional mais eficiente, mais transparente e mais responsável para o prestar. ----------

---------- E é esse debate que a Iniciativa Liberal faz. E é esse debate que alguns insistem em evitar, preferindo dizer que queremos acabar com os serviços públicos. Não queremos. Queremos serviços públicos de qualidade, prestados através da melhor organização possível. ----------

----------Mas também sabemos que esta não é a opção da maioria de quem governa o Município. Enquanto for essa a sua opção, muda também a nossa responsabilidade. Cabe-nos fiscalizar, cabe-nos exigir. Exigir que a Oeiras Viva seja um exemplo de boa governação, que preste contas com total transparência que seja avaliada pelos resultados que entrega aos oeirenses, que os membros do Conselho de Administração sejam escolhidos pelo mérito, pela competência e através de procedimentos transparentes e concorrenciais, porque os verdadeiros acionistas desta empresa são os oeirenses e quem gere o dinheiro dos oeirenses deve estar sujeito ao mesmo nível de exigência que qualquer gestor que administra recursos de terceiros.----------

----------Infelizmente, não é isso que temos verificado. Continuamos a assistir a nomeações baseadas na confiança política e não em processos de recrutamento verdadeiramente transparentes e assentes no mérito.----------

----------Continuamos a conhecer os números de contas, mas continuamos a saber pouco sobre os resultados efetivamente entregues aos oeirenses e sobre a avaliação do desempenho dos seus gestores. --- ----------

----------E continuamos a assistir a uma cultura reduzida de prestação de contas, incompatível com aquilo que deve ser uma empresa detida a cem por cento pelos munícipes. ----------

----------É precisamente por isso que continuaremos a exigir mais: mais transparência, mais mérito, mais responsabilização, porque o dinheiro é dos oeirenses e quem gere o dinheiro dos oeirenses tem de prestar contas aos oeirenses. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. Agora, o Senhor Deputado Francisco O'Neill (N.I.) e, depois, o Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)." ----------

----------O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (N.I.)** fez a seguinte intervenção:

----------"Senhora Presidente. ----------

---------- Importa recordar que a apreciação relativa à Oeiras Viva não pode ser feita apenas e só de uma leitura de um resultado trimestral. ----------

---------- A gestão pública exige rigor financeiro, mas também exige visão estratégica e capacidade de assegurar um serviço de qualidade aos munícipes, que, por vezes, vai além da questão financeira. ----------

---------- É verdade que o primeiro trimestre apresenta um resultado líquido negativo da Oeiras Viva. Contudo, a própria análise identifica que este decorre, em larga medida, de fatores conjunturais, nomeadamente na execução do contrato-programa. É verdade, circunstâncias que não refletem, por si só, o desempenho operacional desta empresa. É certo. Pelo contrário, merece registo e reconhecimento o esforço da gestão demonstrada na contenção de custos, com reduções significativas dos fornecimentos e serviços externos e nas depreciações, permitindo absorver o aumento dos encargos com pessoal, sem comprometer a estabilidade global da empresa. ----------

---------- De frisar o bom desempenho do Porto de Recreios e das piscinas municipais, que revelam capacidade para gerar receita e melhorar a eficiência operacional. As dificuldades verificadas noutros equipamentos resultam de circunstâncias transitórias e deverão ser acompanhadas, claro, com a devida atenção, mas sem precipitadas conclusões que muitos gostam, nesta Assembleia, de apontar. ----------

---------- Nem tudo é dinheiro na vida empresarial, sobretudo quando estamos perante uma entidade cuja missão é criar valor público, promover o desporto, a cultura, o lazer e prestar um serviço de qualidade aos munícipes. Ainda hoje a piscina estava lotada, a piscina aqui em Oeiras; é porque as pessoas gostam de lá ir. ----------

---------- Por isso, encaro, enquanto deputado municipal participativo Não Inscrito — assim vou-me designar a partir de agora — este relatório com confiança e responsabilidade, reconhecendo os desafios da Oeiras Viva e, acima de tudo, o potencial de recuperação demonstrado. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25), faz favor." ----- ----------

----------O **Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Obrigado, mais uma vez, Senhora Presidente. ----------

----------No seguimento da minha intervenção relativamente ao relatório do primeiro trimestre, fiz o elenco do que se fez e do que não se fez, logicamente num período de três meses. Mas, depois de ouvir o Senhor Deputado Filipe Martins (IL), eu quero recordar ao Senhor Deputado que não vale a pena diabolizar as empresas municipais, porque, no fundo, as empresas municipais têm como missão garantir a excelência das instalações e dos equipamentos sob gestão, neste caso da Oeiras Viva. ----------

----------E mais uma, peço-lhe desculpa, mas foi muito infeliz ao diabolizar também as funções do Conselho de Administração, que tudo tem feito para que a Oeiras Viva preste aos munícipes as atividades o melhor possível, nas suas funções." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Muito bem. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor."----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Eu não tinha pensado intervir, mas depois de ouvir o Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25), tenho de ficar com a certeza de que ouvi bem. ----------

----------Fiquei com a perceção de que o Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) tinha dito que a Câmara Municipal, ao longo deste primeiro trimestre, teria cumprido com a sua função para com a Oeiras Viva. E, se assim foi, não percebo como é que faz essa conclusão, como é que chega

a essa conclusão, porque, na verdade, o contrato-programa foi aprovado no dia trinta e um de março nesta Assembleia Municipal, um milhão e oitocentos mil euros, e o resultado é menos quatrocentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e quarenta e seis euros. Portanto, um resultado negativo de quase meio milhão de euros não pode ser defendido, peço imensa desculpa, como se a Câmara tivesse efetivamente cumprido com aquilo que era a sua obrigação. ----------

---------- Como sabe, e o Partido Socialista defende isto há muito tempo, os contratos-programa têm que aqui vir em janeiro, porque a previsibilidade financeira das empresas municipais tem que ser garantida. Isso sim é a obrigação da Câmara Municipal. ----------

---------- Muito obrigada, Senhora Presidente." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Muito bem. Portanto, relativamente a esta proposta, não sei se o Senhor... apreciação, se o Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra."

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- O resultado do primeiro trimestre é isso mesmo: apenas o resultado do primeiro trimestre. No final do ano far-se-á a avaliação. ----------

---------- O que importa extrair de tudo o que foi dito aqui, se me permitem, é aquilo que foi dito pelo Deputado da Iniciativa Liberal, que configura o perigo que é a Iniciativa Liberal, a hipocrisia que a reveste e, por fim, não compreenderem nada disto. ----------

---------- Hipocrisia porque, em Lisboa, por exemplo, não sei se já propuseram a extinção da EGEAC. Fazem parte do Executivo? Fazem parte do Executivo? Já propuseram a extinção da EGEAC? Creio que não. Portanto, onde estão no Executivo não propõem a extinção de empresas municipais. Em Oeiras, queriam a extinção da empresa municipal. ----------

---------- Depois, dizer que o que a Oeiras Viva faz, pode ser retirado à Oeiras Viva e incorporado nos serviços municipais, como se o setor empresarial local não fosse um braço do

Município em si mesmo, constituída a empresa, nos termos da lei, para executar funções do Município, nos termos da lei. Não é difícil perceber isto. Agora, onde é que nós vamos para o corolário? Que é, um, não perceberem nada disto porque são também dogmáticos. São dogmáticos. E depois porque não vos preocupa verdadeiramente... A questão não é o encerramento das piscinas, se me permitem. A questão é que a vós não vos preocupa o serviço que a Oeiras Viva presta à comunidade. Veja, há muita coisa que nos separa e que pode nos separar com algumas forças políticas. Muito disto é na retórica, estas conversas... O primeiro trimestre teve um resultado negativo, como se não fosse no final do ano que se avaliasse isso. Mas há algo onde vocês são muito perigosos, que é nisto: Porque é que vocês não veem a mais-valia da Oeiras Viva? Porque não vos preocupa verdadeiramente o serviço que a Oeiras Viva presta. Não faz parte do vosso ADN. E é isso que vos torna perigosos. Não faz parte, pura e simplesmente, do vosso ADN. A preocupação com o serviço social, com a justiça social, com a coesão social, com possibilitar que os pobres acedam à piscina, não vos toca. Não vos toca. E esse é o perigo, é o perigo da Iniciativa Liberal na nossa sociedade. Vocês, permita-me dizer-lhe isto, vocês têm dois tipos... E eu não vou dizer que são "queques", como o Primeiro-Ministro António Costa dizia. Vocês têm dois tipos de militantes: os alienados, que acham-se ricos, e os ricos desnatados que não se preocupam com os outros. Os ricos desnatados que não se preocupam com os outros. Portanto, para quê haver uma empresa municipal para gerir equipamentos municipais?----------

----------Olhe, eu olho ali para o Senhor Presidente da Junta de Porto Salvo, passei por lá os olhos agora, e lembro-me dos anos de carolice que ele deu a um clube, onde teve contacto com as necessidades das pessoas mais frágeis. Onde, veja, é um administrador de empresas que está fascinado em ser Presidente de Junta, mas vocês, desculpe dizer-lhe isto, nas palavras do Embaixador Calvet de Magalhães, parecem-me que são da raça dos patos. O Embaixador Calvet de Magalhães dizia que havia pessoas que eram da raça dos patos. Explico com facilidade. O que é que o Embaixador dizia? Que tinham assim uma camadinha, como os patos têm uma camada de

gordura que impede de absorver, impede que sintam o frio. Vossas Excelências, nestas matérias, são da raça dos patos. Têm uma camada que não absorvem, não absorvem as preocupações com o bem dos outros. Pura e simplesmente, não vos toca. Não vos toca. E é por isso que, cada vez que nós discutimos estas propostas aqui, não discutem o concreto. O que é que querem discutir? Filosofia. Já perceberam isso? É filosofia. "Nós somos contra as empresas. Devia ser integrado nos serviços do Município." E nós dizemos sempre, em todo o lado, criam-se as empresas municipais por uma questão de gestão do que são tarefas municipais. No caso concreto, são crianças que vão às piscinas, equipamentos, pavilhões, mas isto não vos entra. Porquê? Porque são da raça dos patos, verdadeiramente.----------

---------- É só, Senhora Presidente."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Senhor Vice-Presidente, se nós, liberais, somos céticos contra o Estado não ser bom gestor, o Senhor ainda é mais cético que nós. Porque, quando nós dizemos para ser gerido no interior, todos estes equipamentos terem uma gestão no interior do Município, o Senhor não acredita que o Município saiba gerir estes equipamentos. Tem de ter uma empresa municipal para os gerir, porque o próprio Município não acredita… o Senhor não acredita que o Município saiba gerir estes equipamentos com qualidade e que preste um bom serviço às populações." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Presidente da União de Juntas."----------

---------- O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Bem, após esta intervenção do Senhor Deputado Filipe, da Iniciativa Liberal, eu

gostaria de dizer que o próprio Deputado não acredita na ideologia do seu próprio partido, que defende que haja menos Estado e mais iniciativa privada. ----------

----------Caro Deputado, eu aconselho o Senhor Deputado a estudar o modelo gestionário português, que segue o exemplo de outras boas referências a nível internacional. É o oposto da centralização, é do mais liberal que existe, do mais liberal no sentido de o Estado não ficar centralizado, de ter o apoio das empresas municipais, de haver institutos. O Estado estar dividido em subsetores do Estado, para agilizar o funcionamento do Estado, tem sido o caminho que o país está a fazer, mas, obviamente, as empresas municipais servem para agilizar os serviços, neste caso, dos municípios.----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------Eu também não ia intervir neste ponto, mas decidi intervir porque eu acho que é perfeitamente possível discordar, e discordar muito frontalmente e muito assertivamente, da Iniciativa Liberal, sem entrar nos ataques pessoais em que entrou o Senhor Vice-Presidente da Câmara, infelizmente. E aí, a Iniciativa Liberal tem a minha solidariedade. Não tem a minha solidariedade na questão de fundo. Porque, de facto, nestes momentos nós vemos a Iniciativa Liberal a transformar-se na Iniciativa Quinquenal, que é uma coisa que me surpreende muito, porque subitamente são contra as empresas do nada e defendem é que as competências e aquilo que a Oeiras Viva faz, neste caso, passe diretamente para a Câmara Municipal. Portanto, deixam de ser a Iniciativa Liberal, passam a ser contra as empresas e passam à Iniciativa Quinquenal. E isso prova, na verdade, efetivamente, o dogmatismo da Iniciativa Liberal. Aqui, neste ponto, são dogmáticos, porque conseguem até ser contra as empresas quando se trata do setor público. E este

dogmatismo de "público mau, privado bom" é terrível, porque é pura e simplesmente dogmatismo e não é olhar para as coisas pelos factos que temos à nossa frente.----------

---------- E, portanto, sintetizando, a Iniciativa Liberal aqui prova o seu dogmatismo. É perfeitamente possível dizer à Iniciativa Liberal que são dogmáticos, que só defendem o privado contra o público, até quando estamos a falar de empresas, que, efetivamente, se não é a destruição dos serviços públicos, é o seu enfraquecimento que defendem, efetivamente. ----------

---------- Sem entrar em considerações e em ataques pessoais, como entrou o Senhor Vice-Presidente da Câmara atual. O Senhor Vice-Presidente da Câmara futuro sempre foi um bocadinho mais cordial e também discordando. ----------

---------- Mas, no ponto de fundo, portanto, a Iniciativa Liberal tem a minha solidariedade quando estamos a falar de ataques pessoais, que acho que efetivamente, não é necessário. Na questão de fundo, era bom se a Iniciativa Liberal começasse a ser menos dogmática. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Muito bem, está apreciada.----------

---------- "Então, queria só dizer uma coisa. A Mesa considerou que, quando a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a declaração de que iria apresentar uma declaração por escrito relativamente ao seu sentido de voto do ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos e que não o pôde fazer porque houve defesas da honra, ora isso não é verdade. Podia tê-lo feito, não o fez, não o fez. E, portanto, não pode vir a fazê-lo porque o artigo cinquenta e nove do nosso Regimento diz que tem direito a produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto. Ora, já passaram uma série de propostas e, portanto, a Mesa não pode aceitar e, portanto, não aceita essa… sim, faz favor."----- ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Bom, eu não fiz essa afirmação que a Senhora Presidente me imputa. De qualquer forma, aceito a decisão da Mesa e não entregaremos declaração de voto nesse ponto. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Poderemos ver depois na gravação o que é que disse, mas foi isso que eu percebi, que não pôde fazê-la naquele momento. Foi o que a Senhora Deputada disse." ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: ----------

----------"Eu não disse que não pude. O que eu disse foi que não me foi possível, dada a emoção do momento e as várias defesas da honra que se propuseram e que, por causa do que se estava a passar na Assembleia, não se permitiu fazer essa clara distinção entre o que era a votação e a defesa da honra, não houve oportunidade, no meio, de pedir a declaração de voto. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. Passamos então à última proposta, que é apreciação e votação da proposta seiscentos e seis de dois mil e vinte e seis."----------

----------**APRECIADA** ----------

5.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 606/2026 – GCAJ – relativa à Cedência do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras à UFOPAC, para instalação da sua nova sede, e comparticipação financeira na empreitada de requalificação do mesmo (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Quem pretende usar da palavra?"----------

----------O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------A instalação da sede da UFOPAC no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de

Oeiras é uma iniciativa a valorizar, melhorando a centralidade e a acessibilidade aos serviços da Junta e promovendo a dinamização do centro histórico de Oeiras. ----------

---------- A CDU vê com grande interesse o apoio da CMO à reconversão do edifício, nomeadamente por dar continuidade à sua recente requalificação com o círculo de arquitetura. ---

---------- Será importante, contudo, garantir que o atual edifício sede na Fundição de Oeiras se mantenha como um polo de interesse para a Freguesia e para o Concelho. ----------

---------- Obrigado." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais algum dos senhores deputados? Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor... E depois o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PS)." ----

---------- O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Senhora Presidente, obrigado. ----------

---------- A Iniciativa Liberal vê esta proposta de forma positiva. ----------

---------- Em primeiro lugar, porque permite recuperar um edifício emblemático da Vila de Oeiras devolvendo uma função útil ao serviço da comunidade. ----------

---------- Em segundo lugar, porque cria melhores condições para o funcionamento da União de Freguesias, aproximando os serviços dos cidadãos. ----------

---------- Mas há um princípio que gostaríamos de sublinhar: a Iniciativa Liberal acredita na descentralização, acredita que muitas competências devem ser exercidas o mais possível junto das populações.----------

---------- Quando uma Junta de Freguesia tem capacidade para assumir essas responsabilidades, deve tê-las, porque ninguém melhor conhece as necessidades da sua comunidade do que quem está diariamente no terreno. Mas a descentralização tem sempre duas faces: mais autonomia significa também mais responsabilidade, mais capacidade de decisão, significa também a maior obrigação de prestar contas. ----------

----------Neste caso, a União de Freguesias assume uma responsabilidade importante na execução deste projeto e caberá naturalmente à Assembleia de Freguesia acompanhar, fiscalizar e escrutinar a sua concretização em representação dos seus fregueses.----------

----------É assim que deve funcionar uma Democracia de proximidade, cada órgão assume as suas responsabilidades, cada órgão responde perante os cidadãos que representa. Há, no entanto, uma questão que esta Assembleia Municipal tem o dever colocar. Não nos compete fiscalizar a gestão da União de Freguesias, essa responsabilidade é da sua Assembleia de Freguesia, mas compete-nos fiscalizar de que forma é que o Município distribui os recursos financeiros que pertencem aos oeirenses. É por isso que quando verificamos que a União de Freguesias comparticipa esta obra com um milhão de euros, é legítimo perguntar como foi construída essa capacidade financeira. Resulta de uma estratégia de poupança, devidamente planeada? Resulta da acumulação de saldo ao longo de vários anos? Ou revela que importa refletir sobre o modelo de financiamento das freguesias e sobre a adequação das transferências efetuadas pelo Município? Não fazemos estas perguntas para colocar em causa a gestão da Junta de Freguesia, fazemo-lo porque é nosso dever de escrutinar a utilização dos recursos municipais e garantir que as transferências financeiras obedecem a critérios de necessidade, de transparência e boa gestão. ---

----------É essa cultura de responsabilização que fortalece o Poder Local.----------

----------Por isso, a Iniciativa Liberal acompanhará favoravelmente esta proposta porque reúne três objetivos que consideramos importantes: recuperar património, reforçar a capacidade de resposta da União de Freguesias e aproximar as decisões dos cidadãos, sem esquecer que mais competências implicam sempre mais escrutínio e mais prestação de contas.----------

----------Obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais algum dos senhores deputados pretende fazer alguma intervenção? O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PS) faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Nuno Carvalho (PS)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Tínhamos aqui algumas questões que queríamos colocar à Senhora Presidente da UFOPAC. Não estando, colocamos as questões ao representante. ----------

---------- E as nossas questões eram: acham que o espaço é adequado às necessidades da UFOPAC? Se este é o espaço que a Junta merece e se o espaço permite realizar, condignamente, as reuniões dos órgãos autárquicos, nomeadamente a Assembleia de Freguesia?----------

---------- E a última pergunta é: porque é que o espaço afeto ao Círculo do Arquiteto ocupa uma área tão grande no projeto? ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Tomás Cardoso Pereira (CEO) faz favor." ----------

---------- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Nós, à partida, somos favoráveis relativamente a esta proposta já que se enquadra no interesse público, mas temos aqui duas questões. ----------

---------- Para nós, não está claro na minuta qual é o prazo de execução desta obra. Gostaríamos de ver isso clarificado.----------

---------- Uma segunda pergunta, é quem é que vai suportar as derrapagens e revisões de preço da obra que, inevitavelmente acontecem nestes contextos? ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém? Mais ninguém dou a palavra ao Senhor… faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Miguel Campos (U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros Deputados, estimado público. ----------

----------A União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias reconhece a oportunidade e a confiança depositada pelo Senhor Presidente e pela Câmara Municipal de Oeiras neste contrato interadministrativo.----------

----------Este documento materializa a cedência do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, para instalação da nova sede da UFOPAC e concede uma comparticipação financeira na empreitada de requalificação do referido imóvel. ----------

----------Este projeto permite uma nova localização dos serviços da UFOPAC junto aos principais eixos comerciais, garantindo instalações funcionais e sem barreiras. A proximidade a transportes públicos e a eliminação de obstáculos físicos facilitarão o atendimento diário assegurando o acesso mais cómodo e inclusivo para toda a população com especial atenção aos seniores e aos cidadãos com mobilidade condicionada.----------

----------Atualmente, a sede da UFOPAC na Fundição de Oeiras dificulta a acessibilidade para os cidadãos mais vulneráveis, o que muito nos preocupa. ----------

----------Queremos também dar nota que a UFOPAC irá cofinanciar esta empreitada de requalificação até ao montante de um milhão de euros. Este projeto materializa um desígnio antigo que agora se concretiza e que irá dar melhores condições aos nossos fregueses e aos trabalhadores desta União de Freguesias. ----------

----------O nosso compromisso será de trabalhar de forma cooperante com os serviços municipais para que a obra se concretize tão rápido quanto possível na senda de um Poder Local forte próximo e dinâmico. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. Senhor Vice-Presidente."----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Eu creio estar esclarecido quase tudo exceto a questão do espaço ocupado pelo Círculo de Arquitetura, porque se entende ser necessário um espaço no território do Município digno para o tipo de atividade que é posto lá em prática. ----------

---------- Dizer que têm sido realizadas diversas atividades e exposições sobre a temática dc arquitetura em Oeiras que eu até convidava os senhores deputados que não conhecem, a conhecer, particularmente com grandes arquitetos portugueses que têm deixado obra relevante para o país.-

---------- Portanto, era sobretudo isto." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor." ----------

---------- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Para fazer um requerimento oral tendo em conta que as nossas perguntas não foram respondidas. "Tão breve quanto possível" não é uma resposta que nos satisfaça, pelo menos. -----

---------- Para fazer um requerimento oral relativamente a dados concretos sobre o prazo de execução da obra, que esclareça o que é que está na minuta em causa, e também quem é que suporta as derrapagens e as revisões do preço da obra caso elas venham a ocorrer, o que sabemos que é muito provável. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)." ----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------O Partido Socialista não tem dúvidas nenhumas de que a Junta de Freguesia em questão precisa de, neste momento e rapidamente ou tão rápido quanto possível, ter acesso a instalações que sejam condignas e bastante acessíveis à população, no sítio onde está, está longe e, portanto, a acessibilidade não é simples. ----------

----------Mas, daquele quartel todo e o espaço que está reservado à Junta de Freguesia, nós o que nos parece é que o espaço cedido à própria Junta é pouco. E, aliás, também quero dizer que estranhamos, estranhamos, que numa obra de dois milbões trezentos e sessenta e oito mil até ao um milhão, vai ser pago pela Junta de Freguesia, quando a Junta de Freguesia tem, pela proximidade aos seus munícipes, obrigações e, muitas vezes, necessita de uma utilização rápida da disponibilização do dinheiro. Portanto, com tanta obra que é feita, com tanto subsídio que é aprovado, temos muita dificuldade em compreender esta divisão financeira, que é uma opção política e que claramente nós não pomos em causa, porque está acertada entre as duas forças do mesmo movimento.----------

----------De qualquer das formas, ficou para mim claro, pela resposta do Senhor representante da Senhora Presidente de Junta, que há uma enorme falta de entusiasmo perante o projeto que aqui foi apresentado e que está a ser votado. ----------

----------E isso, a nós, levanta-nos estranheza e queremos sublinhar a nossa tristeza com o facto de a Junta não ficar a ganhar, efetivamente, as instalações que consideramos que esta Junta mereceria. Muito obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** referiu o seguinte:----------

----------"Senhora Presidente. ----------

---------- Toda a gente concorda que esta União de Freguesias precisa de uma nova sede, precisa de novas instalações, precisa de condições para funcionar de uma outra maneira. Mas, e aqui é que para, há sempre um mas, todas as forças políticas a seguir vêm colocar questões sobre devia ser maior, devia ser noutro sítio, devia ter condições para isto, condições para aquilo. E eu, com toda a sinceridade, eu não consigo perceber. Obviamente, que queremos sempre mais, queremos sempre melhor. Acho que a solução que está encontrada é uma solução de acordo, obviamente com a Assembleia de Freguesia, com a Junta de Freguesia. É, obviamente... julgo que esta proposta já passou pela Assembleia de Freguesia e julgo que foi consensual e, portanto, compete-nos é, neste momento, dizer à Câmara Municipal: "Até que enfim, que se encontrou uma solução". Até que enfim, que se encontra uma solução digna, como foi aqui dito. Pode não ter isto ou aquilo em concreto, mas qual é o edificio onde não lhe falta nada, não é? Portanto, com toda a sinceridade, aquilo que eu espanto, que me parece que em algumas intervenções, isso foi quase óbvio, é que o grande espanto das forças políticas é como é que a Junta de Freguesia tem nos seus cofres um milhão de euros. Isso é que acharam... é absolutamente espantoso, como é que a grande dúvida que se coloca é: "como é que uma Junta de Freguesia... coitados lá da Junta de Freguesia, como é que eles juntam... o que é que eles fazem para juntar um milhão de euros". Foi esta a questão que foi essencial aqui em algumas intervenções e com toda a sinceridade, acho que não é algo que seja de considerar. ----------

---------- Temos a maior consideração pela Junta de Freguesia, pelo seu Executivo, pela Assembleia de Freguesia, pelas decisões que toma e, neste caso em concreto, temos a maior consideração pela posição que a Câmara teve em conseguir, de uma vez por todas, resolver um problema que estava para se resolver há anos e anos e anos. ----------

---------- Eu acho que é isso que aqui mais importa e, portanto, obviamente, concordamos com isto. -------- ----------

---------- Muito obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Em representação da Presidente de Junta, o Senhor Miguel Campos (U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Miguel Campos (U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)**, fez a seguinte intervenção:----------

----------"Obrigado, Senhora Presidente. ----------

----------Só para dar duas notas daquilo que foi dito por alguns dos senhores deputados sobre a falta de entusiasmo.----------

----------A mim custa-me acreditar que se perceba que há falta de entusiasmo quando este é um desígnio antigo, como dito na minha participação há pouco, e temos feito todos os esforços para que isso fosse possível junto da Câmara e para que também pudéssemos comparticipar. Portanto, mais entusiasmo do que este, que é realmente, que não é feito só de palavras bonitas, eu não sei. Não encontro, mas se a Senhora Deputada encontrar estaremos cá para ouvir. ----------

----------Relativamente à opção da gestão, portanto, para haver este valor disponível numa União de Freguesias, eu devo dizer que eu sou autarca na União de Freguesias e na antiga Freguesia de Oeiras desde dois mil e nove e posso garantir que este Executivo que é encabeçado pela Presidente, Doutora Madalena Castro, fez um trabalho durante oito anos incrível nesta União de Freguesias. ----------

----------Eu estava na Assembleia, não no Executivo, estou no Executivo desde outubro do ano passado e, portanto, posso-vos dizer que União de Freguesias com mais dinâmica, com mais apoio social às entidades, aos fregueses, no desporto e num conjunto de capacidades, continuou a fazer mais e conseguiu, ainda assim, ter uma gestão para contribuir com este valor. ----------

----------E, portanto, é uma situação da gestão que a Assembleia de Freguesia sempre foi acompanhando ao longo de oito anos e que permite hoje chegar e ter esta proposta que aqui foi apresentada. Portanto, é uma questão de gestão e os senhores deputados terão também os seus

colegas na Assembleia de Freguesia que acompanharam este processo e que viram como é que foi possível chegar a este valor. Obrigado."----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- A Senhora Deputada tinha pedido a palavra? Não? Tinha? Faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: -- ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Nós colocámos três questões ao Senhor Presidente de Junta, neste caso, ao substituto. Mas, na verdade elas não foram respondidas e, portanto, a minha intervenção baseou-se nisso. Eu vou voltar a repetir. Confirma-se ou não se confirma que este é um espaço adequado para as necessidades da UFOPAC? Se este é um espaço que a Junta merece? Sim ou não? O espaço permite realizar, condignamente as reuniões dos órgãos autárquicos, nomeadamente a Assembleia de Freguesia? Sim ou não? ----------

---------- Segunda nota. Aquilo que eu disse é que ninguém aqui no Partido Socialista falou que estava muito admirado com o facto de haver dinheiro nos cofres da Junta. Não, o que nós dissemos aqui é que, na nossa opinião, a Câmara tem de comparticipar mais. Aquilo que a Câmara dá para esta obra é pouco. Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora deputada…faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Miguel Campos (U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias),** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Sobre as questões que a Senhora Deputada colocou agora e que têm a ver … Sim, colocou há pouco, também o seu colega tinha colocado, mas eu queria dar nota que, em relação ao espaço, o projeto foi pensado e desenhado para a Junta de Freguesia, portanto as adaptações e a

requalificação é para aquilo que são os quadros da Junta possam ter o espaço necessário.----------

----------Relativamente ao que fala da Assembleia de Freguesia e aos órgãos autárquicos que compõem, eu recordo que a Assembleia de Freguesia é realizada neste espaço, neste auditório e, portanto, continuará nessa perspetiva, portanto, o espaço não prevê um auditório. E não sei se mais alguma questão tinha, mas o espaço é aquele que foi desenhado, que é adequado de acordo com aquilo que são as necessidades do conhecimento que o Executivo tem da Junta e, portanto, corresponde àquilo que é necessário."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Mais algum esclarecimento? Mais alguma intervenção, perdão? Faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** referiu o seguinte:----------

----------"Cara Presidente. ----------

----------Não é para a defesa da honra, mas fiquei muito admirado com a questão que foi colocada pela Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) . Vejam só a que ponto chegou o Partido Socialista nesta Assembleia Municipal. Em vez de os deputados estarem a analisar e a fiscalizar as propostas, estão aqui a medir emoções, a medir sentimentos. E gostaria de dizer que a UFOPAC, eu penso que posso falar em nome dos meus colegas, é um exemplo para todos nós. A Senhora Presidente Madalena Castro teve um excelente percurso, enquanto vereadora, levou muito conhecimento para esta união de freguesias. Tem governado, tem gerido os recursos de uma forma exemplar, é um exemplo para nós, todos nós sempre que precisamos, falamos sempre, ajudamo-nos uns aos outros, mas temos uma grande referência na UFOPAC, na gestão que é feita pela Presidente Madalena Castro. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada. ----------

---------- Senhor senhores deputados, podemos passar à votação? ----------

---------- Quem vota contra? Ninguém. Quem se abstém? Também não. Foi votada por unanimidade." ----------

5.7.1. VOTAÇÃO ----------

---------- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Emanuel Rodrigues Farrajota de Carvalho), dois do Partido Cbega (José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Deputado Não Inscrito (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal

Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). ----------

----------Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Tomás Raposo Barra, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

----------"**DELIBERAÇÃO N.º 166/2026**----------

----------**PROPOSTA C.M.O. N.º 606/26 - GCAJ - CEDÊNCIA DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS À UFOPAC, PARA INSTALAÇÃO DA SUA NOVA SEDE, E COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO MESMO**----------

----------A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e seis barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número vinte e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e quatro de junho, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Deputado Não Inscrito, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a celebração de contrato interadministrativo com a UFOPAC - União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, nos termos do qual o Município cede a

utilização de parte do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras àquela autarquia local, até vinte e nove de agosto de dois mil e setenta e quatro, de modo que aí seja instalada a sua nova sede. ------- ----------

---------- A atribuição de uma comparticipação financeira até ao valor inicial de um milhão, trezentos e sessenta e oito mil setecentos e oitenta e sete euros e oitenta cêntimos. ----------

---------- A revisão orçamental e do Plano Plurianual de Investimentos, por forma a incluir o projeto e a dotação orçamental suprarreferidas nos anos de dois mil e vinte e oito e dois mil e vinte e nove. ---- ----------

---------- A autorização da assunção do correspondente compromisso plurianual, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. ----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

6. A **Senhora Presidente da A.M.** concluiu a Sessão dizendo o seguinte: ----------

---------- "Declarações de voto, não há? Há declarações de voto neste momento? Não? Muito bem. Então, senhores deputados, damos por encerrada esta Sessão e até à próxima." ----------

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO ----------

---------- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quarenta e cinco minutos.--- ----------

---------- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. ----------

----------A Presidente, ----------

----------O Primeiro Secretário, ----------

----------O Segundo Secretário, ----------